



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 171 - QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Márcio Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4º SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2º VICE-PRESIDENTE Serys Sliessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29
Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior	Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella	Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana
Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9) Neuto De Conto (16)	Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)	Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaleo Paes
Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Líder do PR - 4 João Ribeiro	Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14) Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Rosalba Ciarlini Efraim Moraes
	Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella	
	Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL PV - 1 Líder Marina Silva - PV PSC - 1 Líder Márcio Santa - PSC	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Acir Gurgacz		

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
6. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.
12. Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
13. Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
14. Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
15. Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
16. Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 168^a SESSÃO, DELIBERATIVA

ORDINÁRIA, EM 20 DE

OUTUBRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 829, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando o apensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 366, de 2009, e 93, de 2010, ao Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2009.

47969

Nº 830, de 2010, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando homenagens pelo falecimento do ex-Senador José Passos Porto.

47970

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Designação da Senadora Ideli Salvatti, como titular, para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme ofício da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal (**Ofício nº 66/2010, de 18 do corrente**).

47971

Designação do Senador Hélio Costa, como titular, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme ofício da Liderança do PMDB no Senado Federal (**Ofício nº 147/2010, de 20 do corrente**).

47972

Designação do Senador Gilvam Borges, como suplente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme ofício da Liderança do PMDB no Senado Federal (**Ofício nº 148/2010, de 20 do corrente**).

47973

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *isenta de tributos os materiais escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino básico*.

47974

Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre o direito de férias proporcionais ao empregado doméstico*.

47976

Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do*

Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR)

47981

Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2010-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências*.

48007

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR TIÃO VIANA – Registro dos resultados do pleito de 3 de outubro no Estado do Acre, em especial, manifestação de agradecimentos pela eleição de S. Ex^a, já no primeiro turno, para o cargo de Governador do Estado, e pela profícua convivência com os membros do Senado e servidores da Casa.

48011

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Defesa da desoneração tributária da produção e do consumo de veículos híbridos ou movidos a energia elétrica no Brasil. Publicação da separata intitulada “Estratégias de Propulsão de Veículos no Brasil”..

48012

SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexão sobre a questão das políticas públicas voltadas à juventude brasileira.

48045

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR – Agressividade de setores da campanha de Dilma Rousseff, com a incitação de militantes à violência. Críticas pelo aparelhamento do Estado durante a gestão Lula. Reconhecimento dos benefícios ao País, oriundos do modelo de privatização adotado no Governo FHC, que, porém, vem sendo repudiado pelo atual Governo.

48047

1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nº 326/2010, solicitando a alteração dos prazos no cronograma de tramitação dos Projetos de Lei nºs 61 a 85, de 2010-CN (Projeto de Lei de Orçamentária Anual/2011).

48053

Nº 327/2010, solicitando a alteração dos prazos no cronograma de tramitação do Projeto de Lei

nº 59, de 2010-CN (Projeto de Lei de Orçamentária Anual/2011).	48061	artigo de autoria de Frei Betto, publicado no jornal Folha de S.Paulo , sobre Dilma e a fé cristã.	48083
1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)			
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Registro de matéria publicada no jornal Diário do Povo , do Piauí, de ontem, intitulada “Caso Emgerpi. Procurador pede cassação de mandato dos envolvidos”. Registro do comunicado de afastamento da presidência nacional do PSOL da ex-Senadora Heloísa Helena.	48063	SENADOR EDUARDO AZEREDO – Solidariedade ao Senador Marconi Perillo, em virtude de injustas acusações recebidas do Presidente Lula. Registro de Ato realizado em Belo Horizonte, na última quinta-feira, com a participação de aliados à candidatura de José Serra. Aprovação, hoje, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da indicação de diplomatas para as embaixadas de Granada e Omã.	48086
SENADORA NÍURA DEMARCHI – Defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 446-A, de 2009, em tramitação na Câmara dos Deputados, que beneficia os servidores policiais civis, policiais militares e bombeiros militares.			
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Agradecimentos ao povo de Roraima pela votação expressiva obtida por S. Ex ^a nas eleições de 3 de outubro último que o reelegeram para o Senado Federal. Anúncio de que não foi possível realizar a reunião de líderes para entendimento sobre a Ordem do Dia da presente sessão.	48067	1.3 – ORDEM DO DIA	
SENADOR PEDRO SIMON – Anúncio do lançamento, no próximo dia 4 de novembro, na Feira do Livro de Porto Alegre, do livro “A impunidade veste colarinho branco”, de autoria de S. Ex ^a . Síntese dos principais tópicos tratados no referido livro. Preocupação com o impasse que se tornou público, no STF, para o julgamento da “Lei Ficha Limpa”.	48068	1.3.1 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.	
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Síntese de projeto de lei, de autoria de S. Ex ^a , que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e que dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).	48069	1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.2.7 – Comunicação da Presidência			
Deferimento dos Requerimentos nºs 817, 825 e 826, de 2010, dos Senadores Sérgio Zambiasi, Francisco Dornelles e Roberto Cavalcanti, respectivamente, solicitando licença para desempenho de missão no exterior.	48070	1.4.1 – Leitura de requerimento	
SENADOR JOÃO FAUSTINO, como Líder – Comentários a respeito do fórum da Comissão de Direitos Humanos da ONU, realizado de 11 a 15 do corrente, cujo tema foi a infância.	48071	Nº 831, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Passos Porto. Usa da palavra o autor.	48105
1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)			
SENADOR JOSÉ BEZERRA – Discrepância de gastos entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), fato este que justifica um amplo e urgente debate sobre a necessidade da reforma da Previdência, com a unificação das regras dos dois regimes.	48072	1.4.2 – Discurso	
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Homenagem pelo transcurso do Dia do Médico, em 18 do corrente, com apresentação de reivindicações da categoria.	48073	SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Síntese de projeto de lei, de autoria de S. Ex ^a , que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e que dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).	48105
SENADOR EDUARDO SUPILCY – Registro de manifestações de apoio por parte dos eleitores da candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, bem como de indignação contra as acusações à referida candidata. Comentários sobre	48074	1.4.3 – Comunicação da Presidência	
Deferimento de requerimento do Senador Romero Jucá solicitando a retirada em caráter definitivo do Requerimento nº 445, de 2010. (Requerimento nº 832, de 2010).			
1.4.4 – Discursos encaminhados à publicação			
SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Sigilo de filha de Serra foi violado com papel falso”, publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 2 de setembro último.	48110	SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do artigo intitulado “Com todo o carinho: cala a boca, Dilma!”, publicado na coluna Nossa Política, da revista Época , edição de 21 de junho último.	48112
1.5 –ENCERRAMENTO			
2 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO			
2.1 – TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS			
Nº 1, de 2010.	48113	2.2 – TERMO DE REUNIÃO	
Referente à Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 509, de 2010.	48114	Referente à reunião dos membros da Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Parlamentar. (Ofício nº 25/2010, de 19 do corrente).	48114
2.3 – CONVOCAÇÃO			

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE IN-
QUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS
SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e
CidadaniaCE – Comissão de Educação, Cultura e Es-
porteCMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa
do Consumidor e Fiscalização e ControleCDH – Comissão de Direitos Humanos e Le-
gislação ParticipativaCRE – Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Re-
gional e TurismoCRA – Comissão de Agricultura e Reforma
AgráriaCCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Ino-
vação, Comunicação e Informática**7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17,
de 1993)Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
(Resolução nº 20, de 1993)Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40,
de 1995)Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha
Lutz (Resolução nº 2, de 2001)Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes
(Resolução nº 35, de 2009)**CONGRESSO NACIONAL****8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972)Conselho de Comunicação Social (Lei nº
8.389, de 1991)Representação Brasileira no Parlamento do
Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)Comissão Mista de Controle das Atividades
de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 168ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 20 de outubro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e do Sr. Jefferson Praia.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 18 horas e 38 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

168ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período: 20/10/2010 07:00:00 até 20/10/2010 20:30:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-RSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicY	X						
DEM	PB	Efraim MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
DEM	PI	HERACLITO FORTES	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PSDB	RN	JOÃO FAUSTINO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X						
DEM	RN	JOSÉ BEZERRA	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PV	AC	MARINA SILVA	X						
PSDB	SC	NIURA DEMARCHI	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

Compareceram: 39 Senadores

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 829, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que ao **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2009**, seja apensado o **Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2009**, e o **Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2010**, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões,

Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

(À Mesa, para decisão)

A SR^a PRESIDENTE (Serys St'hessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N^o 830, de 2010

Sen. Marco Maciel

Senhor Presidente,

Na forma do disposto do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Senador JOSÉ PASSOS PORTO, ocorrido na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, na madrugada de hoje, 19 de outubro de 2010:

I – inserção em ata de voto de profundo pesar;

II – apresentação de condoléncias:

a) a seus familiares;

b) ao Estado de Sergipe.

JUSTIFICAÇÃO

Perde Sergipe um dos seus ilustres filhos.

Deputado Federal por cinco consecutivas Legislaturas e mais o mandato de Senador da República, exercido de 1979 a 1987, Passos Porto dedicou esses vinte e oito anos ao serviço do Congresso Nacional.

A esta Casa, em particular, além de Parlamentar atuante, deu sua valiosa contribuição ao exercer o cargo de Diretor-Geral.

Ao propor a inserção do voto de pesar nos Anais da Casa, cremos prestar a homenagem devida ao saudoso servidor do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2010.

Marco Maciel
Senador Marco Maciel

A SR^a PRESIDENTE (Serys Sthessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Sthessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário

que designou a Senadora Ideli Salvatti para integrar, como titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do expediente encaminhado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, **Ofício nº 066/10-GLDBAG**.

É o seguinte o Ofício:

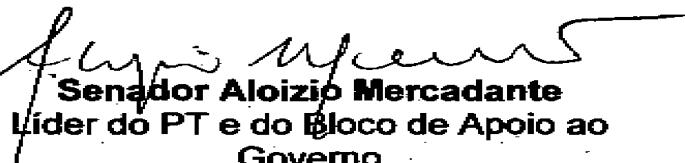
Ofício nº 066/2010 – GLDBAG

Brasília, 18 de outubro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Ideli Salvatti como membro titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.


Senador Aloizio Mercadante
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

A SR^a PRESIDENTE (Serys Sthessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência designa o Senador Hélio Costa, como membro titular, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga

destinada ao Bloco de Apoio da Maioria, de conformidade com o **Ofício nº 147/2010/GLPMDB**, da Liderança do PMDB no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

Of. GLPMDB nº 147/2010

Brasília, 20 de outubro de 2010.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o nome do Senador Hélio Costa, para integrar, como membro titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.



**Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB**

A SR^a PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência designa o Senador Gilvam Borges, como membro suplente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em

vaga destinada ao Bloco de Apoio da Maioria, de conformidade com o **Ofício nº 148/2010/GLPMDB**, da Liderança do PMDB no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

Of. GLPMDB nº 148/2010

Brasília, 20 de outubro de 2010

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o nome do Senador Gilvam Borges, para integrar, como membro suplente, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.



**Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB**

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT
– MT) – Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2010

Isenta de tributos os materiais escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino básico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Durante o mês de fevereiro de cada ano ficam isentos da incidência de impostos, taxas e contribuições, os materiais escolares, uniformes e equipamentos de uso contínuo, requeridos pelos estabelecimentos de ensino básico e necessários para os estudantes matriculados no respectivo ano letivo.

Art. 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão, no âmbito de sua competência e nas respectivas jurisdições, as medidas necessárias à adoção do disposto no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo órgão competente do Poder Executivo que definirá, em Regulamento a ser baixado no prazo de 90 dias contados da data da sua publicação, quais os bens compreendidos no art. 1º e suscetíveis da isenção.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É grande a dificuldade financeira da maioria dos pais e responsáveis, no início de cada ano, para a aquisição do material escolar, requerido pelas escolas e colégios,

destinados ao uso, durante o ano letivo, dos seus filhos ou dependentes. Tais materiais, pelo seu custo, acabam, quase sempre, comprados a crédito e oneram, dessa forma, por vários meses, o conjunto das despesas básicas da família.

Pretende-se, com o presente Projeto isentar da incidência de tributos tais materiais, sabido que alguns deles são fortemente onerados, tanto na área industrial como na comercial, tanto da União como na dos Estados e Municípios.

Adota a proposição apenas o mês de fevereiro de cada ano para a vigência da isenção tributária, de vez que, na maciça maioria dos estabelecimentos de ensino, o ano letivo recomeça nesse período.

Face a estas razões e para evitar qualquer viés que possa afrontar a Constituição, intenta o artigo 2º sensibilizar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios quanto à isenção pretendida, porquanto, é sabido, que o maior ônus que grava tais materiais é representado pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, o ICMS.

Considerando, portanto, que o benefício pretendido alcança a quase totalidade das famílias brasileiras, já em dificuldade para pagar as altas anuidades escolares ou, até mesmo, os que têm seus filhos e dependentes matriculados nas escolas públicas, espero contar com o indispensável apoio dos meus eminentes pares para a aprovação do presente Projeto.

Sala das Sessões, em

Senador **MARCELO CRIVELLA**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 257, DE 2010

Dispõe sobre o direito de férias proporcionais ao empregado doméstico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6-A da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6-A O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, no valor de um salário mínimo, bem como a férias proporcionais correspondentes ao período mínimo de seis meses em que tenha trabalhado antes da cessação do contrato.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Consolidação das Leis do Trabalho, ao tempo da sua elaboração, excetuou, no art. 7º, os empregados domésticos dos direitos nela assegurados aos trabalhadores em geral, “salvo, quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário.”

Tem-se, assim, uma exceção odiosa, na medida em que, o que o diferencia dos demais é o fato de não “assumir” o seu empregador “os riscos de uma atividade econômica”, muito embora, tal como o empregador doméstico, ele também “admite,

assalaria e dirige a prestação pessoa de serviços" do empregado, sob a sua "dependência" e "mediante salário".

Teria sido mais adequado, dentro do consagrado princípio da igualdade de todos perante a lei que, ao invés de excluir o trabalhador doméstico do âmbito da CLT, dispor, nos Capítulos próprios, quais os direitos que a ele não se aplicam quando não houver nexo entre o seu trabalho "no âmbito residencial a pessoa ou família" e a "atividade econômica" exercida pelo seu empregador...

A consequência dessa exclusão teve como resultado a edição de uma série de normas legais estabelecendo a equivalência ou, pelo menos, tentando assegurar aos domésticos os direitos atribuídos às demais categorias de trabalhadores. Entre outras, surgiu a Lei nº 5.859, de 1972, que, ao absorver a tendência natural da equivalência, consagrou alguns direitos para a categoria, entre os quais os direitos a férias, ao FGTS, a Previdência Social, a estabilidade da gestante, a anotação do emprego na Carteira Profissional etc.

Ocorre que tais direitos não esgotam a pretendida igualdade; daí, porque, o Poder Judiciário, no silêncio da lei, vai aos poucos admitindo equivalências, a teor de julgados do Tribunal Superior do Trabalho e de normas consagradas no direito internacional.

Tal é o caso do presente Projeto que, adotando o disposto na "Convenção da Organização Internacional do Trabalho" nº 132, da qual o Brasil foi signatário, e, sensível a jurisprudência firmada pela Segunda Turma do TST (RR 267/2003-001-13-40.8) propõe-se a estender aos empregados domésticos o direito à percepção de férias proporcionais correspondentes ao período de seis meses de trabalho anterior à data da rescisão do contrato de trabalho. Atualmente, o direito às férias corresponde, sempre, a um período aquisitivo de 12 meses "prestado a mesma pessoa ou família".

Estou certo, assim, que a presente proposição, por fazer inequívoca justiça social com essa tão estimada categoria de trabalhadores, merecerá o indispensável apoio dos meus eminentes pares.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 5.859, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972.

Regulamento

Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta lei

Art. 6º-A. O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada.(Incluído pela Lei nº 10.208, de 23.3.2001)

§ 1º O benefício será concedido ao empregado inscrito no FGTS que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses contados da dispensa sem justa causa.(Incluído pela Lei nº 10.208, de 23.3.2001)

§ 2º Considera-se justa causa para os efeitos desta Lei as hipóteses previstas no art. 482, com exceção das alíneas "c" e "g" e do seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.(Incluído pela Lei nº 10.208, de 23.3.2001)" (NR)

texto não substitui o publicado no D.O.U. de 9.8.1943

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

TÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art. 1º - Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Art. 4º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

Parágrafo único - Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar ... (VETADO) ... e por motivo de acidente do trabalho. (Incluído pela Lei nº 4.072, de 16.6.1962)

Art. 5º - A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo.

Art. 6º - Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.

~~Art. 7º - Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:~~

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando fôr em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam : (Redação dada pelo Decreto-lei nº 8.079, 11.10.1945)

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas;

CONVENÇÃO 132 DA O.I.T.

CONVENÇÃO SOBRE FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS (REVISTA EM 1970)

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pela Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e tendo-se reunido em sua Quinqüagésima-Quarta Sessão em 3 de junho de 1970, e

Tendo decidido adotar diversas propostas relativas a férias remuneradas, assunto que constitui o quarto item da agenda da sessão, e

Tendo determinado que estas propostas tomarão a forma de uma Convenção Internacional, adota, em 24 de junho de 1970, a seguinte Convenção que será denominada Convenção sobre Férias Remuneradas (revista), 1970:

Artigo 2

1. - A presente Convenção aplicar-se-á a todas as pessoas empregadas, à exceção dos marítimos

Artigo 11

Toda pessoa empregada que tenha completado o período mínimo de serviço que pode ser exigido de acordo com o parágrafo 1 do Artigo 5 da presente Convenção deverá ter direito em caso de cessação da relação empregatícia, ou a um período de férias remuneradas proporcional à duração do período de serviço pelo qual ela não gozou ainda tais férias, ou a uma indenização compensatória, ou a um crédito de férias equivalente.

Artigo 5

1. - Um período mínimo de serviço poderá ser exigido para a obtenção de direito a um período de férias remuneradas anuais.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 258, DE 2010

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR), a fim de orientar a ação do poder público para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País e a realização da dignidade de todos.

Art. 2º Os territórios rurais são considerados, para os efeitos desta Lei, como espaços socialmente construídos, dinâmicos e mutáveis, onde se desenvolvem, simultaneamente, a produção agropecuária e não-agropecuária, as relações com a natureza e os modos de vida, de organização social e produção cultural.

§ 1º O território rural é a unidade de planejamento e execução das ações da PDBR e será criado e modificado pelo poder público a partir de agrupamentos municipais, segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos, compreendendo as áreas rurais e as urbanas de municípios onde predominem dinâmicas e relações de interação entre as atividades rurais e urbanas.

§ 2º Serão priorizados os territórios rurais que apresentem densidade populacional média abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado e, concomitantemente, população média municipal de até cinqüenta mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes, considerando-se, ainda, os seguintes critérios:

- I – menores índices de desenvolvimento humano;
- II – maior concentração de beneficiários de programas governamentais de transferência de renda;
- III – maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- IV – maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- V – baixo dinamismo econômico;
- VI – convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo;
- VII – maior concentração de municípios com menores índices de desenvolvimento educacional.

Art. 3º São princípios da PDBR:

- I – a democracia como princípio organizativo da cultura política e das relações sociais;
- II – a sustentabilidade das atividades desenvolvidas nas áreas rurais, em suas dimensões social, cultural, política, econômica e ambiental, sempre visando à redução de desigualdades;
- III – a inclusão política, social, cultural e econômica dos segmentos sociais excluídos ou pouco alcançados pelos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento;
- IV – a diversidade do patrimônio ambiental e cultural existente nos territórios rurais, com o respeito à multiplicidade dos arranjos econômicos e dos sistemas produtivos locais, da organização social e política e das formas de uso e apropriação dos recursos naturais;
- V – a equidade no acesso a direitos e benefícios decorrentes de políticas públicas, como forma de superação dos mecanismos de opressão de classe, gênero, geração, etnia, religião e orientação sexual;

VI – a solidariedade de todos em favor de uma ordem econômica, social, cultural, ambiental e política justa.

Art. 4º A PDBR tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais nos territórios rurais, inclusive as de gênero, raça e etnia e, especialmente:

I – desenvolver social e economicamente os territórios rurais, garantindo dignidade às famílias que optarem por se desenvolver nesses espaços;

II – assegurar as funções econômicas, sociais, culturais e ambientais dos territórios rurais e reduzir as desigualdades regionais;

III – garantir o papel estratégico dos territórios rurais brasileiros na construção do desenvolvimento nacional, desconcentrando e democratizando a propriedade fundiária;

IV – fortalecer a agricultura familiar como forma de garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

V – fortalecer a dinamização econômica dos territórios rurais com diversificação das atividades produtivas e uso sustentável dos recursos naturais;

VI – formular e implementar políticas públicas baseadas na multifuncionalidade do espaço rural e orientadas por uma estratégia de desenvolvimento territorial;

VIII – consolidar mecanismos e instrumentos de controle e gestão social das políticas públicas voltadas para os territórios rurais;

IX – estimular hábitos alimentares saudáveis, visando a melhorar o padrão nutricional da população brasileira e a incentivar a produção e o consumo de produtos elaborados com respeito às normas ambientais e trabalhistas.

Art. 5º São diretrizes da PDBR:

I – potencialização da diversidade e da multifuncionalidade dos territórios rurais nas suas dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais;

II – valorização das relações de interdependência e complementaridade entre as atividades das áreas rurais e urbanas;

III – reconhecimento e incentivo a iniciativas inovadoras voltadas à inclusão social, geração de ocupação e renda, melhoria da qualidade ambiental e preservação do patrimônio cultural das populações rurais;

IV – construção de processos indutores da dinamização econômica dos territórios rurais, potencializando as relações de proximidade, as vantagens comparativas e competitivas e as formas associativas e cooperativas de organização social;

V – implementação de ações integradas entre as áreas sócio-culturais e as de infraestrutura produtiva, visando à elevação da qualidade de vida da população, à inclusão social e à promoção da igualdade de oportunidades;

VI – criação de instrumentos político-institucionais capazes de integrar e aprimorar as ações setoriais desenvolvidas nas diferentes esferas de governo;

VII – incentivo ao fortalecimento e consolidação das formas de organização autônoma da sociedade civil e dos espaços de controle e gestão social das políticas públicas.

Art. 6º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar as ações da PDBR.

Parágrafo único. Cumpre também ao poder público respeitar, proteger, promover, informar e monitorar os direitos dos povos indígenas, das populações tradicionais e dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, nos termos da Lei nº 11.326, de 25 de julho de 2006, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 7º O Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento do Brasil Rural (SNIDBR) organizará o registro informatizado da situação do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

§ 1º O SNIDBR compreenderá um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de suas informações, devendo contemplar a caracterização econômica, social, cultural, política e ambiental de cada território rural, bem como a perspectiva de desenvolvimento sustentável a partir das ações, planos e programas realizados no âmbito da PDBR.

§ 2º São princípios básicos para o funcionamento do SNIDBR:

I – descentralização da obtenção e produção de dados e informações, garantida a participação social;

II – coordenação unificada do sistema;

III – acesso a dados e informações garantido a toda a sociedade.

Art. 8º O Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR), com vigência quadrienal correspondente à do Plano Plurianual (PPA), consolidará a estratégia de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, devendo contemplar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais e respeitar as particularidades locais e a diversidade de gênero, geração, raça e etnia.

Art. 9º A Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a periodicidade máxima de quatro anos, é a instância responsável pela formulação das diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Art. 10º Poderão integrar a PDBR, como instâncias de planejamento, regulação, coordenação, articulação, deliberação, execução, fiscalização e monitoramento:

I – o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), instituído pelo inciso VIII do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

II – Conselhos estaduais, Distrital e municipais de desenvolvimento rural ou similares, quando existentes, no âmbito de suas atribuições;

III – órgãos de execução de ações, planos e programas de desenvolvimento rural da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, quando existentes, no âmbito de suas atribuições;

IV – as instâncias, foros, colegiados e instituições privadas dos espaços territoriais rurais.

§ 1º A participação social será assegurada em, no mínimo, dois terços da composição dos conselhos a que se referem os incisos I e II deste artigo.

§ 2º A participação dos entes referidos neste artigo implica na adesão às definições, princípios, objetivos e diretrizes estabelecidas nesta Lei, bem como no dever de fornecer informações aos órgãos federais responsáveis pelo planejamento, execução e monitoramento da PDBR, sempre que solicitados, sobre planos, programas e ações no âmbito de suas competências.

§ 3º Para execução das ações previstas na PDBR, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação vigente.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR), com o propósito de qualificar a intervenção do Estado nos espaços rurais do território nacional, estabelecendo normas gerais voltadas à implementação de planos, programas e ações que visem ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País e à realização da dignidade de todos, sem distinção.

O projeto é inspirado no resultado de dez anos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e, especialmente, do processo participativo de debates e elaborações que culminaram na realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, em junho de 2008, na cidade de Olinda, Pernambuco. Foram mais de 30 mil participantes em todas as etapas, incluindo uma diversidade de representações: agricultores, assentados, camponeses, comunidades quilombolas, jovens, idosos, povos indígenas, agroextrativistas, pescadores artesanais, representantes de empreendimentos, cooperativos e da economia solidária, comerciantes, industriais, agentes de saúde, professores e representantes do poder público federal, estadual e municipal de todo o país. Destacou-se a expressiva participação das mulheres, em 40% do total de participantes. Foram realizadas 230 conferências municipais, intermunicipais e territoriais, 26 conferências estaduais e quatro eventos nacionais, sobre cooperativismo solidário na dinamização econômica dos territórios rurais, população quilombola e mulheres, além da I Conferência Nacional, que lançou as bases para a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Trata-se da proposta de uma política que poderá ser considerada o verdadeiro “PAC social” do meio rural brasileiro. Isso porque a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural institui o conjunto normativo necessário para a implementação de políticas integradas para o desenvolvimento rural, que passa a ser abordado em suas três dimensões simultâneas: econômica (da produção agropecuária e não-agropecuária – industrial e de serviços), ambiental (das relações com a natureza) e social (dos modos de vida, de organização social e produção cultural).

A Política de Desenvolvimento do Brasil Rural reconhece a diversidade existente no meio rural – seja no aspecto econômico, seja no social ou no ambiental – e aposta no respeito e na valorização dessa diversidade para construir um projeto de futuro, para o Brasil rural, que seja parte de um projeto de desenvolvimento nacional. Esse projeto deve ser capaz garantir condições dignas de vida às populações que optarem por trabalhar e viver nas áreas rurais do país. A visão de futuro contida na proposta aprovada pelo CONDRAF em 24 de fevereiro de 2010, vale ser aqui reproduzida:

“O Brasil rural é um lugar de gente feliz. Nele, os cidadãos e cidadãs que habitam os espaços rurais brasileiros estabelecem relações sociais fundadas no respeito às diferenças, convivem respeitosamente com a natureza, protegem e desfrutam da biodiversidade e contribuem para a melhoria da qualidade ambiental. Têm plena capacidade de exercer sua cidadania, cumprem seus deveres e seus direitos constitucionais são assegurados. Colaboram com a construção democrática e participam da gestão social dos territórios rurais. Preservam e difundem o patrimônio e a diversidade cultural dos seus povos. Têm acesso a políticas públicas de qualidade. Desenvolvem uma multiplicidade de atividades econômicas, com base em relações de cooperação solidária, produzindo e consumindo com ampla responsabilidade social e ambiental. Estão afirmativamente integrados ao conjunto da sociedade, tendo o seu apoio e comprometimento. Contribuem para a soberania e segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento nacional e a manutenção do território brasileiro.” (p. 27)

A realização da visão de futuro reproduzida acima interessa e beneficia a toda sociedade: trata-se de garantir da segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento do mercado interno, a exportação de produtos agropecuários, a preservação da biodiversidade, a reprodução do patrimônio cultural das populações rurais e a manutenção da diversidade territorial dos espaços rurais. A dinamização do Brasil rural beneficia não só os segmentos sociais que trabalham e vivem dos resultados derivados de suas atividades agropecuárias, florestais e extrativistas, como também os segmentos urbanos dos municípios dinamizados economicamente pelas atividades produtivas praticadas nesses territórios.

Na próxima década, o mundo deverá viver uma nova onda de êxodo rural, de acordo com o alerta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado no jornal O Estado de São Paulo de 12/09/2010. Os governos deverão estar preparados, pois a previsão é de que 30 milhões de pessoas por ano deixem o campo em direção às cidades. O impacto sobre a economia será profundo, impondo desafios como a ampliação da infraestrutura urbana adequada e a criação de empregos em grande escala, se não se quiser ver aumentar a pobreza. Entre os principais fatores que estariam levando milhões para as cidades são apontadas "a falta crônica de acesso à terra, queda de produtividade e de renda, além de problemas ambientais". O fluxo migratório, porém, pode ser evitado ou reduzido, com instrumentos que proporcionem o aumento da renda e da qualidade de vida no campo, o que passa pelo planejamento e pela execução participativa do desenvolvimento rural. O presente projeto vem estabelecer os princípios, os objetivos e as diretrizes da ação pública voltada a proporcionar uma vida digna aos moradores dos territórios rurais.

Nos últimos anos, um conjunto de políticas públicas setoriais tem sido implementado no meio rural, propiciando uma diversificação dos instrumentos, a ampliação dos recursos aplicados, uma distribuição mais equilibrada dos investimentos e a democratização do acesso da população às políticas públicas. O modelo de desenvolvimento rural que vem sendo adotado desde 2003 articula políticas agrícolas, agrárias e de cidadania. Com um conjunto de programas de crédito, de assistência técnica, de seguros e de compra direta, articuladas com programas de infra-estrutura e regularização fundiária, de acesso à educação e aos direitos de cidadania, a agricultura familiar adquiriu uma força econômica fundamental para a segurança alimentar dos brasileiros e para o desenvolvimento do País. O Censo Demográfico do IBGE, de 2006, identificou mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais da agricultura familiar, que embora ocupem apenas 24,3% da área total, respondem por 38% da renda gerada no campo, empregando 12,3 milhões de pessoas, ou 74,4% da mão de obra do campo.

Não obstante o reconhecimento dos avanços ocorridos no Brasil rural, é preciso construir uma política de Estado, e não só de governo. É preciso que o Estado Brasileiro, notadamente por intermédio da União, elabore e execute planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, como manda a Constituição Federal em seus artigos 3º e 21, inciso IX. A Política de Desenvolvimento do Brasil Rural vem propor os princípios, objetivos e as diretrizes para a elaboração desses planos, orientando a integração do diverso mundo rural brasileiro como forma de redefinir o lugar estratégico a ser ocupado pelos espaços rurais na persecução dos objetivos fundamentais da República.

É preciso superar a visão do rural como espaço residual do urbano e associado exclusivamente à produção agropecuária. A visão dicotômica entre o rural e o urbano concebe o meio rural como subsidiário, secundário e inferior em relação ao

espaço urbano. Tanto é assim que a noção comum de desenvolvimento é associada e até mesmo confundida com a idéia de urbanização.

A concepção do rural que fundamenta a abordagem da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural é multidimensional e integrada. Ela valoriza a rica diversidade do território nacional. Ela trata o rural a partir de seus três atributos básicos e simultâneos: espaço de produção, espaço de relação com a natureza e espaço de produção e reprodução de modos de vida diferenciados.

A experiência de desenvolvimento do meio rural demonstra que políticas ou programas setoriais fragmentados não são suficientes. São necessárias ações integradas, asseguradas por uma política transversal. A experiência recente do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) e do Programa Territórios da Cidadania (instituído pelo Decreto de 25 de fevereiro de 2008), que também inspiram esta proposição, comprova o potencial de transformação contido na gestão transversal de políticas sociais de desenvolvimento humano.

A Política de Desenvolvimento do Brasil Rural adota o território rural como unidade de planejamento e execução das ações que a integram. Prevê que o território rural será criado e modificado pelo poder público a partir de agrupamentos municipais, segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos. Prevê, ainda, uma série de critérios que definem as regiões prioritárias de execução da política, como baixo índice de densidade populacional, baixos índices de desenvolvimento humano, maior concentração de beneficiários de programas governamentais de transferência de renda, baixo dinamismo econômico, entre outros.

Na busca pela realização do desenvolvimento rural sustentável, não é difícil imaginar que, enquanto em uma determinada região os benefícios de alguns programas se fazem mais urgentes, em outras haverá outras prioridades. Se em um território é mais premente a ampliação do crédito, em outros será o acesso ao seguro rural e a garantia da compra direta ou, ainda, ações mais estruturantes por parte do Estado, como o acesso à terra, à infraestrutura logística, à recuperação ambiental, à saúde e à segurança alimentar, à educação e à assistência técnica e extensão rural de qualidade.

O Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR) é o instrumento central da realização da política, pelo qual se consolidará a estratégia de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, devendo contemplar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais e respeitar as particularidades locais, além da diversidade de gênero, geração, raça e etnia. O PNDBR permitirá relacionar os programas efetivamente integrantes da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural. A estipulação de uma vigência quadrienal para o PNDBR, correspondente à do Plano Plurianual (PPA), tem por objetivos assegurar maior efetividade às ações do PDBR

no momento da elaboração da lei orçamentária, facilitar o acompanhamento de sua execução nos anos seguintes e garantir o planejamento de médio e longo prazo.

A participação social é um eixo estruturante da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. Para alcançar um desenvolvimento sustentável orientado a buscar a igualdade substancial entre os cidadãos é fundamental o protagonismo social em todas as instâncias da gestão da política. É preciso que todas as ações da política sejam democráticas e transparentes, especialmente quanto ao uso de recursos públicos. Para isso, o projeto cria uma garantia de participação social em, no mínimo, dois terços dos assentos dos conselhos de desenvolvimento rural; elege a Conferência Nacional como instância de formulação das diretrizes para o Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural; reconhece os colegiados territoriais, formados por atores políticos e da sociedade civil organizada dos municípios constituintes do território; e, ainda, permite a participação de instituições privadas na execução das ações da política por meio de convênios e acordos de cooperação. Nesse sentido, o projeto está de acordo com a Constituição Federal, que em seu art. 187 estabelece que o planejamento e a execução da política agrícola devem envolver os produtores e os trabalhadores rurais e em seu art. 225 impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Finalmente, cumpre destacar a adequação do presente projeto aos preceitos constitucionais que regem o processo legislativo. Legislar sobre direito econômico, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural é de competência concorrente entre a União e os Estados e o Distrito Federal (art. 24, incisos I, VI e VII), sendo que o presente projeto limita-se a estabelecer parâmetros gerais para a elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (art. 21, IX). Cabe ao Congresso Nacional a atribuição de deliberar acerca do tema (art. 48, IV).

O projeto também não desrespeita o postulado da separação de poderes e não invade nenhuma das hipóteses de iniciativa legislativa reservada, especialmente quanto às competências privativas do Presidente da República. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendido que as matérias sujeitas à iniciativa reservada devem ser interpretadas restritivamente (inclusive as correlatas restrições ao poder de emenda parlamentar), conforme ADI 973-MC e RE 140.542. Nesse sentido, é preciso observar que o presente projeto não cria órgãos da administração pública nem dispõe sobre a organização ou funcionamento dos órgãos existentes; apenas permite a integração, no âmbito da política proposta, de órgãos afins, quando existentes, no âmbito de suas atribuições. O STF já reconheceu que não configura ofensa à reserva de iniciativa disciplinar sobre atribuições de órgãos, quando apenas são reproduzidos dispositivos normativos anteriores que tenham sido de iniciativa do Executivo (ADI 3112/DF). A interpretação dominante, portanto, é a da taxatividade das cláusulas de restrição do poder de iniciativa geral. Deduz-se, do entendimento do STF, que a iniciativa parlamentar afigura-se legítima ao não violar a interpretação estrita das vedações constitucionais.

Pelo exposto, tendo em vista que a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural constitui instrumento normativo capaz de integrar as ações do poder público e orientar o processo de desenvolvimento das áreas rurais do país para o caminho da sustentabilidade nos planos econômico, social, ambiental e político, contamos com o apoio das senhoras e senhores senadores para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

Líder do PSB

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 - II - garantir o desenvolvimento nacional;
 - III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 - IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
-

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO II DA UNIÃO

Art. 21. Compete à União:

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
Seção I
DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

TÍTULO VII
Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO III
DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

- III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
 - IV - a assistência técnica e extensão rural;
 - V - o seguro agrícola;
 - VI - o cooperativismo;
 - VII - a eletrificação rural e irrigação;
 - VIII - a habitação para o trabalhador rural.
-
-

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

.....

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiçadeiros;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

- I - descentralização;
- II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III - eqüidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

- I - crédito e fundo de aval;
- II - infra-estrutura e serviços;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - pesquisa;
- V - comercialização;
- VI - seguro;
- VII - habitação;
- VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
- IX - cooperativismo e associativismo;
- X - educação, capacitação e profissionalização;
- XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;
- XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Cassel

LEI N° 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003.

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO II
DOS MINISTÉRIOS

.....

Seção IV
Dos Órgãos Específicos

Art. 29. Integram a estrutura básica:

.....

VIII - do Ministério do Desenvolvimento Agrário o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho Curador do Banco da Terra e até 4 (quatro) Secretarias, sendo uma em caráter extraordinário, para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, nos termos do art. 33 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

.....

LEI N° 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006.

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Art. 5º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Estado brasileiro deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo assim para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA

ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º A participação no SISAN de que trata este artigo deverá obedecer aos princípios e diretrizes do Sistema e será definida a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser criada em ato do Poder Executivo Federal.

§ 2º Os órgãos responsáveis pela definição dos critérios de que trata o § 1º deste artigo poderão estabelecer requisitos distintos e específicos para os setores público e privado.

§ 3º Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.

§ 4º O dever do poder público não exclui a responsabilidade das entidades da sociedade civil integrantes do SISAN.

Art. 8º O SISAN reger-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalidade e eqüidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;

II – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;

III – participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e

IV – transparéncia dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

Art. 9º O SISAN tem como base as seguintes diretrizes:

I – promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais;

II – descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;

III – monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo;

IV – conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;

V – articulação entre orçamento e gestão; e

VI – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.

Art. 10. O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.

Art. 11. Integram o SISAN:

I – a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do SISAN;

II – o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pelas seguintes atribuições:

a) convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;

b) propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;

c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN;

e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;

f) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional;

III – a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA, a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) coordenar a execução da Política e do Plano;

c) articular as políticas e planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal;

IV – os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

V – as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

§ 1º A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será precedida de conferências estaduais, distrital e municipais, que deverão ser convocadas e organizadas pelos órgãos e entidades congêneres nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, nas quais serão escolhidos os delegados à Conferência Nacional.

§ 2º O CONSEA será composto a partir dos seguintes critérios:

I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;

II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

III – observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal.

§ 3º O CONSEA será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do colegiado, na forma do regulamento, e designado pelo Presidente da República.

§ 4º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no CONSEA, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Ficam mantidas as atuais designações dos membros do CONSEA com seus respectivos mandatos.

Parágrafo único. O CONSEA deverá, no prazo do mandato de seus atuais membros, definir a realização da próxima Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a composição dos delegados, bem como os procedimentos para sua indicação, conforme o disposto no § 2º do art. 11 desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Patrus Ananias

DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.

Institui o Programa Territórios da Cidadania
e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País.

§ 1º Os Territórios da Cidadania serão criados e modificados pelo Comitê Gestor Nacional, previsto no art. 5º deste Decreto, a partir dos agrupamentos municipais que apresentem densidade populacional média abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado e, concomitantemente, população média municipal de até cinquenta mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes. [\(Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009\)](#)

§ 2º Os Municípios que compõem os Territórios da Cidadania serão agrupados segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos e reconhecidos pela sua

população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial.

§ 3º São Territórios da Cidadania, sem prejuízo daqueles que forem instituídos na forma do § 1º, os agrupamentos de Municípios relacionados no Anexo a este Decreto.

Art. 2º O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla:

I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;

II - ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;

III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;

IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;

V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Art. 3º A escolha e priorização do território a ser incorporado ao Programa Territórios da Cidadania dar-se-ão pela ponderação dos seguintes critérios:

I - estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

II - menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;

III - maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;

IV - maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;

V - maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;

VI - baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional;

VII - convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; [\(Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009\)](#)

VIII - maior organização social; e [\(Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009\)](#)

IX - maior concentração de municípios de menor IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica. [\(Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009\)](#)

Parágrafo único. O critério descrito no inciso IX será utilizado para a incorporação de Territórios a partir de 2009. ([Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

Art. 4º Para fins de execução das ações previstas no Programa Territórios da Cidadania, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação vigente.

Art. 5º O Programa Territórios da Cidadania será implementado segundo três eixos de atuação - ação produtiva, cidadania e infra-estrutura - que orientarão a elaboração das matrizes de ações nas quais os órgãos envolvidos definirão as ações que pretendem desenvolver em cada território, segundo as respectivas competências e compromissos.

Art. 6º Fica instituído o Comitê Gestor Nacional, para executar, orientar e monitorar o Programa Territórios da Cidadania, composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos: ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

II - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

III - Ministério do Desenvolvimento Agrário; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

IV - Ministério do Meio Ambiente; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

V - Ministério da Integração Nacional; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

VI - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

VII - Ministério de Minas e Energia; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

VIII - Ministério da Saúde; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

IX - Ministério da Educação; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

X - Ministério da Cultura; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XI - Ministério do Trabalho e Emprego; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XII - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XIII - Ministério das Cidades; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XIV - Ministério da Justiça; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XV - Ministério da Ciência e Tecnologia; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XVI - Ministério das Comunicações; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XVII - Ministério da Fazenda; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XVIII - Secretaria-Geral da Presidência da República ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XIX - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; ([Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XX - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; ([Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XXI - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República; e ([Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

XXII - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. ([Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009](#))

§ 1º Os membros do Comitê Gestor Nacional serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidade nele representados, no prazo de trinta dias contado da publicação deste Decreto, e designados pela Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º O Comitê Gestor Nacional reunir-se-á periodicamente, mediante convocação do seu coordenador.

§ 3º O Comitê Gestor Nacional poderá convidar para participar das reuniões representantes de outros Ministérios, de instituições públicas e da sociedade civil, bem como especialistas, para prestarem informações e emitirem pareceres.

Art. 7º Poderão ser instituídos, nos termos definidos pelo Comitê Gestor Nacional, os comitês de articulação estaduais, integrados por representantes dos órgãos federais que compõem o Programa Territórios da Cidadania e dos representantes dos governos estaduais e municipais convidados pelo Comitê.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução dos projetos advirão das dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente nos orçamentos dos órgãos e entidades envolvidos no Programa Territórios da Cidadania, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de fevereiro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Reinhold Stephanes

Fernando Haddad

Carlos Lupi

José Gomes Temporão

Edison Lobão

Paulo Bernardo Silva

Patrus Ananias

Gilberto Gil

Marina Silva

Geddel Vieira Lima

Guilherme Cassel

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff

Luiz Soares Dulci

José Múcio Monteiro Filho

Edson Santos de Souza

ANEXO

(Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA INCORPORADOS EM 2008

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 259, DE 2010

(Complementar)

Altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que *dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de coseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
§ 3º Equipara-se à cedente:

- a) a sociedade cooperativa autorizada a operar em seguros privados que contrata operação de resseguro, desde que a esta sejam aplicadas as condições impostas às seguradoras pelo órgão regulador de seguros;
- b) as operadoras de planos privados de assistência à saúde, classificadas como cooperativas médicas, cooperativas odontológicas, instituições filantrópicas, autogestões, medicinas de grupo e

odontologias de grupo desde que a estas sejam aplicadas as condições impostas às seguradoras pelo órgão regulador de seguros."(NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) da Universidade de São Paulo (USP) em seu Parecer Atuarial – Diferenciação de Risco e Mensalidade ou Prêmio entre Faixas Etárias em Planos e Seguros de Saúde, "planos e seguros de saúde seguem os mesmos princípios dos demais seguros, no que se refere aos aspectos técnicos, econômico-financeiros e atuariais."

Sob o aspecto atuarial, além do econômico e financeiro, como referido no parecer da FIPECAFI, a atividade do plano privado de assistência à saúde, que angaria uma contraprestação pecuniária em troca de uma promessa de cobertura de eventos futuros, previstos contratualmente, guarda absoluta similaridade com a da sociedade seguradora.

A operação de uma companhia de seguros impõe, sob o ponto de vista técnico, harmonia entre o capital destacado para suporte dos riscos a serem absorvidos pela mesma e o limite de retenção atuarialmente determinado. O limite de retenção corresponde à responsabilidade financeira máxima que a seguradora pode reter em cada risco segurado.

Uma seguradora com capital livre, isto é, com reservas de capital livres e não compromissadas com qualquer tipo de exigibilidade, ou seja, o capital que retornaria aos acionistas ou cotistas da sociedade seguradora, no caso de encerramento de suas atividades, de, digamos, um milhão de reais, não poderia, em princípio, assumir o compromisso de segurar uma plataforma de petróleo, por exemplo, cujo valor em risco ronda a casa dos bilhões de reais. Nesse caso, em que valores em risco de elevada magnitude devem ser segurados, o mercado – em nível nacional e internacional - se vale dos mecanismos de co-seguro e de resseguro.

O co-seguro se caracteriza pela relação contratual entre um segurado e várias seguradoras, sem que exista solidariedade entre elas. O segurado, por exemplo, pode vetar uma seguradora específica. O mecanismo de resseguro, ao contrário do co-seguro, envolve uma relação contratual entre uma seguradora e um ressegurador, sem qualquer interferência do segurado.

No caso do co-seguro, somam-se os limites de retenção de cada sociedade seguradora, devendo tal soma ser bastante para segurar o risco em foco. Na hipótese de resseguro, o limite de retenção da seguradora, somado com o limite de retenção da resseguradora, deve totalizar o valor em risco a ser segurado. Internacionalmente,

também existem as situações híbridas em que são combinados o co-seguro e o resseguro.

Em síntese, a boa técnica atuarial, que se converte em prática de gestão profissional, requer que a cessionária do risco estabeleça seu nível de retenção, em cada risco, em plena compatibilidade com seu nível de reservas livres de capital. A boa administração do limite de retenção determina a necessidade de celebração de contratos de cessão de riscos com co-seguradores ou resseguradores.

No caso específico do mercado de saúde suplementar no Brasil, as operadoras de saúde, que operam no regime de riscos a decorrer, são obrigadas a reter riscos, sem estabelecimento de limites máximos de responsabilidade financeira. Além de não poderem fixar tais limites, não contam com o mecanismo do resseguro, já que as operadoras de saúde não foram contempladas na Lei Complementar nº 126, de 2007, que selou o fim do monopólio do ressegurador oficial.

Como comentado anteriormente, as operações das operadoras de planos de saúde, sob o ponto de vista técnico, são idênticas às das sociedades seguradoras, para as quais se admite a celebração de contratos de resseguro. O que se busca, em última análise, com a alteração ora proposta na supracitada lei complementar, é a isonomia entre os planos de saúde e as companhias de seguros.

Vale lembrar que o Brasil é um país de dimensões continentais, marcado por profundas assimetrias regionais, com uma considerável quantidade de operadoras de planos de saúde de pequeno porte, espalhadas pelos rincões mais inóspitos.

A maioria absoluta dessas operadoras de pequeno porte, para as quais limites de retenção indeterminados prevalecem, dificilmente será longeva, caso não se permita o repasse dos riscos de maior magnitude econômica. A permissão tornará as operadoras menos vulneráveis à insolvência.

A extensão proposta no projeto de lei alinhará o mercado de riscos do segmento denominado saúde suplementar às melhores práticas internacionais, inclusive com o acesso, por parte das operadoras de pequeno porte a modelos de gestão de risco, normalmente acessíveis apenas às grandes corporações.

A medida proposta em muito contribuirá para melhorar o quadro econômico geral e do setor das operadoras de seguro e de seus clientes. Por isso, conto com o apoio dos meus Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **DEMÓSTENES TORRES**

LEGISLAÇÃO CITADA**Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI COMPLEMENTAR N° 126, DE 15 DE JANEIRO DE 2007**

Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO II
DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 2º A regulação das operações de co-seguro, resseguro, retrocessão e sua intermediação será exercida pelo órgão regulador de seguros, conforme definido em lei, observadas as disposições desta Lei Complementar.

§ 3º Equipara-se à cedente a sociedade cooperativa autorizada a operar em seguros privados que contrata operação de resseguro, desde que a esta sejam aplicadas as condições impostas às seguradoras pelo órgão regulador de seguros.

Art. 30. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Ficam revogados os arts. 6º, 15 e 18, a alínea i do caput do art. 20, os arts. 23, 42, 44 e 45, o § 4º do art. 55, os arts. 56 a 71, a alínea c do caput e o § 1º do art. 79, os arts. 81 e 82, o § 2º do art. 89 e os arts. 114 e 116 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999.

Brasília, 15 de janeiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Guido Mantega

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 16.1.2007.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador (Governador) Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a a minha inscrição para uma breve comunicação.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está inscrito o Senador Tião Viana, em primeiro lugar, para uma breve comunicação.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O segundo inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador Papaléo Paes.

O primeiro inscrito pela lista de oradores é o Senador Roberto Cavalcanti, mas, por entendimento, como fui informada, o Senador Tião Viana fará uso da palavra em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável.

Antes, eu gostaria de saudá-lo, de cumprimentá-lo como Governador recém-eleito do Acre. Parabéns. Isso nos dá a certeza da grandiosidade que será o próximo Governo do Acre, como têm sido os anteriores, mas especialmente com a sua pessoa como Governador recém-eleito. É o povo do Acre que precisa e merece continuar nessa linha de trabalho que vem sendo desenvolvida pelos Governos do Acre.

Parabéns ao nosso Senador querido do Partido dos Trabalhadores. O sucesso já está garantido, com certeza.

Parabéns!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, querida amiga de bancada e de vida, de caminhada, Sr^as e Srs. Senadores, trago exatamente o sentimento de gratidão neste momento ao povo do Acre pela eleição que pude viver no último dia 03 de outubro, quando fui eleito em primeiro turno no Estado, ao lado de um forte apoio popular para a bancada federal, a bancada estadual e a outra vaga de Senador.

Nós teremos o Governador Jorge Viana, ex-Governador, eleito Senador agora, compondo o Senado Federal pelo Partido dos Trabalhadores; o meu suplente, Aníbal Diniz, que é do Partido dos Trabalhadores, também assumirá, tão logo eu venha a assumir o Governo do Estado; e o outro candidato é do PMN, que vai assumir a terceira vaga do Senado, a partir do início de fevereiro para a próxima legislatura.

Eu venho agradecer ao Senado, agradecer a convivência que tive nesse período com os Senadores e Senadoras e com os servidores da Casa – sempre reafirmo, por onde passo, que convivo aqui, há doze anos, numa Casa que tem os mais elevados e qualificados técnicos do serviço público brasileiro. Tenho enorme orgulho dessa convivência, do aprendizado, da transferência de conhecimentos e opiniões sobre o Brasil verdadeiro, as regiões que vivemos, os Estados que representamos. Aqui pude fazer a defesa de um modelo federativo, de um processo legislativo em que acreditei, de um modelo de defesa do Estado brasileiro, das políticas públicas, do Governo que eu defendi e ajudei a construir, e tivemos enorme convivência, tanto no plano federal como no estadual.

O projeto político de que faço parte no Acre é o da Frente Popular, chamado Frente Popular do Acre, que já é vitorioso há doze anos e, pela quarta vez consecutiva, elege um Governador em primeiro turno, tendo eu sido reconhecido pelo povo do Acre como quem devia conduzir os destinos do Estado, na condição de Governador, pelos próximos quatro anos. Então, serão 16 anos de convivência intensa com o povo Acreano, de muito aprendizado, de superação dos problemas, das dificuldades e divisão de enorme esperança sobre o destino daquela região querida do Brasil, que nos coloca nas cabeceiras do rio Amazonas, que nos coloca de frente com a Amazônia brasileira, no coração da Amazônia brasileira, integrando com os irmãos peruanos e bolivianos.

O povo do Acre foi muito confiante nesse momento político da sua história, quando transferiu uma votação que me permitiu ganhar em mais de 60% dos Municípios do Estado. Das cinco regiões geográficas em que o Estado está dividido, eu fui vitorioso em quatro; das oito vagas para Deputado Federal, nós ganhamos cinco cadeiras, como parte do projeto político que eu represento; das 24 vagas para Deputado Estadual que compõem a Assembleia Legislativa do meu Estado, nós fomos vitoriosos em 16. Tivemos outro candidato ao Senado que lutou ao nosso lado, com muita dignidade e bravura, o Deputado Estadual Edvaldo Magalhães, que não conseguiu o êxito de vitória eleitoral para a conquista de um mandato de Senador do Brasil pelo Acre nesta eleição, mas é um líder estadual que está

em pleno vigor político e, com certeza, tem um enorme futuro pela frente no Estado.

Vim para agradecer ao povo acreano neste momento a convivência intensa, com muita humildade, muita simplicidade nas relações, buscando entender o que é o lamento, a esperança e a afirmação de valores de um povo que vive um exercício de democracia bonito neste País e, ao mesmo tempo, a compreensão do que estava acontecendo no plano nacional. Temos um Presidente, Lula – reconhecido com 93% de aprovação popular no Estado do Acre –, que encontra uma longa, forte e emotiva amizade com o povo acreano e que já assumiu o compromisso com o Governador Binho, comigo e com Jorge Viana de que vai fazer mais uma visita antes da sua despedida do Poder, da Presidência da República, ao nosso Estado do Acre para rever os amigos, rever as políticas públicas do Acre, falar do futuro e dividir seus conselhos, suas opiniões sobre o amanhã daquele Estado que ele tem no coração. Então, nós temos um Estado grato, agradecido ao Governo Federal pelo que conquistamos juntos, pela mudança dos indicadores sociais, da educação, da infraestrutura, das políticas socioambientais, das políticas de desenvolvimento ligadas aos servidores públicos, às forças produtivas do Estado; um Estado maduro democraticamente, que vive a pluralidade de ideias, de opiniões, de conceitos, de desenvolvimento, e que decidiu por esta caminhada, que eu possa representar na condição de Governador daqui por diante.

Então, eu vim aqui expressar a alegria no coração e dizer que o Senado foi um ambiente de muita força permanente ao meu trabalho, porque aqui aprendi, aqui troquei experiências, dividi responsabilidades com os colegas Senadores; uma Casa de grande debate nacional, que discute a essência do Parlamento brasileiro no que ele tem de mais sério e mais responsável. Espero que, na condição de Governador, eu possa ter a mesma convivência de amizade histórica, fraterna e de interesses públicos divididos entre o Acre e o Senado Federal.

Certamente, o Brasil vai ganhar dois grandes Senadores, Jorge Viana e Aníbal Diniz, que têm uma longa história de vida pública, de dedicação às causas populares, às causas da democracia, às causas da Amazônia e do interesse da região. Quem vai ganhar é o Brasil com a presença desses dois novos Senadores que estarão aqui. À terceira vaga eu desejo sorte – um candidato adversário, mas a mim compete desejar sorte e êxito no seu mandato.

Estou aqui para dizer muito obrigado às regiões do Acre, ao povo acreano, pela generosa votação, consciente e ética, a favor de um modelo político que faz bem à Amazônia, faz bem ao Estado e faz bem ao Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Parabéns, Senador Tião Viana, mais uma vez. E parabéns ao Acre.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Exatamente em virtude de não poder fazer um aparte ao Senador Tião Viana, eu quero parabenizar o povo do Acre por ter eleito o nosso Colega Tião Viana, reconhecer no Senador Tião Viana um homem de bons exemplos aqui nesta Casa, de bons exemplos para o seu Estado e dizer que eu, como médico, como colega de Senado Federal do Tião Viana, sinto-me muito feliz em vê-lo Governador do Estado do Acre.

Parabéns, Senador Tião Viana.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Papaléo Paes.

Saúdo os jovens que aqui estão nas nossas galerias e os profissionais da educação, com certeza, que os acompanham.

Parabéns e sejam muito bem-vindos.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, pela inscrição.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr^a Presidente. Também me acosto às ressalvas e às observações feitas ao Senador Governador Tião Viana, grande companheiro desta Casa, companheiro de extrema competência e elegância, que, sem dúvida, terá sua missão a cumprir no Estado do Acre, mas que deixará saudades nesta Casa pela sua atuação, pela sua competência, pelo seu coleguismo.

Senadora, Sr^s e Srs. Senadores, assisti nessa segunda-feira a depoimento do Presidente mundial da Renault-Nissan, o brasileiro Carlos Ghosn, sobre o futuro das tecnologias limpas do Brasil empregadas em veículos automotivos.

No depoimento, veiculado no programa Cidades e Soluções, da Globo News, o Presidente da Renault via com pessimismo o futuro no tocante à substituição da frota por tecnologias limpas, caso o Governo brasileiro não reduzisse a carga tributária que hoje impede os avanços desejados pela sociedade.

Como exemplo, citou a política norte-americana para o setor, que oferece um incentivo de US\$7.500 na compra dos carros elétricos, e a do Japão, onde, na aquisição de um veículo de US\$40 mil, o governo participa com US\$15 mil.

Ainda segundo Carlos Ghosn, no Brasil, mantida a atuação política tributária, esse mesmo veículo que custa US\$40 mil no Japão sairia por R\$150mil.

Sra Presidente, matérias divulgadas na imprensa brasileira nos últimos dias dão conta de que o Governo Federal, através dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia, deverá anunciar, ainda este ano, o programa de incentivo à produção de veículos híbridos movidos a energia elétrica ou biocombustível e aos puramente elétricos.

Trago aqui, Sra Presidente, várias matérias: "Insight da Honda é lançado no Japão"; "Automóvel híbrido: montadoras correm para estrear carros híbridos no Brasil"; "Conceito de Carros híbridos: Ford lançará o Fusion híbrido até o final do ano no Brasil"; "Carro elétrico brasileiro terá IPI reduzido"; "Lula adia as decisões de apoiar carro elétrico para após o 2º turno"; "Incentivos para carros elétricos adiado"; "Empresas automobilísticas e de energia desenvolvem projetos e novas tecnologias".

São várias e várias matérias, Sra Presidente, no tocante ao início da produção e comercialização dos carros híbridos elétricos no Brasil.

O programa do Governo Federal prevê também a criação do Regime de Inovação Automotivo, a ser lançado a partir de 2011, destinado a desenvolver e produzir no País tecnologias alternativas de motores, notadamente os carros flex, elétricos e os denominados híbridos, movidos a energia elétrica ou etanol ou biodiesels.

Sra Presidente, a geração e utilização de energia alternativa é um tema que tem ganhado cada vez mais destaque no cenário internacional em função da necessidade de preservação do meio ambiente. Diversos países têm envidado esforços significativos no sentido de participarem da nova corrida tecnológica de substituição de fontes de energia fóssil por energia limpa.

Nesse contexto, o desenvolvimento de veículos automotores elétricos tem sido considerado estratégico, tendo em vista que esse tipo de veículo reduz drasticamente a poluição local do ar e a poluição sonora.

Isso será tão mais verdadeiro quanto maior for a participação de fontes renováveis na matriz de energia elétrica.

Os veículos híbridos são igualmente importantes, pois a combinação de motores a combustão interna e motores elétricos num único veículo eleva significativamente a sua eficiência global.

Os veículos híbridos de porte médio chegam a rodar mais de 25 quilômetros com um litro de gasolina, reduzindo substancialmente a emissão de CO₂ na atmosfera em relação aos veículos convencionais.

Os híbridos já estão circulando e são vistos em várias ruas e estradas de vários países do mundo.

O Brasil não pode ficar de fora desse esforço para redução da poluição e melhoria do meio ambiente, especialmente nas grandes cidades.

É necessário incentivar a produção e o mercado de veículos elétricos e de híbridos para o transporte limpo e eficiente de pessoas e bens.

Além da redução da dependência dos combustíveis fósseis e da poluição nas grandes cidades, a produção e uso de veículos elétricos e de híbridos no País traria a criação de empregos especializados e a agregação de valor na produção nacional.

De forma a estimular a produção e o consumo de veículos híbridos ou movidos a energia elétrica no Brasil, entendo ser essencial a desoneração tributária desses produtos.

Assim, é com entusiasmo que saúdo a intenção do Governo brasileiro de oferecer uma política de incentivos pautada na redução do IPI, de modo a tornar esses carros mais baratos e mais competitivos.

Hoje, os veículos híbridos movidos a energia elétrica e biocombustível e os carros elétricos estão sujeitos ao IPI e 25%.

Com o programa, terão as mesmas alíquotas aplicadas hoje aos veículos flex, isto é, 7% para carros até mil cilindradas, 11% para carros entre mil e duas mil e 18% para os carros com cilindrada igual ou superior a duas mil.

Sra. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antecipando-me às medidas em estudo pelo Governo, em parte retardadas pelas eleições, apresentei o Projeto de Lei de nº 255, de 2010, de minha autoria, tratando da matéria.

Nesse sentido, o projeto concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação, bem como alíquota zero na Contribuição para o PIS/PASEP e na contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas operações envolvendo os referidos veículos.

Medidas de estímulo com o mesmo ideal já são adotadas em outros países.

Além disso, a Constituição Federal brasileira, em seu art. 170, inciso VI, enuncia que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado, entre outros, o princípio da defesa e do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Esclareço que o projeto não gera despesa nem renúncia de receita, razão pela qual não se faz necessária a observância das salvaguardas da Lei de

Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Efetivamente, hoje no Brasil não há produção nem mercado de veículos híbridos ou movidos à tração elétrica, razão pela qual não há tributação.

Portanto, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o objetivo da minha proposição é alterar esse quadro, estimulando a produção e a comercialização desses produtos e, dessa forma, sinalizando claramente o futuro da indústria automotiva que interessa aos brasileiros.

O Brasil não pode ficar olhando para o passado, cedendo à pressão de representantes de tecnologias ultrapassadas, pois estará na contramão do que se está praticando no mundo.

Olhar para o passado é, por exemplo, discutir a ampliação do uso de combustíveis, como óleo diesel e gasolina, mormente numa época em que esses combustíveis são reconhecidos mais pelo seu impacto ambiental negativo do que por suas virtudes.

As políticas para o desenvolvimento de novas e inovadoras tecnologias de produção de veículos vêm se aprofundando em vários países.

Não podemos ficar a reboque nesse processo de reposicionamento do paradigma de transportes, já iniciado em outros países.

É nesse espaço que o meu projeto se move.

Srª Presidente, pediria a V. Exª que fizesse constar nos Anais do Senado Federal este nosso pronunciamento, na íntegra, com as observações que foram feitas e com a separata que foi, com extrema perfeição, produzida pela Gráfica do Senado Federal – aqui faço meus elogios à Gráfica –, que tem o nome de Estratégias de Propulsão de Veículos no Brasil. A separata é um trabalho feito por nós, pelo nosso gabinete, por mim, decorrente de uma viagem que fiz ao Japão exatamente para ter, naquele país, as melhores informações no campo dos automóveis, já que esse país, nesse campo, está sempre à frente tecnologicamente. Lá estive para com eles aprender e no salão de Tóquio ter informações dos diversos fabricantes mundiais no tocante ao futuro da tecnologia de propulsão dos veículos no mundo e suas tendências futuras.

Era isso, Srª Presidente.

Agradeço a extrema atenção, pois, pela segunda vez no dia de hoje, V. Exª me concede um tempo privilegiado. Gostaria de, em dobro, fazer este agradecimento.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB–PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, celebramos, na data de hoje, sessão

conjunta do Congresso Nacional, o Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB).

Todos os dias, no Brasil e no mundo, milhares de aviadores labutam para garantir, com base nos seus conhecimentos profissionais, a segurança no transporte aéreo de passageiros e também de cargas.

Nada mais justo, portanto, que homenagear a briosa classe dos aviadores e a valorosa Força Aérea Brasileira, responsável pela segurança de nosso espaço aéreo.

Srªs e Srs. Parlamentares, o desenvolvimento ininterrupto da técnica, em qualquer tempo e lugar, é o correto indicador do grau de libertação humana do jugo da necessidade, que nos é duramente imposta pela própria natureza.

A descoberta do fogo; a invenção da roda; o desenvolvimento das técnicas de navegação; o progressivo uso de variados meios de comunicação a distância; todos esses momentos da aventura humana na Terra reiteram nossa capacidade inigualável de compreender e desvelar o *logos* oculto no universo.

Parece-nos, portanto, ilimitada a capacidade do homem de se emancipar das fragilidades inerentes à sua condição física, em meio a uma natureza no mais das vezes inclemente e cega aos nossos sofrimentos.

Mas é da própria natureza que tiramos as lições para a permanente superação dos nossos estreitos limites.

Antes de nós, os pássaros voavam, e seu dom de alcançar vôos haveria de nos causar uma inveja benigna.

A liberdade que somente as asas proporcionam haveria de nos inspirar, e a capacidade de observação de nossos antepassados levou a humanidade ao progressivo acúmulo de saberes no campo da aviação, inicialmente antecedida por rudimentar balonismo, até o momento em que a técnica nos permitiu sustentar, em céu aberto, corpos de aeronaves mais pesadas que o ar.

O fulgurante momento em que o homem se ergue a ponto de desafiar a própria gravidade é uma das maiores conquistas de nossa História, conquista capaz de ampliar, pelo seu significado intrínseco, a nossa própria autoconfiança em nossa capacidade de realização.

Nossa presença nos ares por meio do avião completou, na primeira década do século 21, os primeiros cem anos.

De lá para cá, o acúmulo ininterrupto de conhecimentos científicos e práticos converteu a aviação civil no mais seguro meio de transporte à disposição de centenas de milhões de pessoas, que fazem uso cotidiano da aviação civil nos seus deslocamentos pelo Brasil e pelo mundo.

E quem é o garante máximo da segurança nas operações aeroviárias, senão o aviador, tanto civil quanto militar?

Quem, senão esse herói dos ares encarna o sonho dos nossos antepassados, que tanto sonharam em obter a capacidade de voar, antes exclusiva dos animais alados?

O curso ininterrupto do tempo transformou a pilotagem de aviões em uma profissão confiável, segura, beneficiária da incrível sofisticação produzida pelas ciências no desenvolvimento de aeronaves imensas.

Por isso é que falar em aviação é falar no valor da tecnologia a serviço da humanidade, e ninguém mais que Alberto Santos Dumont encarnou, a um só tempo, o intrépido herói dos ares e o laborioso cientista aplicado, na realização de projetos.

Eis porque a Lei nº 218, de 4 de julho de 1936 instituiu o dia 23 de outubro como o Dia do Aviador, por ser essa a data em que o brasileiro Santos Dumont realizou seu primeiro vôo público em avião, a bordo do célebre *14 Bis*, no Campo de *Bagatelle*, na cidade de Paris, em 1906.

O feito, testemunhado por incontáveis espectadores e por toda a imprensa internacional garantiu ao inventor brasileiro o reconhecimento mundial, desde então considerado o mais importante responsável pela invenção do avião.

O nome deste valoroso brasileiro associa-se tão profundamente ao desenvolvimento da aviação que nos parece simplesmente impensável tratar, na ágora contemporânea – o Congresso Nacional, no Brasil – de temas relativos à aviação sem aludir ao nome de Santos Dumont.

Sr^{as}s e Srs. representantes do povo brasileiro, com a maior complexidade das aeronaves, foi-se criando, em todo o mundo, a ânsia por novos recordes em travessias aéreas, mais extensas a cada ano, em uma progressão que também dependia, intrinsecamente, do acúmulo da técnica aplicada à aviação.

Ao mesmo tempo, a aviação internacional, atividade inicialmente exclusiva dos homens, passou a contar com a corajosa participação feminina.

No Brasil, Anésia Pinheiro Machado, primeira mulher a executar um vôo solo, em 17 de março de 1922, e também a primeira mulher a conduzir passageiro em avião, em 23 de abril de 1922; Tereza de Marzo, primeira brasileira brevetada, em 8 de abril de 1922, pela Federação Aeronáutica Internacional, e Ada Rogato, que viajou da Terra do Fogo até o Alasca em 1951, pilotando, sozinha, um pequeno avião, são exemplos de nosso democrático pioneirismo na aviação civil.

Sr^{as}s e Srs. Deputados e Senadores, não terminaria minha fala sem ressaltar a importância da Força Aérea Brasileira para a preservação dos interesses nacionais brasileiros, em áreas vitais como a Amazônia,

nossas fronteiras com outros países e toda a nossa imensa área litorânea.

O dia 23 de outubro – relembramos – não é apenas o Dia do Aviador, mas também a data em que somos convidados a parar para refletir sobre a importância dos nossos aviadores militares na defesa de nosso território e dos nossos interesses históricos – como nas campanhas na Itália, pela libertação mundial do jugo nazi-fascista – e no combate a males do tempo presente, como o tráfico aéreo de drogas e de animais silvestres, entre outros.

Sr. Presidente, Srs. homenageados, sempre gostei de aviação.

Quando criança - e tenho fotos guardadas - minha fantasia de carnaval era sempre de piloto à moda antiga, com óculos de proteção e capacete de couro.

Sou da geração do pós-guerra, nasci em 1946, quando os pilotos eram os grandes heróis: Batalha da Inglaterra e tantas outras vitórias.

Na Segunda Guerra Mundial, minha época de criança, os pilotos eram os grandes heróis.

Havia também uma razão: a fantasia de piloto tinha uns óculos de plástico antigo, que me protegia da grande brincadeira do carnaval, também à minha época, que era o lança-perfume.

Então, todos os meninos em volta de mim choravam, e eu estava imune ao lança-perfume.

Lança-perfume para mim sempre teve o prazer do cheiro gostoso e do friozinho que batia.

Pena que o lança-perfume depois tenha sido desvirtuado no seu uso e posteriormente proibido.

Na adolescência, tirei brevet no Aeroclube de Pernambuco, à época chamado encanta-moça.

Lamentavelmente não funcionou, não encantei!!!

E ter brevet não significa ser piloto de carreira.

Fiz outros vôos...

Desenvolvi outras atividades na vida, mas guardei sempre, no fundo do coração e da minha memória, aquele prazer, aquele gosto pela aviação...

Agora, eis-me aqui no Senado da República para defender o completo e permanente reaparelhamento da FAB, mediante a aquisição dos mais modernos caças de combate.

Essa é uma dívida que precisamos resgatar com os nossos homens da Aeronáutica.

A modernização traduzida em competitividade da frota operada pela Força Aérea Brasileira, orgulho do Ministério da Defesa e todos os cidadãos de bem deste País, é fundamental para a salvaguarda dos interesses do nosso povo, que também deseja a transferência de tecnologia aeronáutica dos fornecedores, de maneira a promover a inserção do Brasil no clube dos países produtores da sofisticada tecnologia de Defesa.

Finalizando, apresento meus mais sinceros votos de felicitações a todos os aviadores brasileiros, civis e militares, e também à valorosa Força Aérea Brasileira, pelo relevante papel que cumprem em nosso País e em nossas vidas.

E aproveito a oportunidade para compartilhar com os meninos e meninas do Brasil, que cultuam ou cultuaram, como eu, o “sonho de Ícaro”, a nossa afetu-

osa homenagem, plena de admiração e respeito, aos aviadores brasileiros.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Senador ROBERTO CAVALCANTI

**ESTRATÉGIAS DE PROPULSÃO
DE VEÍCULOS NO BRASIL**

BRASÍLIA - DF

SUMÁRIO

Apresentação	5
Estratégias de Propulsão no Brasil	7
Voto em separado	27
Adendos (reportagens e entrevistas sobre a matéria)	33

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho resultou de duas reflexões iniciais, a saber: a necessidade urgente de se derrubar o PLS nº 656, de 2007 que "Altera o art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para permitir a comercialização de veículos de passeio movidos a diesel", em tramitação no Senado Federal e já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a preocupação da minha geração de economistas, empenhada em pensar o Brasil no longo prazo.

Para dar consequência a essas razões, acionei a Consultoria Legislativa do Senado Federal nas pessoas dos especialistas em Energia, Edmundo Montalvão e Ivan Dutra Faria, que foram incansáveis na busca de um texto capaz de sensibilizar a sociedade brasileira e os Senhores Senadores na hora de decidirem sobre o referido projeto.

Como eu havia empreendido viagem de caráter privado ao Japão, entre 23 de outubro e 3 de novembro do ano passado, para participar do Tokyo Motor Show, o Salão do Automóvel do Japão, construímos a várias mãos este relatório, usando como ponto de partida a matéria-prima do Salão do Automóvel.

Assim, ao tempo em que compartilho com os Senadores as valiosas informações trazidas do Oriente, tento oferecer à sociedade e aos estudiosos que se preocupam com os rumos do desenvolvimento nacional este pequeno artigo – sem nenhuma pretensão acadêmica – sobre o tema "Estratégias de Propulsão de Veículos no Brasil", colocando para discussão algumas ideias sobre as cinco opções de tração veicular do futuro, e, dessa forma, estimular o debate em torno dos incentivos que podem ser criados para estimular o desenvolvimento dessas opções.

Senador ROBERTO CAVALCANTI

ESTRATÉGIAS DE PROPULSÃO DE VEÍCULOS NO BRASIL

1. INTRODUÇÃO

O uso da energia, na sua face moderna, iniciou-se com a invenção da máquina a vapor à base de carvão, no século XVIII. Essas máquinas passaram a substituir o esforço humano e a tração animal, abrindo espaço para a Revolução Industrial. Desde então, iniciou-se uma vertiginosa corrida pela melhoria da eficiência dos processos produtivos e pela inovação.

A primeira máquina a vapor usada em larga escala no inicio do século XVIII tinha eficiência de apenas 1%. Em outras palavras, apenas 1% da energia disponível na queima do carvão era transformada em movimento mecânico. Já na primeira metade do século XIX, as máquinas a vapor chegavam a 17% de eficiência, mediante o aumento gradual da pressão de trabalho.

A invenção da locomotiva a vapor, em 1803, inaugurou a era dos transportes por veículos autônomos. Rapidamente, essa nova modalidade de transporte de carga e de passageiros se espalhou pelo mundo, em razão de o seu custo ser um terço do valor de transporte por tração animal.

O uso do carvão como insumo para a conversão da energia térmica em energia mecânica dominou o cenário da Revolução Industrial até a segunda metade do século XIX, quando entraram em cena o petróleo e seus derivados.

Os motores alimentados por gasolina e óleo diesel mostraram-se muito mais eficientes e compactos do que as máquinas a vapor da época, superando o percentual de 30% de eficiência. Nascia, então, a indústria automobilística. O petróleo foi o grande catalisador desse processo.

A propulsão de veículos por meio de motores a combustão interna alavancou a indústria automobilística a patamares nunca antes experimentados pela humanidade e inaugurou um novo paradigma de transporte no século XX. Cidades inteiras foram remodeladas para acomodar esse novo estilo de vida, estradas, pontes, túneis foram construídos, transportes de carga migraram em grande medida para caminhões. Desde então, as cidades e os países funcionam

em torno de automóveis e caminhões. É difícil imaginar como as grandes cidades poderiam funcionar sem o concorso dos veículos automotores.

Porém, nos últimos trinta anos, surgiram claros sinais de que esse paradigma precisa ser repensado. O alerta de cientistas de que a crescente emissão de gases resultantes da queima de combustíveis fósseis – entre eles o petróleo – estava provocando um aquecimento global gerou inquietações por todo o mundo e cristalizou a necessidade de se tomarem medidas mitigadoras do efeito estufa. Repentinamente, o petróleo tornou-se um dos principais vilões do aquecimento global.

Segundo os principais pesquisadores da área, há uma estreita correlação entre o aumento da temperatura média da terra e o aumento da concentração de CO₂ emitido principalmente por combustíveis fósseis. A concentração de CO₂ na atmosfera cresceu de 280 partes por milhão (ppm) no início da Revolução Industrial para 370 ppm no início deste século, provocando um crescimento de tendência exponencial na temperatura média da terra. Até o momento esse crescimento foi de 1°C. Parece pouco, mas não é. A manutenção dessa tendência, segundo os especialistas, pode provocar rupturas definitivas no clima da terra antes do final do século XXI.

Paralelamente a essas pertinentes preocupações ambientais, surgiram também alertas de que o crescimento das reservas mundiais de petróleo estaria chegando ao seu limite, sinalizando o início do seu processo de esgotamento. Ainda que haja discussões quanto à data desse evento, é bastante provável que já na primeira metade deste século esse processo se iniciará.

Para piorar o cenário, as principais fontes de petróleo estão em países politicamente instáveis. A dependência das nações por fontes não renováveis de energia tira o sono dos seus dirigentes, pois gera uma real insegurança no seu atendimento energético. A transição energética de fontes não renováveis para fontes sustentáveis é urgente, e deveria ser iniciada imediatamente.

Urge, portanto, ajustar o paradigma de transporte terrestre que vicejou desde o início do século XX aos requisitos ambientais do século XXI e ao gradual esgotamento das reservas mundiais de hidrocarbonetos. Para viabilizar, sem perda de tempo, esse ajuste, é preciso reposicionar, em escala mundial, as estratégias de propulsão dos veículos automotores, com o intuito de incorporar as novas opções tecnológicas já desenvolvidas pelos *players* internacionais do setor automobilístico, e que levam em conta a preservação do meio ambiente.

As extraordinárias reservas de petróleo e gás natural no pré-sal certamente garantirão ao Brasil uma tranquila transição energética para as fontes sustentáveis. Essas reservas poderão, inclusive, oferecer a outros países a estabilidade e a segurança no atendimento de suas necessidades de combustíveis fósseis nas próximas décadas. Mas até o pré-sal se esgotar, no futuro, e não se deve perder a oportunidade de iniciar o debate em torno das opções que sustentarão, de forma consistente e duradoura, a necessidade do mundo por energia.

O Brasil não pode ficar olhando para o passado, cedendo à pressão de representantes de tecnologias ultrapassadas, pois estará na contramão do que se está praticando no mundo e olhando para o passado.

Olhar para o passado é, por exemplo, discutir a ampliação do uso de combustíveis como o óleo diesel e a gasolina, momentaneamente numa época em que esses combustíveis são reconhecidos mais pelo seu impacto ambiental negativo

do que por suas virtudes.

As políticas para o desenvolvimento de novas e inovadoras tecnologias de propulsão de veículos vêm-se aprofundando em vários países, mas não no Brasil. Não podemos ficar a reboque nesse processo de reposicionamento do paradigma de transporte, já iniciado em outros países.

Nesse contexto, destacam-se cinco opções tecnológicas para o tracionamento de veículos automotores compromissadas com a preservação do meio ambiente e com a gradual independência do uso de combustíveis fósseis. A seguir, resumirei as características dessas opções.

2. O BRASIL E AS CINCO OPÇÕES PARA O FUTURO

A ciência tem dado tempestivas respostas às questões suscitadas pelo conflito entre desenvolvimentistas e ambientalistas. No campo do transporte, as respostas vieram sob a forma de cinco tipos de tecnologia de tração de veículos, com resultados promissores. Descreverei sucintamente cada uma delas.

2.1 Veículos do Tipo Flex

Remonta ao início da década de 90 o desenvolvimento motores que trabalham com álcool ou gasolina isoladamente, ou com qualquer mistura dos dois combustíveis. Todavia, o primeiro automóvel flex foi lançado em março de 2003 pela Volkswagen, utilizando um sistema desenvolvido pela Bosch.

O objetivo inicial da empresa alemã era criar um sistema de gerenciamento de motor eletrônico que trabalhasse, simultaneamente, com álcool e gasolina. O grande desafio era fazer com que os dois combustíveis se mantivessem misturados, garantindo, desse modo, queima uniforme e funcionamento adequado do motor, ao mesmo tempo.

Havia o risco de que, ao juntarem-se o etanol hidratado e a gasolina, as propriedades físico-químicas distintas dessas misturas fizessem com que ficassem separadas. Contudo, uma série de testes comprovou a viabilidade da mistura e, assim, a empresa iniciou o desenvolvimento do sistema.

A mudança mais significativa ocorreu na programação da memória da unidade de controle eletrônico, pois aumenta muito a quantidade de informações associadas ao funcionamento do motor com os dois combustíveis. Também merecem citação o desenvolvimento de novas tecnologias na produção de velas de ignição e proteção adicional contra os efeitos corrosivos do álcool, implantada no módulo de combustível.

Os motores flex permitem a escolha do perfil de desempenho do veículo. É possível optar, por exemplo, por uma *performance* mais esportiva ou mais econômica. Caso seja escolhida a primeira opção, o motorista poderá adicionar uma maior quantidade de álcool no tanque, o que aumentará a potência máxima do motor. Se a opção for a economia, a adição maior de gasolina é a melhor escolha.

Um sensor faz o reconhecimento automático do teor de oxigênio do combustível, detectando, assim, a presença do álcool. Note-se que a presença desse elemento químico nas moléculas que compõem a gasolina é insignificante, enquanto que, no etanol, o átomo de oxigênio faz parte de sua fórmula molecular. Desse modo, essa informação é passada para a unidade de comando que, a partir daí, de forma automática, adapta todas as funções de gerenciamento do motor ao combustível escolhido.

Evidentemente, o motor bicombustível faz com que, com as variações de preço do petróleo no mercado mundial, o uso do álcool apresente vantagens para o motorista. Entretanto, em cenários pessimistas de mudanças climáticas globais, a utilização dos motores flex fuel traz uma contribuição de valor ainda não estimado em toda a sua dimensão pelos técnicos, cientistas e governantes.

Note-se, também, que a instabilidade do preço do etanol, em função dos resultados das safras de cana-de-açúcar e da demanda mundial por biocombustíveis, é uma variável de significativo peso na análise das estratégias setoriais para as próximas décadas.

O ano de 2009, por exemplo, foi caracterizado por aumentos nos preços do álcool combustível, em marcante contradição com o fato de haver sucessivos recordes de produção de cana e expressivo crescimento do setor sucroalcooleiro.

A hipótese de grande instabilidade nos preços do etanol parece ainda mais consistente quando se considera uma possível abertura comercial estadunidense ao álcool brasileiro, o que elevaria a demanda por exportação desse carburante.

Ainda assim, é forçoso observar que os dados divulgados pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) apontam para uma evitação da emissão de mais de 75 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera, de abril de 2003 a outubro de 2009.

A marca de 75.918 milhões de toneladas de CO₂ evitadas foi medida por meio do "carbonômetro". Trata-se de ferramenta que estima a quantidade do poluente que deixou de ser emitida graças ao consumo de álcool pelos veículos.

Desenvolvido pela Unica, o "carbonômetro" sugere que, para atingir o mesmo total de CO₂ que deixou de ser emitido por carros flex, seria preciso plantar e manter ao longo de 20 anos mais de 200 milhões de árvores nativas. A metodologia de cálculo da equivalência em árvores foi desenvolvida pela Organização Não-Governamental (ONG) SOS Mata Atlântica.

O "carbonômetro" considera tanto o etanol consumido diretamente pelos veículos flex quanto os 25% desse álcool na mistura com a gasolina. Note-se que os cálculos da Unica não incluem os benefícios proporcionados pela frota de veículos movidos exclusivamente a álcool hidratado que ainda se encontram em circulação.

A partir de 2010, o "carbonômetro" será utilizado para calcular as emissões evitadas por motocicletas flex movidas a etanol que chegaram às lojas em março de 2009, com o lançamento do modelo Honda CG 150 Titan Mix, de 150 cilindradas, desenvolvido exclusivamente para o mercado brasileiro.

A Unica estima que, em 2012, a quantidade de automóveis e utilitários flex corresponderá a 50% do total em circulação no território brasileiro e que esse número deverá ser ainda maior em 2015, quando atingirá 65% da frota nacional. Atualmente, a frota de veículos flex é da ordem de sete milhões de veículos, representando cerca de 28% do conjunto que compõe a frota nacional.

2.2 Veículos com Diesel Limpo

Ao processarem a mistura de hidrocarbonetos denominada petróleo, as refinarias produzem diversas outras misturas, discriminadas por sua composição. Dentre elas, o óleo diesel se destaca por apresentar uma composição que forma o combustível com maior índice de energia, entre os originários do petróleo. Essa propriedade lhe confere o melhor rendimento entre as combustões fósseis.

Além das reações associadas à presença de átomos de carbono na molécula, acarretando a produção de monóxido (CO) e dióxido de carbono (CO₂), há um grande problema na combustão da mistura que forma o diesel. Trata-se

da presença do enxofre, um elemento químico cuja oxidação – inerente ao processo de combustão – forma anidridos.

Os anidridos reagem com a água e dão origem a oxiácidos. No caso dos anidridos sulfuroso (SO_2) e sulfúrico (SO_3), há a produção de ácido sulfuroso (H_2SO_3) e ácido sulfúrico (H_2SO_4), respectivamente. Essas substâncias acidificam a chuva, provocando o fenômeno conhecido como “chuva ácida”. Além disso, esses anidridos são responsáveis por ações danosas às vias respiratórias dos seres humanos, contribuindo fortemente para a poluição atmosférica das grandes cidades.

A presença de enxofre no óleo diesel vem sofrendo fortes reduções nos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, as refinarias já chegaram à quase total eliminação desse elemento na mistura. Esse diesel limpo é importante para a indústria automotiva por motivos que, em princípio, nada têm a ver com a poluição atmosférica. É que o enxofre dificulta o funcionamento dos dispositivos de controle dos gases de escape nos motores a diesel. Esse foi um desafio superado pela indústria no caso dos catalisadores nos veículos a gasolina, mas que remanesce nos veículos a diesel.

Entretanto, a batalha pela eliminação da presença de enxofre na gasolina, ocorrida na década de 70, resultou em avançadas tecnologias de controle de emissões, tornando os veículos a gasolina até 95% menos poluentes. É o que se espera que vá ocorrer com a quase total eliminação do enxofre no diesel: a tecnologia automotiva “Clean Diesel”, ou seja, o “Diesel Limpo”.

Segundo o Prof. Dr. Paulo Saldiva, médico e doutor em Patologia pela Universidade de São Paulo (USP), onde também exerce a chefia do Laboratório de Poluição Atmosférica, de 2009 a 2040, haverá cerca de 25 mil mortes que terão como um fator causador o alto teor de enxofre no diesel.

A Petrobras avança na adaptação de suas refinarias e unidades de hidrotratamento, visando à redução cada vez maior do volume de enxofre presente no diesel. Estamos falando, nesse caso, do diesel S-10, ou seja, com 10 partículas de enxofre por milhão, exigido para a próxima etapa do programa nacional de controle de emissões, prevista para ser iniciada em janeiro de 2013, para atender a uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Note-se que, hoje em dia, 70% do consumo de diesel no Brasil corresponde ao tipo S-1800.

A Petrobras prevê que, durante alguns anos, os postos brasileiros terão três tipos de diesel, pois a estatal não conseguirá abastecer toda a frota com a versão S-10 do combustível. O fornecimento do S-10 é condição primordial para a adoção de motores da categoria Euro 5, que emitem menos poluentes, cuja entrada no País seria em 2016. Contudo, o Conama antecipou essa entrada para 2013, uma vez que a indústria automotiva não cumpriu o acordo para pôr nas ruas caminhões e ônibus com motores padrão Euro 4, associados ao diesel S-50, ou seja, com 50 ppb de enxofre em sua composição.

Os mercados consumidores norte-americano e europeu vêm, cada vez mais, exigindo alta eficiência de combustível e emissões extremamente baixas, sem abrir mão de elevado desempenho. A Volkswagen promete apresentar tecnologias inovadoras de propulsão – altamente econômicas e com baixas emissões – em janeiro de 2010, no North American International Auto Show (NAIAS), a ser realizado em Detroit, EUA. São os motores TDI Clean Diesel, considerados revolucionários pelos especialistas, capazes de desempenhos da ordem de 7,6km/l nas cidades e 10,6km/l nas estradas; em perfeita obediência à legislação dos 50 estados dos EUA.

2.3 Veículos Elétricos Puros (VE)

São veículos propelidos por motores elétricos, que usam como fonte primária de energia um banco de baterias. A energia química armazenada nas

baterias é convertida em energia elétrica, que, por sua vez, é convertida em energia mecânica num motor elétrico, proporcionando a locomoção do veículo.

Atualmente, os VE não concorrem com os veículos movidos a combustível fóssil, pois são mais caros e com menor autonomia, raramente ultrapassando cem quilômetros. Por isso, costumam levar também um pequeno motor a combustível líquido para garantir mobilidade até o ponto de recarga das baterias. O tempo de recarga também é um problema, podendo chegar a algumas horas.

Esses aspectos, entretanto, não devem ser vistos como um obstáculo à comercialização de veículos elétricos. A criatividade tem vindo ao socorro dessa tecnologia de ponta para torná-la viável em pouco tempo. Eis algumas soluções inteligentes para os problemas que o carro elétrico enfrenta:

- Para usuários que trabalham em local fixo, o carro pode ficar estacionado durante cinco a oito horas contínuas, o que permite a recarga parcial – ou mesmo total – das baterias.
- Os bancos de baterias podem se tornar uma *commodity*, ao estilo dos botijões de gás, onde a troca de um banco de baterias descarregadas por outro previamente carregado pode durar apenas um minuto. Para isso, é necessário padronizar os bancos de baterias.
- Postos com equipamentos especiais podem viabilizar a recarga rápida das baterias, entre quinze e trinta minutos, enquanto o motorista faz um lanche.
- As garagens dos prédios e dos *shoppings*, estacionamentos pagos podem ter tomadas especiais para carregar as baterias de veículos estacionados.

Tais facilidades viabilizariam, de imediato, o uso de veículos elétricos para determinado tipo de usuário, que faz trajetos curtos entremeados por longas paradas. A evolução da tecnologia das baterias tende a aumentar a autonomia dos VE, e torná-los realmente competitivos com os veículos convencionais.

Ressalte-se que há uma relação intrínseca entre o custo dessas baterias e o desenvolvimento da tecnologia de armazenagem de energia em baterias, cujo estágio atual inviabiliza, por enquanto, a comercialização desses veículos.

As fotos abaixo ilustram alguns tipos de veículos elétricos puros e bancos de baterias, mostrados na Tokyo Motor Show de 2009, o Salão do Automóvel do Japão, onde estive recentemente.

Algumas palavras adicionais devem ser ditas sobre motocicletas antes de seguir adiante. É sabido que as motos convencionais são as principais poluidoras das grandes cidades. A liberação de monóxido de carbono por uma moto é trinta vezes maior do que a de um automóvel.

Assim, ganha enorme importância o uso de motos elétricas nas cidades. Sua autonomia ainda é reduzida – em torno de 50km – e o tempo de recarga da bateria é de duas a seis horas, mas, mediante uma adequada infraestrutura urbana, é possível viabilizar sua utilização intensiva. A motocicleta elétrica é própria para locomoção dentro das cidades.

Deve-se ressaltar, contudo, os esforços empreendidos por algumas empresas no sentido de mitigar os impactos negativos da utilização das motocicletas sobre o ar que respiramos, mesmo antes que tais avanços tecnológicos sejam viabilizados.

A Honda, por exemplo, em 2009, não produziu motos que não atendesse às exigências da terceira etapa do Programa de Controle da Poluição do Ar para Motociclos e Veículos Similares (PROMOT 3).¹

A empresa atingiu sua meta de produção de motocicletas em conformidade com Promot 2 ao longo do ano de 2008, o que foi suficiente para atender à demanda do mercado, até a chegada dos modelos em conformidade com o Promot 3.²

2.4 Veículos Híbridos (VH)

São veículos acionados tanto por motores a combustão interna quanto por motores elétricos. Há três modelos de construção adotados pela indústria automobilística:

- **Híbrido-Paralelo** – nesse modelo, o acionamento básico é feito por um motor a combustão interna; um motor elétrico auxilia o acionamento

1. A proposta inicial para o controle otimizado dessa categoria foi baseada nas legislações vigentes na Europa, principalmente na Diretiva das Comunidades Europeias nº 97/24/EC, sendo os primeiros limites de emissão propostos para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2003 (limites EURO I). A proposta culminou na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 297, de 26 de fevereiro de 2002, que concedeu tempo suficiente para o aprimoramento tecnológico desses veículos, impondo, a partir de janeiro de 2006, uma redução significativa nas emissões (limites EURO II). Em seguida, foram estabelecidas a Instrução Normativa IBAMA nº 17, de 2002, e a Resolução CONAMA nº 342, de 2003, complementando a Resolução CONAMA nº 297, de 2002, estabelecendo limites EURO III para os motociclos, a partir de 2009.

2. O Promot 3 define que as motos devem emitir níveis de poluentes equivalentes aos dos automóveis (em gramas por quilômetro rodado), a saber: 2,0 g/km de monóxido de carbono (CO); 0,8 g/km de hidrocarbonetos, para motocicletas até 150 cm³; 0,3 g/km de hidrocarbonetos, para motocicletas acima de 150 cm³; e 0,15 g/km de óxidos de nitrogênio (NOx).

básico, com o intuito de melhorar seu desempenho. É bastante usado em automóveis de pequeno porte.

- **Híbrido-Série** – o acionamento básico é feito por um motor elétrico; um motor a combustão interna apenas aciona um gerador elétrico responsável pela alimentação do motor elétrico e para carregar as baterias. É usado em automóveis de grande porte.
- **Híbrido-Misto** – combina aspectos dos dois primeiros modelos, visando maximizar os benefícios de ambos. Este modelo permite fornecer energia para as rodas dos veículos e gerar eletricidade simultaneamente, por meio de um gerador.

Essa tecnologia já está disponível nos países desenvolvidos, e foi consequência direta do programa norte-americano "Parceria para uma Nova Geração de Veículos", lançado pelo Governo Clinton logo após a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, realizada em junho de 1992.

O programa visava dar um salto de eficiência no consumo dos veículos comercializados e a reduzir as emissões veiculares. Os VH são de 20 a 30% mais eficientes do que os veículos acionados apenas por motores a combustão interna. O Toyota Prius chega a fazer 23km com um litro de gasolina. No ano de 2009, estima-se que serão vendidos perto de 700 mil veículos híbridos no mundo.

A seguir, apresento algumas fotos de veículos híbridos expostos na Tokyo Motor Show de 2009.

2.5 Veículos a Células Combustível

O conceito de células de combustível existe há quase dois séculos, e a primeira célula foi desenvolvida por um cientista do Reino Unido, William Grove. Com a evolução dos motores a combustão, elas ficaram relegadas a um segundo plano, até a década de 60, quando passaram a ser usadas no programa espacial americano para produzir eletricidade e água potável.

A ideia original de Grove consistiu em investigar o processo inverso ao da eletrólise da água. A eletrólise consiste em provocar uma reação química por meio da ação de uma corrente elétrica. De modo simplificado, pode-se dizer que uma célula eletrolítica é o inverso de uma célula eletroquímica, isto é, uma pilha.

Ao reagir hidrogênio com oxigênio para gerar eletricidade, por exemplo, está-se convertendo, diretamente, energia química em energia elétrica e térmica. Essa conversão ocorre por meio de duas semirreações químicas em dois eletrodos distintos, separados por uma solução condutora de eletricidade (eletrólito). Essas duas semirreações simultâneas formam uma reação química completa e que funciona como uma bateria em que a concentração dos reagentes é mantida por uma espécie de alimentação contínua.

Há, então, oxidação de redutor (combustível) no anodo e redução de oxidante no catodo. Quando o hidrogênio é o combustível e o oxigênio o oxidante, na célula de combustível forma-se água e liberam-se elétrons, que podem gerar energia elétrica. Portanto, no processo consome-se um combustível, com liberação de energia e água.

Enquanto as baterias comuns devem ser recarregadas quando não há mais reagentes, nas células combustíveis, os reagentes podem ser fornecidos continuamente. Uma célula de combustível pode converter mais do que 90% da energia contida num combustível em energia elétrica e calor. Os motores a combustão usam a pressão criada pela expansão dos gases de combustão para fazer trabalho mecânico. As células a combustível fazem com que esse trabalho seja obtido de modo mais eficiente.

Alguns tipos de células a combustível trabalham de modo estacionário, enquanto outras são utilizadas em aplicações portáteis, ou para energizar automóveis. A célula a combustível com membrana para troca de prótons (PEMFC) parece ser a tecnologia mais promissora. A reação em uma única célula a combustível produz apenas 0,7 volts, aproximadamente. Por isso, para elevar a tensão, as células a combustível devem ser combinadas para formar uma bateria de células a combustível.

3. INCENTIVOS AOS VEÍCULOS NOVOS

No Brasil, já há alguns incentivos a veículos elétricos. Sete Estados isentam os proprietários de veículos elétricos do pagamento de IPVA. São eles: Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe. Outro incentivo observável é que o rodízio de veículos em São Paulo não se aplica a veículos elétricos. No âmbito federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cobra juros de 1% ao ano

para financiar aquisição de ônibus elétricos para transporte metropolitano de passageiros. Mas ainda é pouco. É preciso incentivar o desenvolvimento dessa tecnologia no País.

Não há incentivos aos veículos híbridos. Esses veículos, ainda inexistentes no mercado brasileiro, contribuem substancialmente para a redução de gases emitidos pelos motores a combustão interna que açãoiam os veículos convencionais, além de reduzir o consumo de derivados de petróleo. Se a tecnologia flex for associada à tecnologia de veículos híbridos, os impactos ao meio ambiente podem ser enormemente reduzidos.

É preciso aprovar, no Congresso Nacional, uma política abrangente que contemple fortes incentivos às cinco formas de propulsão de veículos automotores descritas anteriormente. Elas representam o futuro do transporte no mundo, sendo estratégica para o Brasil, a busca da fronteira do conhecimento nessa área tão fundamental para o cotidiano das pessoas e, principalmente, para a sustentabilidade ambiental do planeta.

BIBLIOGRAFIA

1. www.inee.org.br
2. www.aiove.org.br
3. www.pt.wikipedia.org
4. Revista *Época* nº 598, de 3 de novembro de 2009.
5. www.unica.com.br/
6. www.biodieselbr.com
7. www.etanolverde.com.br
8. www.honda.com.br

VOTO EM SEPARADO

Perante a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 656, de 2007, que altera o art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para permitir a comercialização de veículos de passageiros movidos a diesel.

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº.656, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera o art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para permitir a comercialização de veículos de passageiros movidos a diesel.

A proposição adiciona parágrafo único ao art. 8º da referida Lei, cujo caput define a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), anteriormente denominada Agência Nacional de Petróleo, como entidade instituída para promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

O objetivo do PLS nº 656, de 2007, é autorizar a comercialização de motores a diesel em veículos com capacidade de carga de até 1.000 kg.

Segundo a justificação da iniciativa, o óleo diesel é mais vantajoso que a gasolina, por apresentar menor consumo específico de combustível, reduzindo, portanto, a emissão de dióxido de carbono, principal responsável pelo agravamento do efeito estufa.

Como é sabido, o óleo diesel não pode ser usado em carros de passeio no Brasil. Nesse contexto, a argumentação do autor da matéria é construída no sentido de enfatizar que haverá estímulo à produção e consumo de biodiesel, além de efeitos positivos sobre o meio ambiente, caso esse uso seja autorizado, nos termos de sua proposição.

Ressalta-se, na justificação apresentada, o fato de a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, ter introduzido o biodiesel na matriz energética brasileira, informando que, somente no Cerrado brasileiro, mais de 200 milhões de hectares improdutivos constituem áreas potenciais para o cultivo agrícola, o que possibilita, de imediato, a geração de 50 milhões de hectares para o cultivo de oleaginosas.

O autor conclui que o volume de biodiesel que pode ser produzido nessa área é igual ao volume de todo o óleo diesel de origem fóssil consumido no Brasil, e, desse modo, torna-se perfeitamente viável liberar os carros de passeio a diesel.

A matéria foi lida em Plenário no dia 13 de novembro de 2007 e enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e, posteriormente, a esta Comissão, para decisão terminativa. Em 5 de agosto de 2009, a CCJ aprovou parecer favorável à proposição.

Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

A argumentação apresentada na proposição é, basicamente, sustentada sobre duas assertivas. A primeira delas garante que o ciclo diesel faz que os motores apresentem maior rendimento termodinâmico, com consequente diminuição do consumo específico de combustível, reduzindo, portanto, a emissão do gás dióxido de carbono na atmosfera. A segunda assertiva enfatiza que a liberação do diesel para uso em carros de passeio estimulará a produção de biodiesel.

Embora a CCJ tenha julgado procedentes esses argumentos, manifestando-se favoravelmente ao projeto, a verificação da constitucionalidade do projeto torna-se obrigatória nesta Comissão, uma vez que aqui haverá pronunciamento de forma terminativa sobre o projeto.

Nesse contexto, entendemos que o PLS nº 656, de 2007, traz à análise da CAE dispositivo que invade área de competência do Poder Executivo, configurando vício de constitucionalidade.

A proposição, ao atribuir competências à ANP, fere o inciso II do art. 84 da Constituição, segundo o qual compete privativamente ao Chefe da Nação exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.

Também merece citação o inciso VI, a, do mesmo dispositivo, que reserva ao Presidente da República a competência para dispor, mediante decreto, sobre

organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Desse modo, embora seja força reconhecer, nos termos dos arts. 22, IX, e 48, da Constituição Federal, a competência do Congresso Nacional para legislar sobre combustíveis e transportes, não se pode deixar de observar que a proposição estabelece revogação de norma do Poder Executivo e que a matéria é de iniciativa privativa do Presidente da República.

Note-se que a política energética nacional pertence à ação do Poder Executivo, e, assim, a atribuição de qualquer função à ANP não pode ser matéria de projeto originário do Poder Legislativo.

A Lei que o PLS nº 656, de 2007, pretende modificar só pode ser alterada por projeto advindo do Poder Executivo. Nesse caso, ao Legislativo caberia analisar e votar o projeto, sem que as eventuais emendas a ele oferecidas aumentassem a despesa prevista. É disso que trata o art. 63, I, da Carta.

No mérito, há razões de ordem econômica e de ordem ambiental a serem apresentadas para justificar nosso desacordo com o texto proposto. Na verdade, em nosso entendimento, esses pontos têm implicações em ambos os campos, demonstrando indesejável sinergia.

Lamentavelmente, ao contrário de outros combustíveis menos poluentes, como o etanol, o óleo diesel não permite que se imagine outro motivo que justifique a preferência dos consumidores pelo seu uso em motores, a não ser, seu preço menor.

Essa vantagem competitiva advém de recurso de natureza tributária, pois, ao passo que a gasolina paga o equivalente a 41% de seu preço em tributos, o preço do diesel é onerado em apenas 25%. Portanto, nesse caso, o ganho obtido pelo consumidor caracteriza ônus para o contribuinte.

Note-se, ainda, que tal incentivo tributário foi criado para reduzir custos em atividades produtivas essenciais para a sociedade, especialmente nos setores de transporte, agricultura e mineração. Esse incentivo, nos termos propostos pelo PLS nº 656, de 2007, seria estendido à frota nacional de carros de passeio, com impactos significativos nas contas públicas. Jamais pensado com esse objetivo, nesses termos, o incentivo perde sua meritória finalidade original.

É importante lembrar que a opção de liberar o diesel para veículos de passeio e, simultaneamente, eliminar esse benefício fiscal, teria como consequência imediata um impacto negativo sobre os custos de fretes no País.

Por último, mas não menos importante, há a questão das emissões atmosféricas resultantes da queima do diesel. É sabido que, quando respiramos, especialmente nas grandes cidades, inalamos o elemento químico enxofre sob a forma de compostos gasosos emitidos nas reações dos combustíveis com o oxigênio atmosférico. Isso é particularmente importante para o caso do diesel.

Nos Estados Unidos e na Europa, por exemplo, a preocupação com esse fato fez com que o teor de enxofre no diesel caísse drasticamente, em curto intervalo de tempo — e cairá ainda mais nos próximos anos. No Brasil, há quase uma década, as normas determinam uma redução que, infelizmente, ainda não aconteceu, ao menos de forma significativa.

A Resolução nº 315, de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), estabeleceu que o diesel brasileiro devesse ter 50 partes de enxofre por milhão, ou seja, o limite máximo estabelecido é de 50 ppm de enxofre, uma meta atingida pelos Estados Unidos, há anos.

No Brasil, o enxofre no diesel aparece, atualmente, nas concentrações de 500 ppm e 2.000 ppm, nas grandes cidades e no interior do país, respectivamente. As normas do Conama impõem o nível máximo de enxofre de 50 ppm, tanto no diesel utilizado nas grandes cidades quanto no diesel do interior.

O Conselho garantiu um prazo bastante generoso para que a norma fosse cumprida, mas isso parece não ter sido suficiente para que os setores envolvidos se empenhassem efetivamente no combate aos impactos danosos do principal culpado pela poluição gerada no trânsito.

Para a análise do PLS nº 656, de 2007, é preciso levar em consideração dados que apontam a poluição atmosférica como responsável por várias doenças respiratórias e até por câncer de pulmão. Estima-se que 5% dos casos de doenças respiratórias no Brasil sejam causados pela poluição e que, no mundo, 2 milhões de pessoas morram por ano em decorrência da poluição do ar.

Alguns estudos de pesquisadores brasileiros indicam que o custo dos problemas decorrentes da poluição para a sociedade brasileira chega a US\$1,5 bilhão e que essa é a causa de cerca de 400 mortes por ano, só na cidade de São Paulo.

Atualmente, apenas cerca de 10% da frota brasileira é movida a diesel, mas esse combustível é responsável por 50% das emissões do material particulado fino, um dos maiores responsáveis por mortes e doenças respiratórias do país.

A presença de enxofre no óleo diesel vem sofrendo fortes reduções nos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, as refinarias já chegaram à quase total eliminação desse elemento na mistura. Esse diesel limpo é importante para a indústria automotiva por motivos que, em princípio, nada tem a ver com a poluição atmosférica. É que o enxofre dificulta o funcionamento dos dispositivos de controle dos gases de escape nos motores diesel. Esse foi um desafio superado pela indústria no caso dos catalisadores nos veículos a gasolina e que permanece nos veículos a diesel.

As extraordinárias reservas de petróleo e gás natural no pré-sal certamente garantirão ao Brasil uma tranquila transição energética para as fontes sustentáveis. Essas reservas poderão, inclusive, oferecer a outros países a estabilidade e a segurança no atendimento de suas necessidades de combustíveis fósseis nas próximas décadas. Mas até o pré-sal se esgotará, no futuro, e não se deve perder a oportunidade de iniciar o debate em torno das opções que sustentarão, de forma consistente de duradoura, a necessidade do mundo por energia.

O Brasil não pode ficar olhando para o passado, cedendo à pressão de representantes de tecnologias ultrapassadas, pois estará na contramão do que se está praticando no mundo.

Olhar para o passado é, por exemplo, discutir a ampliação do uso de acionamento a óleo diesel ou a gasolina numa época em que esses combustíveis são reconhecidos mais pelo seu impacto ambiental negativo do que por suas virtudes.

As políticas para o desenvolvimento de novas e inovadoras tecnologias de propulsão de veículos vêm-se aprofundando em vários países, mas não no Brasil. Não podemos ficar a reboque nesse processo de reposicionamento do paradigma de transporte, já iniciado em outros países.

Nesse contexto, destacam-se cinco opções tecnológicas para o tracionamento de veículos automotores compromissadas com a preservação do meio ambiente e com a gradual independência do uso de combustíveis fósseis. Os veículos do tipo Flex Fuel, os movidos a "diesel limpo" (Clean Diesel), os Veículos Elétricos Puros (VE), os Híbridos e os movidos a Célula Combustível.

Antes de considerarmos a hipótese de alterar a Lei nº 9.478, de 1997, para permitir a comercialização de veículos de passeio movidos a diesel, é preciso aprovar, no Congresso Nacional uma política abrangente que contemple fortes incentivos a essas cinco formas de propulsão de veículos automotores descritas anteriormente.

Essas são opções que caracterizam o futuro do transporte no mundo e, por isso, é estratégica, para o Brasil, a busca da fronteira do conhecimento nessa área tão fundamental para o cotidiano das pessoas e, principalmente para a sustentabilidade ambiental do planeta.

Enfatizamos que a opção de ampliar a produção de veículos movidos a diesel no Brasil constitui uma escolha equivocada, tanto no que tange à busca da modernidade tecnológica quanto no que diz respeito à afirmação do País em um cenário mundial de preocupação com a garantia de padrões socioambientais sustentáveis, configurando a preferência por andar na contramão da modernidade tecnológica e da proteção ambiental.

Desse modo, além das questões de natureza constitucional, também na análise do mérito da proposição encontramos razões de ordem econômica e de ordem ambiental, indesejavelmente sinérgicas, para questionar o disposto no PLS nº 656, de 2007.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela REJEIÇÃO do PLS nº 656, de 2007.

Sala da Comissão. – Senador Roberto Carvalho.

1. Entrevista da revista *Época*, edição de 31 de julho de 2009, com o Diretor das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Achim Steiner;
2. Reportagem da revista *Época*, edição de 29 de outubro de 2009, sobre carros elétricos e a revolução automobilística;
3. Entrevista da revista *CBN*, do dia 14 de novembro de 2009, com Jayme Buarque de Hollanda, diretor-geral do Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE) e presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).
4. Entrevista do Jornal da CBN 2ª edição, do dia 9 de novembro de 2009, com Paulo Resende, pesquisador da Fundação Dom Cabral (MG), e Glauco Arrix, professor de Sociologia Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e especialista em mercado automobilístico;

REVISTA ÉPOCA – EDIÇÃO DE 31/7/2009

"O futuro não virá dos carros"

O diretor das Nações Unidas para o meio ambiente diz que os novos empregos estarão nas indústrias limpas

ALEXANDRE MANSUR

O mundo vive hoje duas crises. Uma financeira, outra ambiental. Para o economista alemão (nascido no Brasil) Achim Steiner, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a saída para ambas passa pelo mesmo caminho: investimento em tecnologias limpas e eficiência energética que nos ajudem a reduzir as emissões de poluentes causadores do aquecimento global. O plano proposto por Steiner foi batizado de *New Green Deal* (Novo Pacto Verde), em alusão ao *New Deal* dos anos 30 nos Estados Unidos. Em entrevista à *Época*, ele diz que a energia renovável já emprega mais gente hoje que a indústria de petróleo e gás. E que o Brasil, que reduz o imposto dos automóveis para estimular a economia, precisa avaliar se o transporte individual tem reais perspectivas de gerar empregos, desenvolvimento e competitividade para o país nos próximos anos.

ENTREVISTA – ACHIM STEINER

QUEM É

Nasceu em Carazinho, Rio Grande do Sul, onde viveu até os 10 anos. É alemão, casado e tem dois filhos, de 8 e 6 anos

O QUE FAZ

Diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Foi diretor do IUCN, a maior organização científica ligada a conservação

ONDE ESTUDOU

Estudou Economia nas universidades de Oxford e de Londres. Leciona na Escola de Negócios Harvard, nos EUA, e no Instituto Alemão de Desenvolvimento, em Berlim

– O senhor lançou, no ano passado, a iniciativa por um Novo Pacto Verde global. Que país o senhor apontaria como líder nesse movimento?

Achim Steiner – Nenhum país serviria de modelo agora. Mas vários oferecem bons exemplos. O Brasil se beneficiou das mudanças climáticas porque seu programa de etanol, desenvolvido para atender a demandas domésticas, ganhou potencial de exportação. A Alemanha, que há dez anos criou taxas

para estimular a produção independente de energia, virou o maior produtor de energia dos ventos do mundo. A Coreia do Norte, em plena crise econômica, empenhou 1% do PIB em investimentos verdes. Nos EUA, o pacote de estímulo econômico de Barack Obama destina US\$80 bilhões para gerar empregos verdes. A China está empenhando US\$60 bilhões nisso. Mas é pouco. Os governos ainda gastam US\$300 bilhões por ano em subsídios a atividades poluentes, ligadas ao consumo de combustíveis fósseis, como os carros. Você não pode pegar US\$2 trilhões a US\$3 trilhões emprestados da próxima geração para montar pacotes contra a crise e investir em tecnologias de ontem. Precisa apostar nas de amanhã, como técnicas modernas de construção, eficiência energética, transporte público e agricultura sustentável. A indústria das células fotovoltaicas (que geram eletricidade pela luz do sol), acredita que em dois ou três anos poderá competir em preço com as usinas termoelétricas. É daí que surgirão os empregos das próximas décadas.

ÉPOCA – Um dos pontos importantes do pacote brasileiro de estímulo econômico foi o incentivo fiscal à indústria automobilística porque ela gera muito emprego.

Steiner – O auge de choque da crise financeira não é um bom momento para planejar a economia do futuro. É inquestionável que devemos estabilizar a economia, apoiando os setores existentes. Mas a economia verde já é uma grande empregadora. Segundo nossos levantamentos, em 2008 já há mais gente empregada no setor de energia renovável que na indústria de petróleo e gás. A Alemanha, o maior exportador do mundo, prevê que em dez anos terá mais empregos em tecnologias limpas que na indústria automobilística. A Siemens, uma das maiores multinacionais do país, diz que cerca de 20% de seu mercado global vem dos produtos de tecnologias limpas. Há seis anos, uma indústria têxtil na Índia percebeu a oportunidade de fazer geradores eólicos por causa dos blecautes. Virou a Suzlon, uma das maiores empresas de energia eólica do mundo. Na China, a Sun Tech virou, em seis anos, a terceira maior produtora de células fotovoltaicas do mundo. Sim, o Brasil tem seus automóveis. Mas precisa se perguntar como eles sobreviverão à transição que faremos à força para uma economia com menores emissões e menos transporte individual.

ÉPOCA – Em dezembro, representantes de todos os países vão se encontrar em Copenhague para tentar fechar um acordo global para as mudanças climáticas. O senhor está otimista?

Steiner – Não sabemos se os políticos conseguirão criar as condições necessárias para fazer o que os cientistas recomendam. Segundo os pesquisadores, precisamos parar de aumentar nossas emissões de gases poluentes entre 2015 e 2020. Nos últimos meses, vimos representantes de alguns países assumindo, em encontros internacionais, compromissos de longo prazo para reduzir as emissões até 2050. Mas o que conseguimos em Copenhague será mais definido pela negociação política que pela necessidade científica. Isso me preocupa. Porque até agora não há acordo real entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre como trabalharão juntos para conseguir as reduções. Também não há definição sobre o financiamento internacional aos projetos de redução de emissões das nações em desenvolvimento. Além disso, países como os EUA e o Japão estão ainda propondo metas de reduções de curto prazo, para 2020, bem abaixo das propostas pela Europa.

ÉPOCA – Por que esse acordo de Copenhague é tão importante?

Steiner – Com base no que sabemos hoje sobre as mudanças climáticas,

nossa civilização não está pronta para arcar com as consequências de um aquecimento maior que cerca de 2 graus célsius. Os custos seriam o equivalente a uma falência econômica global. Pesquisas brasileiras sugerem que esse grau de aquecimento tornaria impossível a manutenção da floresta amazônica. Não é apenas uma questão de ecossistemas e biodiversidade. A evaporação da floresta é uma bomba de água que alimenta boa parte do ciclo de chuvas em todo o continente. É apenas um exemplo dos sistemas naturais que seriam destruídos pelo grau de aquecimento para o qual estamos rumando hoje. Não podemos deixar essa herança para a próxima geração.

"Os governos ainda gastam US\$300 bilhões subsidiando atividades poluentes, ligadas aos combustíveis fósseis"

ÉPOCA – Poucas nações cumpriram as metas acertadas em Kyoto, em 1997, e ninguém foi punido por isso. Por que seria diferente agora?

Steiner – À medida que as mudanças ficarem mais graves, as pressões entre os países vão aumentar. Já tivemos um debate quando o presidente Jacques Chirac, da França, sugeriu taxar as importações americanas porque os EUA não cumpriam as mesmas exigências ambientais que os europeus. Era uma desvantagem competitiva. A Organização Mundial do Comércio já indicou a possibilidade de aceitar tarifas para compensar os países que têm maiores restrições a emissões.

ÉPOCA – E se não houver consenso?

Steiner – Na pior das hipóteses, eles podem decidir concluir as negociações em uma reunião subsequente. Também vai depender em parte da pressão do público sobre seus representantes. Além disso, o desempenho dos países para um acordo do clima também vai ser julgado nas urnas dos países democráticos.

ÉPOCA – Será? Algum líder político já foi avaliado por sua atuação em relação a mudanças climáticas?

Steiner – Ninguém perde uma eleição apenas por causa de uma questão isolada. Mas há exemplos. O primeiro-ministro da Austrália, John Howard, foi derrotado em 2007, depois de quatro mandatos consecutivos. Uma das razões apontadas para a derrota foi sua posição muito conservadora nas negociações internacionais sobre o clima e nas medidas internas. Na França, o Partido Verde virou a segunda maior força no Congresso. Além disso, as mudanças climáticas são um fenômeno com várias consequências, e as pessoas avaliam se o governo oferece segurança, empregos, alimentos ou energia. Estou em Nairobi, no Quênia, em uma região que terá de se adaptar à possível escassez de água. Isso pode ameaçar nossa produção de comida e de energia baseada em hidrelétricas.

ÉPOCA – Que limite de emissões evitaria o pior cenário das mudanças climáticas?

Steiner – Segundo os cientistas, devemos reduzir as emissões em 50% até 2050 para estabilizar o aquecimento em 2 graus célsius. É um tremendo desafio se você considerar que vários países ainda estão aumentando suas emissões. Para atingir essa meta global, o mundo precisa parar de aumentar suas emissões entre 2015 e 2020. Como ajudar países como a África do Sul ou a China a aumentar a oferta de energia para seus cidadãos sem ter de queimar mais carvão ou gás? Em Copenhague, os países ricos terão de estabelecer fundos para financiar a transição tecnológica e os investimentos em infraestrutura dos países em desenvolvimento. Mas, em última instância, acredito que teremos um acordo. Porque as consequências de não interrompermos o aquecimento são intoleráveis para a humanidade.

Fonte: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI85485-15223,000+FUTURO+NAO+VIRA+DOS+CARROS.html>

REVISTA ÉPOCA – EDIÇÃO DE 29/10/2009

Carro elétrico: você ainda vai ter um

Eles ainda são caros e têm pouca autonomia. Mas a revolução na indústria automobilística já começou. E os primeiros modelos chegarão ao Brasil em 2010

ALEXANDRE MANSUR

Dizem que um pesquisador desenvolveu um carro elétrico fantástico. O único problema era a autonomia. Depois de guiar alguns metros, o fio saía da tomada e o carro parava. É uma piada, claro. Ela vinha sendo contada havia dez anos pelo engenheiro carioca Jayme Buarque de Hollanda, diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE), em suas apresentações. Era uma forma de ele se defender da reação de descaso ou ironia quando argumentava que era preciso incentivar o desenvolvimento e a adoção de veículos elétricos em larga escala no País, como forma de reduzir a poluição ambiental e a dependência do petróleo.

Nos últimos meses, Jayme dispensou a brincadeira. Várias iniciativas de governos, montadoras e outras empresas mostram que, pela primeira vez na história, os carros movidos a bateria são uma alternativa real ao motor a combustão, que dominou a indústria por um século. "As crises são momentos apropriados para mudar o jogo", diz Jayme. Dois fatores tornam este momento especial: a contribuição das emissões dos veículos para o aquecimento global e o abalo financeiro das montadoras americanas.

Nunca se falou tão sério sobre os carros elétricos. O brasileiro Carlos Ghosn, presidente da aliança Renault-Nissan, afirma que 10% dos veículos novos vendidos no mundo em 2020 serão movidos a bateria. A aliança já fez acordos com 19 governos federais e municipais para criar infraestrutura de abastecimento elétrico. No início do ano, fechou uma parceria com o Ministério de Indústria e Informação Tecnológica da China para desenvolver projetos de carros elétricos em 13 cidades do país. O empresário americano Elon Musk foi tratado com desconfiança em março de 2008, quando lançou o Tesla Roadster, um esportivo elétrico com desempenho de Ferrari. Pouco mais de um ano depois, já vendeu 700 unidades do carro e anunciou que sua empresa lucrou US\$1 milhão. Várias montadoras, como a General Motors e a chinesa BYD, anunciaram a produção em escala comercial de carros elétricos. Os primeiros modelos chegarão ao Brasil no início de 2010. Um estudo da consultoria inglesa EDTechEx afirma que um terço dos carros feitos no mundo em 2025 será elétrico. Será o fim anunciado do posto de gasolina ou álcool?

Talvez. Mas os elétricos precisam superar dois desafios. Um deles é o preço. Cada modelo custa pelo menos o dobro de um carro a combustão. O outro é a autonomia. Para rodar de 100 a 200 quilômetros, é preciso carregar a bateria durante 7 a 8 horas na tomada. Não dá para fazer uma viagem sem escalas do Rio de Janeiro a São Paulo (429 quilômetros). O Tesla, que chega a 500 quilômetros, é uma exceção. Baterias maiores aumentariam o alcance do carro, mas roubam espaço do porta-malas. Para sair desse dilema, a estrada que leva a um futuro elétrico se divide em três caminhos – todos ainda incertos:

A primeira estratégia é aceitar o limite de autonomia e trabalhar com modelos tipicamente urbanos: baratos, pequenos e práticos. O exemplo típico é o i-Miev, da Mitsubishi, que custa cerca de US\$24 mil no Japão. A empresa tem planos de vender 1.400 deles em 2010 e 5 mil unidades até 2011. A Renault anunciou quatro modelos nessa categoria. A Nissan terá o Leaf no ano que vem. A montadora alemã Daimler AG, dona da Mercedes-Benz, deverá produzir, a partir de dezembro, uma versão elétrica do charmoso Smart, seu carrinho de dois lugares. Elon Musk planeja um Tesla familiar. "Os carros elétricos já fazem mais sentido em lugares como centro de cidades, áreas históricas ou locais de lazer, onde a emissão zero de poluentes e o silêncio do motor podem aumentar a qualidade de vida dos habitantes", diz o francês Jean Pierre Lamour, da fabricante de pneus Michelin. Ele é diretor do Challenge Bibendum, uma espécie de rali internacional de carros ecologicamente corretos, que será realizado em 2010 no Rio de Janeiro. Outra vantagem dos elétricos é menor exigência de manutenção. Um motor a combustão é uma peça de relojoaria com 300 a 400 partes móveis, enquanto um elétrico tem três. O resto da mecânica também é mais simples, já que o veículo não tem itens como caixa de marchas, bomba de combustível ou sistema de resfriamento. Não tem revisão por quilometragem nem troca de óleo.

Uma consultoria inglesa calcula que um terço dos carros produzidos em 2025 será elétrico

Mas a necessidade de parar para recarregar a bateria por horas é um obstáculo. Para contorná-lo, a segunda estratégia é mesclar o motor elétrico com outro, a combustão. São os híbridos. O Prius, da Toyota, vendeu 1,2 milhão de unidades nos Estados Unidos, onde custa cerca de US\$24 mil. Virou símbolo de modernidade e consciência ambiental. O carro alterna os motores dependendo da situação. Ele carrega as baterias com a energia que gera nas freadas ou em descidas. O Honda Insight, de tecnologia semelhante, foi o carro mais vendido no Japão em abril. O Fusion Hybrid, da Ford, é o carro médio com menor consumo dos EUA. Eles só podem ser abastecidos com gasolina, mas alguns proprietários começaram a adaptá-los, por conta própria, para também carregar a bateria direto na tomada. Outros híbridos estão a caminho. A aposta da GM é o Chevrolet Volt, um sedã compacto que custará cerca de US\$40 mil. Ele faz 65 quilômetros só na bateria. Depois, se não houver recarga, entra em ação um gerador elétrico a gasolina que garante energia para mais 483 quilômetros. Embora reduzam o consumo de combustível, os híbridos ainda são mais caros que os veículos tradicionais. E ainda emitem poluentes – por isso, são vistos como uma tecnologia de transição.

Eles ainda são caros e têm pouca autonomia. Mas a revolução na indústria automobilística já começou. E os primeiros modelos chegarão ao Brasil em 2010.

ALEXANDRE MANSUR

Para alguns, o transporte "limpo" vai exigir uma ruptura com a lógica da indústria automobilística. Essa é a terceira estratégia, proposta pelo israelense Shai Agassi, fundador do projeto Better Place (Lugar Melhor), uma empresa sediada em Palo Alto, na Califórnia. Seu plano é criar uma rede de infraestrutura para vender não apenas os carros, mas o serviço de locomoção. Da seguinte forma: você compra um carro elétrico e contrata um serviço de reposição de bateria. Quando a carga está para terminar, você a substitui por outra, em 70 segundos, em um posto. No fim do mês, recebe uma conta das trocas, como se fosse uma conta de celular. A vantagem do sistema é liberar o motorista do limite de autonomia. Trocar a bateria é tão simples quanto encher um tanque. Uma segunda vantagem é baratear o carro elétrico. Ele seria subsidiado pelo fornecedor de baterias, assim como as operadoras de telefonia subsidiam os celulares. A proposta vem conquistando apoio.

A Better Place já recebeu US\$400 milhões de investidores privados. As primeiras redes nacionais de pontos para troca de baterias começaram a ser montadas, com parcerias locais, na Dinamarca, em Israel e na Austrália. Em Tóquio, a maior empresa de táxi da cidade aderiu. O primeiro posto de troca rápida foi inaugurado lá no início do ano.

Das grandes montadoras, quem aposta mais alto no projeto da Better Place é a Renault-Nissan. Ela anunciou investimento de € 4 bilhões em três anos, para projetar modelos elétricos já adaptados para a troca rápida de baterias e ajudar no desenvolvimento da rede de postos especiais. "A Renault percebeu que poderia dar uma contribuição importante para ajudar o mundo a solucionar o problema das mudanças climáticas", diz o francês Jean Michel Jalinier, presidente da Renault no Brasil. Os carros são uma fonte importante de gás carbônico, o principal gerador do efeito estufa. Na Europa, quando a energia vem de usinas térmicas, um carro elétrico emite metade do carbono de um carro a gasolina ou diesel. Se a rede de energia for limpa (nuclear, solar ou hidrelétrica), a emissão será zero. Pelos cálculos da Renault, o preço mais alto do carro elétrico compensa porque a energia da tomada custa, na Europa, um décimo do combustível.

A Better Place e a Renault-Nissan negociam com as distribuidoras de combustíveis da Europa, dos EUA e do Japão a construção dos postos para troca rápida de bateria ou para recarga em 20 a 30 minutos, usando equipamentos de alta voltagem. Por que uma empresa que vende gasolina, álcool, diesel e gás natural em suas bombas ajudaria na entrada dos carros elétricos, que em princípio competem com seu negócio? "Essas empresas sabem que o mercado de serviços para os elétricos já está surgindo. Elas enxergam uma oportunidade para manter seus pontos de venda", afirma Jalinier. "Se não aderirem, outros oferecerão esses serviços."

A imagem desse futuro elétrico começará a ser vista em Portugal. O governo português fez um convênio com a Renault-Nissan para popularizar os carros elétricos, com participação das distribuidoras de combustíveis Galp e de eletricidade Energias de Portugal (EDP). A frota de 4 milhões de veículos servirá para testar a implantação do sistema em larga escala. Já existem seis pontos de carregamento de bateria em Lisboa. A rede deverá chegar a mil postos em 25 cidades até o fim de 2010. Além de desconto em impostos, quem comprar um carro elétrico poderá ter abatimento em estacionamentos e postos. Pelo menos 20% dos carros comprados pelo governo a partir de 2011 serão elétricos. A Mitsubishi anunciou que também lançará carros elétricos lá. "Cerca de 80% dos portugueses fazem percursos diários que podem ser bem atendidos pelos modelos elétricos", diz Jorge Cruz Moraes, administrador da EDP em Portugal. Ele espera que, em 2020, o país tenha 200 mil carros elétricos. Para a EDP, isso é uma nova fonte de renda. Cada carro elétrico na rua consome tanto quanto uma residência. A onda poderá ser boa também para o país. Segundo um estudo da EDP, se todos os automóveis leves de Portugal fossem elétricos, o país economizaria 37% do que gasta ao ano com energia, já que todo o petróleo é importado.

– O desempenho dos carros elétricos para conquistar o mercado global vai depender, em grande parte, do desenvolvimento de baterias melhores e mais baratas. Hoje, elas respondem por metade do preço dos elétricos mais baratos. A Nissan criou uma empresa em parceria com o gigante japonês de eletrônicos NEC para

desenvolver um novo modelo de baterias, que tenha o dobro da capacidade de carga das atuais. Essa corrida explica por que o megainvestidor Warren Buffet comprou 10% da chinesa BYD, uma das maiores fabricantes de bateria de celulares e computadores do mundo, que decidiu levar sua experiência para o ramo automobilístico. Wang Chuan-Fu, dono da BYD, lançou um híbrido, o F3DM, que roda 100 quilômetros só na bateria e custa US\$22 mil (mais barato que o Prius e o Insight). Dois modelos só elétricos, o E3 e o E6, deverão ser lançados. A empresa também pesquisa baterias mais eficientes. Tudo isso desenvolvido por um exército de 10 mil engenheiros na fábrica. Alguns carros já estão encomendados pelo governo chinês, para serviços públicos e para os correios. Wang também vai vender para seis países da Europa e para os EUA, por US\$40 mil. Ainda não anunciou planos para o Brasil.

Os primeiros carros com alguma tecnologia elétrica chegarão aqui no ano que vem. Em março, a Mercedes-Benz começará a vender no Brasil o S400h, um híbrido que usa um motor elétrico para dividir a tração, mas não pode ser ligado na tomada. O preço ficará na faixa dos R\$590 mil. A Porsche pretende trazer, em julho, o Cayenne híbrido (a versão a gasolina custa R\$250 mil). O primeiro elétrico puro mesmo pode ser o esportivo Audi R8 E-Tron, que chegará em 2013. Seus dois motores elétricos garantem uma aceleração de 0 a 100 quilômetros por hora em 4,8 segundos e velocidade máxima de 200 quilômetros por hora. Nenhum desses lançamentos, principalmente o elétrico puro, deverá mudar a cara de nossas ruas ainda. A Fiat já descobriu isso. Ela aprimora desde 2006 uma versão elétrica para seu Palio Weekend. Já produziu 36 unidades, quase todas em caráter experimental, para as concessionárias de energia elétrica. Mas a Fiat diz não ter planos de lançar o veículo em escala comercial. O Dock Dock, conceito de carro elétrico apresentado pelo ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner, é visto mais como marketing político do que como um projeto economicamente viável. "O Brasil vai receber os elétricos em larga escala na segunda onda de lançamentos. Não agora", diz Jalinier.

Portugal terá mil postos de recarga até o fim de 2010. E 20% dos carros do governo serão elétricos

O Brasil está em uma posição peculiar. Graças ao sucesso do programa do álcool, a frota nacional não tem tanto impacto para as mudanças climáticas. Estima-se que 50% do combustível dos carros brasileiros seja derivado de biomassa (somando o álcool puro e o misturado à gasolina). Ele não contribui para o aquecimento global. E reduz a urgência da opção elétrica. Segundo Jalinier, 90% dos motoristas brasileiros dirigem menos de 100 quilômetros por dia, o que tornaria viável o uso de um modelo elétrico. "Mas ainda precisamos superar uma limitação cultural", afirma. Para ele, em países como a China, os EUA ou a França, os motoristas sabem de cabeça quanto rodam por dia. "Por isso, conseguem avaliar melhor os benefícios do carro elétrico e entender que não precisarão reabastecer no meio do dia." A tributação no Brasil também atrapalha. O imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros cresce gradualmente a partir dos modelos 1.0, para incentivar os veículos baratos e econômicos. Os modelos elétricos acabam caindo na categoria "outros", que paga o imposto mais caro. "É um contrassenso", diz Jayme, da Inee.

INTERESSE

Furgão elétrico, desenvolvido pela CPFL com a Edra, no Brasil (à esq.), e posto de troca rápida de bateria em Tóquio (direita). Os veículos são um novo negócio para as distribuidoras de energia

A predominância do álcool pode retardar, mas não impedirá a multiplicação dos elétricos aqui. Jalinier e Eduardo Jorge, secretário municipal de Verde e Meio Ambiente de São Paulo, estudam um acordo para a prefeitura comprar uma frota de elétricos e criar políticas de incentivos. "Estamos pensando em subsídios para a instalação da rede de recarga e estímulos, como a isenção do pagamento de alguns estacionamentos e pedágios", afirma Eduardo Jorge. Segundo ele, a prefeitura também negocia com a Toyota uma redução nos impostos para os híbridos. "Antes dos carros elétricos, as motos elétricas vão ganhar nossas ruas", diz.

A empresa Motor Z, líder nacional de equipamentos para postos de abastecimento, foi uma das primeiras a apostar nisso. Em 2007, lançou três modelos de lambretas elétricas, a partir de R\$6 mil. Já vendeu 1.500 unidades. "Um grupo de clientes são as empresas de segurança patrimonial", diz Samir Nunes, gerente de engenharia da Motor Z. "Os vigilantes ficam rodando o dia todo dentro de um shopping ou em condomínios. A ausência de ruído e de fumaça são vantagens da moto, além do custo final do abastecimento." Os limites são a autonomia, de 40 quilômetros, e a velocidade máxima, de 50 quilômetros por hora. Para promover a novidade, a Motor Z inaugurou um ponto de recarga, que usa energia solar, em um posto de gasolina Petrobras na Barra da Tijuca, no Rio. "Outros clientes buscam uma moto segura e de pouca manutenção para o lazer, na casa de praia ou no fim de semana", diz Nunes. É o caso de Carlos Alberto Teixeira, um representante comercial que mora na Barra e comprou uma lambreta elétrica. Ele a usa principalmente para jogar a pelada regular com os amigos em um campo no bairro do Recreio dos Bandeirantes, a 14 quilômetros de casa. "Os vizinhos acham curiosa aquela moto que não faz barulho", afirma. "A gente precisa cuidar do planeta. Estou dando um bom exemplo a meus filhos." Os meninos, de 11 e 14 anos, também, dão suas voltinhas com a lambreta dentro do condomínio.

Eles ainda são caros e têm pouca autonomia. Mas a revolução na indústria automobilística já começou. E os primeiros modelos chegarão ao Brasil em 2010.

ALEXANDRE MANSUR

CURIOSIDADE

Carlos Alberto carrega sua lambreta em um posto com energia solar no Rio de Janeiro. "As pessoas estranham o silêncio do motor e vêm perguntar que moto é essa", diz.

Algumas empresas não querem esperar a chegada do carro elétrico ao Brasil. É o caso da CPFL Energia, uma das maiores concessionárias elétricas do país. "Pedimos às montadoras que nos vendessem dez modelos elétricos para entregar agora. Nenhuma podia entregar imediatamente", diz Mauro Magalhães, diretor comercial da CPFL. "Então, decidimos projetar nosso próprio veículo." Com a Edra, uma pequena montadora de carros off-road, desenvolveram um furgão elétrico, ainda sem nome. O primeiro protótipo será apresentado em um seminário em Campinas, neste mês. O carro, com carroceria de alumínio, leva duas pessoas e 300 quilos na cagamba. Anda até 120 quilômetros com carga total. Na semana passada, o furgão estava no Detran de São Paulo para homologação. O plano é produzir 14 deles no início do ano que vem, para usar nos serviços de rua da CPFL e empresas parceiras. "E depois continuar montando mais unidades", diz Magalhães. "O veículo também deverá evoluir para outro modelo, com características de um carro de família."

Ninguém imagina que os carros a combustão vão ficar ultrapassados facilmente. Ao contrário, eles estão ficando mais eficientes. O Audi A3 ganhou um sistema que desliga o motor nas paradas e roda 18 quilômetros por litro. É perto dos 23 quilômetros por litro do híbrido Prius. Os próprios híbridos são, dependendo de como se vê, uma evolução da tecnologia de combustão para estender seu reinado. É uma tarefa difícil – para não dizer improvável. A indústria automobilística vive hoje o que o professor de Harvard Clayton Christensen chamou, em seu livro *O dilema do inovador*, escrito com o colega Joseph Bower, de "tecnologia de ruptura". Em termos simples, isso acontece quando uma inovação consegue atender às necessidades de alguns (mas não todos) consumidores melhor que a tecnologia em uso. Com esse pequeno mercado, as empresas inovadoras conseguem sobreviver e se desenvolver até, finalmente, ficar mais fortes que as tradicionais. Foi o que aconteceu com as câmeras fotográficas. Na década de 90, surgiram as primeiras câmeras digitais, ainda rudimentares, mas que atraíram alguns fãs. Em 15 anos, sumiu o mercado das máquinas que usam filme.

O mesmo poderá ocorrer com os carros elétricos. Eles ainda vão mudar de rosto e ganhar mais eficiência. Hoje, a maioria dos modelos não passa de um motor elétrico e uma grande bateria dentro da carcaça do carro a combustão, com sua caixa de câmbio, resfriamento e tanque de combustível. Mas os elétricos permitem outro desenho. A Michelin está desenvolvendo um pacote de tração, suspensão e frenagem para eles. Uma das opções tem dois motores em cima de cada eixo das rodas. Um faz com que girem. O outro alimenta a suspensão ativa, que se adapta ao terreno. O primeiro a adotar esse sistema deverá ser o esportivo Volage, previsto para 2012. Ter dois motores é esquisito?

Um carro tradicional, que você usa hoje, tem de 10 a 20 motores elétricos escondidos. Pense nos que acionam a bomba de gasolina, o arranque, os vidros das janelas, os retrovisores externos... O design e o uso dos carros vão mudar com os elétricos, como revela o jeitão do Twizy, um modelo experimental da Renault. "A partir de 2014 lançaremos carros concebidos do zero para usar os motores elétricos", diz Jalineir.

Noventa por cento dos brasileiros rodam até 100km por dia – o que permite usar o carro elétrico sem recarregar

Quem ainda acha que os carros elétricos não vão mais longe que o modelo da piada contada por Jayme, do Inee, poderá se surpreender. Talvez até comprar um na próxima troca.

Vai comprar?

Os primeiros elétricos que serão vendidos no Brasil

ENTREVISTA À CBN, 14-11-2009

Entrevista com Jayme Buarque de Hollanda, diretor geral do Instituto Nacional de Eficiência Energética (Inee) e presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE)

Participou esta semana do VI Seminário de Veículos Elétricos em Campinas.

Os carros Elétricos já estão sendo produzidos no Brasil?

Carros elétricos não são exatamente uma novidade, já existem há muito tempo. A novidade é que nestes últimos anos vemos percebendo que esse raciocínio elétrico vai se tornar uma coisa mais comum e crescente. No Brasil, hoje, nós temos a produção de alguns veículos leves, carros de cinco passageiros. A FIAT tem uma produção limitada e também há a produção de diversos veículos mais para nichos de mercado. Nós estamos falando dos veículos automotivos, os carros. Já outros veículos elétricos já temos vários fabricantes no Brasil, como as bicicletas elétricas...

Bicicletas elétricas?

Existem vários modelos, mas são bicicletas cuja roda é acionada por um motor que eventualmente auxilia o ciclista, por exemplo, na subida de uma ladeira. Já outras, o ciclista não precisa pedalar. Também há *scooters* dessa forma, enfim, há uma variedade grande. E, finalmente, no Brasil nós também produzimos uma classe de veículos elétricos, que são veículos elétricos híbridos para ônibus. Há pelo menos dois fabricantes brasileiros destes veículos.

A grande vantagem é que a emissão é zero?

Isso a gente precisa olhar com cuidado. Ela é zero na cidade. Evidentemente que você, para produzir a energia elétrica, você utiliza uma matriz elétrica com emissões, alguma emissão vai haver. Mas, no caso brasileiro, é praticamente zero na cadeia produtiva...

Já que nossa fonte, que é hidroelétrica, é limpa...

Se do ponto de vista ambiental é muito vantajoso, porque ainda não há escala na produção? Ainda é muito caro um carro elétrico produzido aqui no Brasil?

Nosso seminário examinou diversos fatores. Um dos problemas específicos do Brasil é que não só não há incentivos como existem desincentivos. Por exemplo: O IPI... a alíquota de imposto para carro elétrico é a mais alta que existe. Na contramão da inversão da legislação nós vamos ver que os carros de mil cilindradas tenham uma alíquota de 7% e no caso do veículo elétrico esta alíquota é de 25%. Então, você repara que isso é um desincentivo, na contramão de todo o mundo.

Um outro fator, que é uma questão não só brasileira, mas internacional, é que as baterias para veículos elétricos são pouco sofisticadas. Repare que isso é para a classe de veículos elétricos a bateria. Há uma outra classe que são os veículos elétricos híbridos, que são aqueles cuja energia elétrica é gerada a bordo.

Energia gerada a bordo?

É. O híbrido tem um gerador a bordo, então a roda é acionada por um motor elétrico e a eletricidade tem origem nesse gerador a bordo.

Nosso ouvinte Bosco Freitas, pelo *twitter*, pergunta se o carro elétrico pode ter opção para flex, gasolina... no caso de um apagão por exemplo...

Nós fizemos um seminário em junho só sobre este tema. Repare que um carro fica parado 90% do tempo. Então se ele ficar parado pra ser carregado na tomada, já que a carga pode levar algumas horas, é natural que essa energia que está acumulada numa bateria, no caso de uma queda de energia, vai funcionar como um *no break*, quer dizer, ele vai manter a casa com energia porque as baterias vão ter uma quantidade importante de energia. Então, a gente prevê que o carro vai assumir funções, além de ser um veículo meramente

de transporte, também vai ser um equipamento auxiliar à rede elétrica. Na gíria do setor elétrico, seria uma reserva de potência estandardizada. Ou seja, é uma capacidade de auxiliar a rede elétrica na hora que houver uma falha, que é uma coisa que sempre vai estar acontecendo. Talvez não a nível nacional, mas a nível local sim.

Você afirma que no Brasil há alguns empecilhos para que o carro elétrico ganhe escala, como o IPI, mas e em outros países, que países produzem carros elétricos numa escala maior?

Hoje, no mundo, no ano de 2008, mais ou menos 1% dos carros vendidos eram elétricos. Nos EUA, a penetração de mercado foi da ordem de 2,5%.

Existe um modelo da Toyota, o chamado prius, que hoje temos cerca de 2 milhões e meio desse modelo rodando no mundo. Então, não é mais uma coisa experimental. Agora, ao contrário do Brasil, nos EUA, na Inglaterra, há incentivos de várias naturezas. Por exemplo, nos EUA há incentivos fiscais, na Espanha, logo que esses carros foram montados, eles tinham uma prioridade nas vias mais congestionadas, a parte mais expressa da avenida fica prioritária para estes carros. Na Inglaterra, há também incentivos, por exemplo, no centro da cidade de Londres, para entrar com um carro comum paga-se uma quantia muito alta e o carro elétrico pode circular sem pagar taxas. Enfim, cada país está tendo a sua abordagem. O fato é que no Brasil, hoje, não existe nenhuma política feita para essa finalidade e é para isso que nós, com a Associação que foi montada há dois anos atrás, pretendemos chamar atenção. Agora, vamos levar uma tese proposta às autoridades que foram tiradas no Seminário em Campinas.

Como vão as pesquisas com as células fotovoltaicas para uso em carro elétrico, elas já são suficientemente eficientes?

As células fotovoltaicas têm aumentado a eficiência ao longo do tempo de uma forma importante. Agora mesmo, quando se computa os limites teóricos, o máximo da eficiência, não será um elemento importante para o avanço prático. Uma possibilidade que vem sendo trabalhada, tenho notícias de algumas universidades que tem feito estudos, é nos telhados das casas. A energia carrega as baterias e a bateria que vai fazer o acúmulo de energia. Agora o próprio veículo usar a célula em cima dele, não vai fazer carros práticos. Existe inclusive no deserto da Austrália uma disputa entre... (cai a ligação)

FIM DA PARTE 1

Por que não se fala no Brasil de outras tecnologias para carros, como os movidos por força hidráulica ou ar comprimido que já são usados em outros países do mundo?

Os estudos que eu vi não mostravam resultados práticos porque você precisa comprimir o ar e depois esse ar precisa ser descomprimido para fazer com que o carro ande. Na prática, você gasta muita energia para comprimir o ar e depois você tem que descomprimi-lo, passar por uma turbina pra fazer acionar o carro. Então, não se mostrou muito prático...

E a força hidráulica?

Eu não sei bem o que é que ele entende por hidráulico.

Ouvinte possui um Prius, é um carro elétrico?

É um carro elétrico da categoria dos híbridos. Ele tem um gerador a bordo e a roda é acionada por um motor elétrico.

Ela diz: Foi o melhor carro que já adquiri, é econômico e posso perceber que o motor para sempre que paro o carro nos sinais de trânsito...

O motor do Prius não aciona as rodas diretamente e sim um gerador então o computador de bordo verifica os momentos em que de fato é necessário ele agir. E essa é uma das grandes vantagens do carro elétrico, digamos, ele não precisa de energia quando você para em um sinal, ao contrário de um motor de combustão interna, que só para de funcionar quando desligamos. Estima-se que mais ou menos uns 15% do combustível acabam sendo usados nesses momentos, digamos, inúteis.

Então os carros elétricos são realmente mais econômicos?

Sim. Hoje o Prius é o recordista entre os carros econômicos nos EUA, seguido por sete outros carros que também são híbridos. O veículo elétrico híbrido, e o veículo elétrico de um modo geral, tem uma outra vantagem que é chamado freio regenerativo. Quando se freia, não há desperdício de energia, ao contrário dos carros convencionais onde basicamente há um disco de freio que dissipava numa lona, na forma de calor, a energia do carro. No carro elétrico quando você freia, o computador avisa ao motor e o motor se transforma num gerador e a energia elétrica que é gerada vai para a bateria para uso futuro.

Carros movidos a células de hidrogênio são mais ou menos eficientes que os carros movidos a eletricidade?

O hidrogênio não é um combustível de que se dispõe na natureza, o hidrogênio precisa ser produzido... é o que nós chamamos de um injetor de energia, é como a energia elétrica. Você tem hoje duas formas de se fabricar o hidrogênio; uma, é colocar a energia elétrica na água e você tem a dissociação dos átomos de hidrogênio e oxigênio e esse hidrogênio é então usado. Quando a gente verifica hoje as células a combustível, ainda não tem uma performance que seja suficiente. No nosso Instituto, estudamos esse tema e acreditamos que quando as células a combustível tiverem um preço razoável e funcionarem de uma forma razoável, provavelmente vai ser aplicado no que nós chamamos de geração distribuída. Porque colocar a bordo de um veículo é uma coisa mais complicada. Mas, não só é possível, como hoje há talvez alguns milhares de carros, inclusive ônibus pelo mundo afora, e inclusive aqui no Brasil. Em São Paulo, há um ônibus que usa hidrogênio nessa célula combustível. A célula combustível produz diretamente energia elétrica, o hidrogênio entra na célula, ela produz energia elétrica e ela aciona um motor elétrico. Ou seja, trata-se de um veículo elétrico também.

As grandes empresas petrolíferas e montadoras seriam responsáveis pela lentidão da implementação em grande escala das fontes alternativas de energia?

Eu não tenho essa visão. Até porque se você olhar a longo prazo muitas empresas de petróleo viraram empresas energéticas, elas procuram a melhor oportunidade. É o caso da Petrobras e de outras. Eu não teria essa visão conspiratória. O imposto ser mais alto está puramente ligado ao fato de que não

haviam carros elétricos, as baterias ainda não estavam aperfeiçoadas. Então, quando foi feita a legislação isso não foi levado em conta. Nós acreditamos que a médio prazo provavelmente o Governo vai trabalhar nesse sentido. Até porque certas cidades, como São Paulo, estão cada vez mais inviáveis e o uso do acionamento elétrico vai ser cada vez mais importante. Por exemplo, os maiores responsáveis por emissões numa cidade como São Paulo são as motocas. Uma motoca polui muito mais que um automóvel e basicamente a mobilidade da cidade acontece em função de motocas. Um programa de sair de motocas a gasolina para motocas elétricas é algo completamente viável em havendo, claro, alguns incentivos e vontade política para que isso aconteça já que essa tecnologia já é bem examinada. Hoje, já começamos a ter algumas fabricantes no Brasil de *scooters* – forma correta – que podem atender várias das necessidades dos usuários.

As baterias de carros elétricos utilizam materiais altamente danosos ao meio ambiente? O que será feito delas?

As baterias mais comuns hoje são as chamadas de ácido e chumbo, que como se sabe, é um metal pesado e, se reciclado na natureza, ele pode apresentar sérios problemas de saúde. Por isso, a bateria normalmente volta para reciclagem você não joga a bateria na natureza. Agora, o que está acontecendo é que de uns anos para cá, quando começou a aparecer a demanda por baterias, começou a haver uma corrida nas pesquisas e essas baterias precisaram ser mudadas. Primeiro ocorreu, ali no final dos anos 80, ela começou a atender às necessidades dos computadores *laptops* e telefones celulares com baterias enormes. Hoje, já mal identificamos a bateria em um celular do tamanho de uma caixa de fósforo e com cargas que duram dois três dias. Então, isso foi basicamente o domínio de uma tecnologia, das chamadas células de íon de lítio, quer dizer, o lítio é um metal mais leve na cadeia dos elementos primários e que tem menos problemas. Hoje, qualquer novo produto... há várias pesquisas em várias frentes, inclusive de aperfeiçoamento das baterias de chumbo, mas elas só vão pra frente se resolvido esse problema da reciclagem. Por exemplo, uma bateria que saiu no começo do século, que também utilizava metais pesados simplesmente foi banida. Então, não acredito que isso venha a se tornar um problema. Provavelmente, elas já vão nascer com um sistema de reciclagem.

Existe um único tipo de tecnologia para carros elétricos ou existe concorrência no mercado?

São diversas tecnologias, o motor pode ser de corrente alternada, de corrente contínua. Tem um veículo elétrico que é o (trecho inaudível)... aos carros híbridos como o Prius, aos carros puramente a bateria. Então, são diversas famílias e é um processo que está em rápida evolução pelo mundo afora.

ENTREVISTA À CBN 9/11/2009

Entrevista com Paulo Resende, pesquisador da Fundação Dom Cabral (MG), e Glauco Árbix, professor de Sociologia Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e especialista em mercado automobilístico

Repórter – Eu começo falando com o professor Paulo Resende. É possível encontrar um equilíbrio entre o motor da economia que vêm dos veículos, a quantidade de empregos gerados, com o que a gente encontra nas ruas, as dificuldades de combater este problema mundial: que é o trânsito?

Paulo Resende – Eu acho que é possível sim, apesar de que este equilíbrio ele vai ter que... ele nos apresenta um desafio muito grande que é o desafio do sacrifício. Nós não podemos impedir que novos veículos sejam inseridos na frota, nas grandes cidades, em compensação existe uma correlação, ou seja, a cada veículo que você insere, naturalmente a mobilidade urbana se vê seriamente prejudicada, então eu acho que nós vamos ter que discutir com profundidade esta questão do tipo: substituição de frotas velhas, novas tecnologias, com menos emissão de poluentes, e, finalmente, uma política de mobilidade urbana, que possa cidades hoje definitivamente não têm. Eu acho que é possível sim, mas, se houver seriedade na discussão e não deixar que o caos aconteça, pôr que ele vai acontecer...

Repórter – Professor Glauco Arbix, há muitos especialistas em meio ambiente, inclusive especialista em trânsito, que falam cada vez mais para abandonarem o carro. Qual a importância do carro na economia brasileira e como encontrar este equilíbrio entre trânsito, meio ambiente e economia?

Glauco Arbix – É exatamente porque a importância é gigantesca, que as soluções são sempre difíceis. Muitas vezes existem soluções, existem exemplos em outros países, existem exemplos aqui mesmo no Brasil de políticas bem sucedidas. No entanto, é sempre difícil você efetivar políticas ou propostas que consigam equilibrar essa entrada de novos carros nas cidades brasileiras e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente. Mas, não só tem que lembrar que um trânsito pesado que nós temos, como por exemplo na cidade de São Paulo ou Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou Porto Alegre, faz com que o custo da economia suba, que as empresas paguem mais, os trabalhadores, os cidadãos paguem mais, o governo pague mais, tem mais acidentes de trânsito, além de todos os transtornos da poluição. Então, nós temos que tentar inverter uma lógica muito forte. Um exemplo para você: o carro brasileiro, por ser um carro de 1000 cilindradas, paga menos impostos no Brasil. Nem sempre, no entanto, um carro de 1000 cilindradas é o carro que polui menos. Então, deveríamos primeiro começar tratando melhor a questão tributária. Nós temos que incentivar um carro com menor capacidade de poluição, isto é, em primeiro lugar. Em segundo lugar, nós deveríamos trazer automóveis que incentivam que sejam, ou que vivem, na matriz de energia mas que refletem, para o meio ambiente, para a população, isto significa trazer carros híbridos elétricos e a gasolina ou a álcool, incentivar, multiplicar um série de diferenças que já existem, então... esta ideia de trazer e de tentar um equilíbrio tem que começar, atacando os nossos problemas, esta é uma questão elementar.

Repórter – Professor Paulo Rezende, o Senhor sente que estamos atacando este problema, ou não, só estamos vendo a quantidade de carros aumentar nas maiores cidades brasileiras?

Paulo Rezende – Não, definitivamente eu não vejo que exista um ataque sistêmico ao problema. É quando nós observamos o que está acontecendo: a deterioração da qualidade de vida nas principais cidades brasileiras, provocada justamente por esta questão do inchaço, inchamento da frota, nós vemos que todos são a favor de uma solução ou da busca de uma solução, mas não existe um movimento integrado do Brasil para mudar esta situação, como o professor Glauco disse. Ver esta situação de forma séria, de forma a que nós possamos até mesmo inverter a matriz de produção de automóveis no Brasil, visando, realmente, uma melhoria da qualidade de vida, sobretudo na questão da emissão de poluentes. Então, eu não vejo, definitivamente, que este problema esteja sendo atacado de forma integrada e sistêmica.

Repórter – Professor Glauco Arrix, o ouvinte Ricardo Navarro participa através do twitter e ele diz que o Brasil sempre prioriza os carros, o que não está acontecendo com países do primeiro mundo, por exemplo, da Europa. O senhor acha realmente que aqui, do ponto de vista econômico, a economia ainda é mais importante que as discussões do outro sentido?

Glauco Arrix – Ela também é importante! A economia sempre acaba, na verdade, tendo um peso determinante nas escolhas que os nossos dirigentes públicos acabam tomando, as autoridades tomam, bem como a iniciativa privada, todos nós tomamos, levando em conta o que acontece com o nosso bolso ou com o nosso orçamento ou com a nossa capacidade de investimento. A questão central, é que é muito difícil você compatibilizar esforços que muitas vezes são contraditórios. Eu estou dando um exemplo para você. Quando a gente fala da crise econômica internacional hoje e a maneira que o Brasil está passando relativamente mais fácil por ela do que uma série de outros países, inclusive os adiantados, todos nós lembramos a indústria automobilística. A maneira como ela tem o seu desempenho, a maneira como ela produz, a maneira como gera riqueza, como ela mantém postos de trabalho, como ela tem um poder multiplicador de geração de empregos. A gente sempre lembra dela, ela foi um fator determinante neste último período, estes últimos seis meses, um ano, para que o Brasil atravessasse a crise de uma maneira mais amena, como atravessou. Ao mesmo tempo, nós sentimos que a sociedade toda chega e fala de automóveis, eu te pediria a todos nós, que a gente fizesse dez segundos de reflexão, fechando os olhos e tentando dizer das cidades tudo aquilo que está ligado a automóveis. Não iria sobrar nada, vai virar um deserto, as cidades brasileiras, assim como as cidades do mundo todo são feitas para automóveis, elas são concebidas para automóveis. Então, a única solução é tentar um equilíbrio, investindo de forma pesada no transporte público, metrô basicamente, vias rápidas para ônibus, mas isto nunca se dá no tempo preciso.

Repórter – Professor Glauco, se houver este investimento no transporte público, como fica a economia do carro, tudo que o carro gera na economia brasileira?

Professor Glauco – Você tem sempre espaço para o automóvel. O automóvel pode ser utilizado muito mais como lazer, o automóvel pode ser utilizado de vez em quando, o automóvel não precisa ser utilizado, sempre. Você sabe quantas pessoas nós transportamos, por exemplo numa cidade como São Paulo, dentro do automóvel? A média não chega a duas pessoas. Ou seja, nós temos um espaço ocupado por um automóvel permanentemente nas nossas ruas aqui na cidade de São Paulo. Eu não saberia dizer como é que ocorre, em Minas Gerais ou em outras cidades, mas em São Paulo, a lotação de um automóvel básico é de dois por pessoa, significa que eu ando sozinho no meu carro o tempo todo. Outros, meus vizinhos, meus amigos, os amigos dos meus amigos, todos nós, geralmente vamos ao trabalho, fazemos tudo usando cada um, um veículo, quer dizer, não há otimização, uma utilização mais racional do automóvel. O transporte coletivo é o único que consegue tratar desta questão de uma maneira mais racional, mas, ao mesmo tempo, ele é caro, ele não é eleitoralmente viável. Por que nós temos que gastar muitos recursos nela e se nós aplicarmos todos os recursos para fazer o metrô numa cidade como São Paulo não vai sobrar quase nada para educação, saúde e para fazer outras coisas, pensamos. O que acontece é que a gente fica driblando e criando um problema gigantesco, cada dia que passa a cidade de São Paulo fica mais inabitável, é uma lógica em que eu preciso dela e, ao mesmo tempo, eu odeio essa lógica, essa saída é pesada.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senado Roberto Cavalcanti. Nós dois já usamos da palavra hoje em reunião do Congresso Nacional, lá no plenário da Câmara.

Sua solicitação, Sr. Senador, será atendida na forma do Regimento.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Papaléo Paes. Logo após, falará pela inscrição o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Serys Slhessarenko, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, trouxe este tema que poderia ser de um pronunciamento normal, mas é tão importante que quero que seja registrado nos Anais da Casa.

No âmbito das políticas públicas, existem vários temas que representam especial desafio aos governantes. Quero tratar, no dia de hoje, de um desses temas difíceis: a questão das políticas voltadas à juventude brasileira.

A estrutura do Governo em nosso País está montada em razão das grandes áreas temáticas, segundo um viés bastante tradicional. Existem Ministérios para cuidar da saúde, da educação, do trabalho, do planejamento, da economia, e por aí vai. Cada um deles tem suas funções ou ações definidas, sua ótica própria na elaboração de políticas públicas e sua tradição de gestão particular. Entretanto, determinadas políticas públicas exigem um tratamento que atravessa mais que um desses campos temáticos.

Quando afirmo que a construção de uma política voltada especialmente à juventude é um grande desafio, na realidade, estou me baseando no fato de que hoje os problemas específicos que afigem nossa juventude exigem um trabalho multidisciplinar coordenado e colaborativo, o que por vezes parece ultrapassar a capacidade de gestão disponível no aparato do Governo.

Há algum tempo, a solução para o tratamento desses temas multidisciplinares tem sido a criação de secretarias especiais encarregadas de coordenar o esforço dos diferentes Ministérios. Entretanto, é necessário que esses órgãos se tornem o verdadeiro espaço no qual se estabeleçam as políticas públicas e não apenas o lugar de juntar pedaços de ações já existentes nos diferentes Ministérios. Sou, portanto, contrário a políticas costuradas à moda Frankenstein. O produto final, nesses casos, dificilmente atende às necessidades dos brasileiros.

Por que deve existir uma política pública específica a juventude brasileira? As pesquisas conduzidas pelo IBGE vêm mostrando uma radical mudança na composição por idade da população brasileira. A par-

ticipação percentual da faixa etária de 15 a 29 anos, que atingiu seu máximo no ano 2000, vem caindo paulatinamente desde então.

A população brasileira está envelhecendo, e o Censo de 2010 vem consolidar a tendência de liderança da faixa etária entre 30 e 59 anos, com crescimento cada vez mais consistente do grupo com idades superiores aos 60 anos.

Essa faixa etária que hoje vai de 30 a 59 anos tem uma qualidade de vida pautada pelas políticas públicas voltadas à juventude de 20 anos atrás. E o que damos aos jovens de hoje vai se refletir mais na qualidade de vida do grupo majoritário da população brasileira daqui a 20 anos, quando representarão em torno de 40% a 45% da população total.

Cuidar da juventude nos dias de hoje, portanto, é cuidar do bem-estar do nosso País daqui a 20 anos.

Políticas específicas para a juventude são bastante recentes na história brasileira, segundo a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulada “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”, coordenada pelos pesquisadores Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria de Aquino e Carla Coelho de Andrade. A juventude brasileira precisa de um programa extremamente eficaz, eficiente e que não se mantenha essa colcha de retalhos que tentam fazer por meio de Secretarias e Ministérios.

A Constituição de 1988 deu o pontapé inicial ao considerar crianças e jovens como sujeitos de direito, o que implica a necessidade de atenção especial do Estado. As primeiras formulações de políticas públicas voltadas propriamente à juventude datam de 2005.

A criação da Secretaria Nacional da Juventude é o marco dessa mudança de foco. Entretanto, grande parte do que ela vem fazendo é pouco mais do que costurar ações preexistentes que já vinham sendo desenvolvidas no âmbito dos Ministérios.

Como resultado disso, da falta de inovação e das limitações de gestão, a juventude brasileira segue sendo a vítima preferencial da violência urbana, especialmente homicídios e acidentes de trânsito. E isso, comprovadamente, vemos nos noticiários do Brasil afora. Trinta e sete por cento do total de mortes são de jovens, 93% dos quais, rapazes, que apresentam 78% das causas por esses motivos externos.

Dezenove por cento do grupo entre 18 e 24 anos registra dependência de álcool, contra 12% das outras faixas etárias. Trinta por cento dos casos de Aids, transmitida principalmente pela via sexual, estão no grupo de 15 a 29 anos. Vinte e seis e meio por cento das vítimas fatais e 37% das vítimas não fatais de trânsito são jovens.

Mesmo com o avanço da renda do brasileiro, 30% dos jovens vivem em famílias com renda familiar *per capita* de menos de meio salário mínimo e mais de 53% estão em famílias com renda entre meio salário e dois salários mínimos. Mais de 12% da juventude está na faixa de extrema pobreza.

No quesito educação, Senador Botelho, pouco menos da metade da população entre 15 e 17 anos está no ensino médio, sendo que 44% ainda não concluíram o ensino fundamental. No estrato entre 18 e 24 anos, menos de um terço da população está na escola e apenas 13% estão no ensino superior. As principais causas de abandono da escola nessas faixas etárias são busca de trabalho, para os homens, e gravidez, para as mulheres.

O encaixe do jovem no mercado de trabalho também tem sido em situação precária, em postos de menor qualificação, com salário menor e, muitas das vezes, sem carteira assinada. Metade dos jovens entre 18 e 24 anos que trabalham não têm essa garantia legal.

O Programa Nacional de Jovens – ProJovem – já teve várias formas diferentes desde seu primeiro lançamento em 2005, e posteriores remodelações em 2007/2008. Essa colagem de programas dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Trabalho e Emprego e da própria Secretaria Nacional de Juventude, ligada à Presidência, contudo, ainda não conseguiu resultados que nos permitam afirmar que temos finalmente uma política social competente para a juventude brasileira.

De fato, acabam representando pouco mais do que uma extensão do Bolsa Família. Dentro daquela projeção do crescimento populacional que citei há pouco, se seguirmos exclusivamente com as políticas do tipo Bolsa Família, teremos a maior parte da população brasileira profundamente dependente do Governo para o atendimento de suas necessidades básicas daqui a 20 anos.

O que queremos é evitar a reedição da história do “pão e circo” que determinou a decadência do Império Romano exatamente quando tudo parecia estar indo bem.

Sr^a Presidente, é necessário dispor de uma variedade maior de ações voltadas à juventude, consolidada em uma política pública sustentável a longo prazo. Um desafio intelectual e de gestão se apresenta à nossa geração. Precisamos avaliar melhor os resultados alcançados até o momento e apresentar críticas e sugestões aos governantes atuais nas esferas federal, estadual e municipal do Poder Público, visando o aperfeiçoamento de políticas públicas e das instituições encarregadas de sua aplicação.

A simples repetição de políticas preexistentes e a criação de órgãos públicos de coordenação sem expressão e peso real na formulação de políticas públicas não são capazes de resolver nossos problemas.

Infelizmente, as inúmeras secretarias de juventude, criadas à moda de imitação da estrutura do Governo Federal dentro de Estados e Municípios, apresentam também resultados pífios, diante do tamanho do problema.

E aqui registro que, no meu Estado, Amapá, estavam pegando os jovens desses programas para irem às ruas fazer campanha política para determinados candidatos.

Enquanto não conseguirmos posicionar o problema da juventude brasileira em lugar central nas preocupações públicas, não como um viés de polícia, mas com uma visão política de longo prazo, continuaremos comprometendo nosso futuro até o ponto em que pode se tornar irreversível a tendência à decadência.

E, sem dúvida alguma, cabe ao Parlamento brasileiro encaminhar esse debate e avaliar as soluções propostas.

O Senador Augusto Botelho fez sinal de que faria uma intervenção, um aparte, mas eu estou fazendo uma comunicação inadiável.

O Sr. Augusto Botelho (S/Partido – RR) – Sr^a Presidente e Senador Papaléo, é só para frisar a importância do discurso do Senador Papaléo em relação à juventude. É na faixa dos 18 a 29 anos em que há o maior índice de mortalidade, de doenças, e o nosso País não pode crescer mais do que 7%, porque não vamos ter gente preparada para trabalhar. Então, nós temos que cobrar dos candidatos à Presidência um programa sério e com metas para formação técnica dessas pessoas. Senador Papaléo, V. Ex^a chama a atenção para o tema no âmbito geral da educação, da saúde, em que eles são as maiores vítimas, até no trânsito. Essa é a faixa etária de maior gravidade.

E nós aproveitamos para cobrar dos nossos candidatos a Presidente que definam, determinem qual é a política que eles têm para a juventude. O que eles pretendem fazer para diminuir essa evasão escolar. Só 50% dos jovens que deveriam estar na escola, no segundo grau, estão dentro da escola. Então, é a oportunidade de cobrarmos isso aqui. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Papaléo Paes.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Sem Partido – RR) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (S/Partido – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para me inscrever para uma comunicação inadiável, Sr^a Presidente Serys Slhessarenko.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O senhor é o terceiro inscrito.

O próximo Senador a usar da palavra é o Senador Antonio Carlos Júnior.

Antes, eu gostaria apenas de registrar que está presente na nossa tribuna de honra a Sr^a Cídia Pereira, da Câmara Municipal de Boa Vista, que está em intercâmbio aqui no Senado.

Muito obrigada, Sr^a Cídia.

Com a palavra o Sr. Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, não era o tema principal do meu discurso, porém, em função da urgência e da gravidade dos episódios ocorridos, eu tenho que começar por ele.

A agressividade dos coordenadores da campanha de Dilma Rousseff, a começar pelo Presidente Lula, começa a trazer consequências mais graves, incitando uma militância petista, eu diria profissional, a se manifestar de forma cada vez mais violenta.

Vejam três episódios muito recentes de ontem e de hoje.

Lula, ontem, em mais uma operação casada para driblar a legislação, foi a Goiás para um evento oficial, quando o objetivo real era, no comício em Goiânia, ofender o candidato ao Governo do Estado, nosso colega Marconi Perillo, a quem eu presto total solidariedade agora, chamando-o de mentiroso, de sem caráter e de desviar verbas.

É um absurdo! Eu protesto, como membro deste Senado, que o nosso colega tenha sido ofendido dessa forma e presto a ele toda a solidariedade.

Lula, hoje, em reunião com dirigentes da Mitsubishi, chamou José Serra de irresponsável, porque, segundo o Presidente, Serra promete o que não vai cumprir e também porque pretende mudar a política econômica.

E agora, à tarde, Serra estava em uma caminhada em Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro, quando se deparou com um grupo de militantes petista, esses tais profissionais, que começaram a gritar palavras de ordem e agredir verbalmente o candidato e sua comitiva.

Os militantes do PSDB reagiram, e houve confusão. Serra teve que entrar numa loja, onde permaneceu até que os ânimos se acalmassem.

Então, é preciso moderação por parte da campanha do PT, para que os ânimos não se acirrem a ponto de se criar um problema de mais graves consequências.

Sr^a Presidente, eu já disse aqui que o PT é o primeiro Partido que, ao assumir o Governo em um regime democrático, em vez de desenhar um futuro para o País, resolveu reescrever o seu passado, ao mesmo tempo em que dele usufrui. Mas faltou dizer, senhoras e senhores, que, enquanto tenta reescrever o passado, o Partido dos Trabalhadores coloca em risco o futuro do País.

O Governo petista coloca em risco o futuro do Brasil, quando aparelha, da pior forma possível, em um processo clandestino e tacanho de privatização para proveito próprio, empresas de importância estratégica como a Petrobras, os Correios, o Banco do Brasil, o grupo Eletrobrás e a Caixa Econômica Federal, ilegando seus cargos, permutando-os por facilidades no Congresso Nacional ou por favores inconfessáveis.

Ao aparelhá-las, o que ocorre? A incompetência de uns drena a competitividade dessas empresas, e a desonestade de outros se apropria de seus recursos.

Levantamento feito pela revista *Veja*, publicado na edição de 8 de setembro passado, mostra que, entre os quarenta cargos mais importantes do Governo, mais da metade está sob o controle direto do PT: Petrobras e suas subsidiárias, BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Correios, empresas do grupo Eletrobrás entre outras, sem mencionar os fundos de pensão das estatais, estão sob o controle do Partido.

O mesmo acontece nos escalões intermediários dessas empresas e da administração pública. Dos mais de 1,2 mil cargos de direção e assessoramento superior, tradicionalmente reservados para especialistas e técnicos, 45% estão ocupados por sindicalistas, quase todos petistas. Desde o início do Governo Lula, mais de 6 mil servidores federais, ocupantes de cargos de alto nível, se filiaram ao PT. Setenta por cento desses neopetistas tiveram promoções ou foram nomeados para cargos de chefia.

Enquanto fazem isso, eles tentam impingir a pecha de maus gestores e de vendedores da pátria aos que lhes combatem esses malfeitos. Na verdade, eles estão é apavorados, isto sim, com a perspectiva de virem a perder a boquinha, se me permitem o termo.

Nos debates do segundo turno, nas propagandas eleitorais e nos discursos de palanque, a candidata, o Partido dos Trabalhadores, o Presidente da República,

até mesmo Ministros e Presidentes de empresas estatais, em eventos sociais, repetem mantras mentirosos de falso nacionalismo e tentam confundir o eleitor.

Na falta de argumentos, chegam ao requinte de afirmar que o Governo Fernando Henrique teria preparado a Petrobras para ser privatizada – uma afirmação sem sustentação objetiva que mostra o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, mergulhado de vez na campanha presidencial e levando com ele, de forma absolutamente indevida, a empresa que preside – ele é filiado ao PT e foi candidato a Governador, em 1990, pelo PT – mas não é dele, não é do Presidente Lula, não é da candidata Dilma. É do Brasil.

Mas reparem: preparando a Petrobras para ser privatizada? Ora, só se eles acusam o Governo Fernando Henrique Cardoso por ter tornado a Petrobras mais eficiente, por ter modernizado a legislação sobre o setor de petróleo, enfim, por tornar a empresa melhor e, assim, mais admirada, cortejada e, comprova-se, apta a desenvolver-se e crescer.

Pode ser isso, vez que o Governo Lula vem buscando fazer o inverso com o setor.

Ao contrário do Presidente Fernando Henrique, que modernizou a legislação, o Presidente Lula enfiou goela abaixo do Congresso Nacional – e nós vimos aqui o trator passar, e eu protestei aqui veementemente contra esses projetos de reestatização do setor de petróleo com o pré-sal – e da sociedade o pacote de medidas retrógradas do pré-sal, que aumenta mais ainda a máquina pública, cria mais burocracia para o setor e inibe a concorrência.

Mas não é só a Petrobras. Eles falam das privatizações como se essas tivessem sido nocivas ao País. Usam de demagogia barata e deliberada confusão em seus pseudoargumentos, pois sabem que alguns dos benefícios auferidos pelas privatizações, por serem indiretos, não são muito claros para o cidadão comum. Isso fica evidente quando eles fogem, como o diabo da cruz, de discutirem, por exemplo, os benefícios das privatizações das teles.

Claro, qualquer brasileiro sabe o quanto mudou para melhor, em qualidade e preço, os serviços de telefonia após a privatização. Como disse José Serra, “se dependesse do PT, o Brasil seria o País dos orelhões”.

Negar os benefícios para o Brasil das privatizações feitas no Governo Fernando Henrique é, como se costuma dizer, mentira de pernas curtas.

Vamos comparar? Em 1995, 88% dos telefones fixos e 100% dos celulares estavam nas mãos das classes A e B. Havia fila para se conseguir um telefone, os preços eram proibitivos. Com a privatização, acabou o monopólio estatal para ricos. O celular entrou para o

cotidiano brasileiro de qualquer classe de renda e as telefônicas assumiram o compromisso de universalizar seus serviços e instalar linhas mesmo nas regiões mais pobres e distantes.

A telefonia estatal disponibilizava vinte milhões de aparelhos fixos. Com o sistema privatizado, foram disponibilizados quarenta milhões de aparelhos. Com a telefonia estatal, 7,4 milhões de celulares foram vendidos. Com o sistema privatizado, foram disponibilizados 121 milhões de aparelhos; desses, mais de 70 milhões para as classes C, D e E.

O dinheiro obtido com a privatização da telefonia – US\$30 bilhões – foi considerado recorde e nos permitiu abater a dívida pública, garantir a estabilidade econômica e dar prioridade a área social. Além disso, o setor recebeu, em dez anos, mais de US\$140 bilhões em investimentos privados.

Senhores, visto isso, fica fácil compreender porque a candidata do Governo se esquia de discutir a privatização do setor de telefonia. Talvez eles fujam a esse debate porque também poderiam acabar tendo que explicar o que este Governo vem fazendo, utilizando-se para isso das teles e de outras empresas, com o dinheiro dos trabalhadores que se encontra depositado nos grandes fundos de pensão, eles todos em mãos petistas.

Senhores, e a Vale? O Presidente Lula fala mal da privatização da Vale, mas seu governo se beneficia dos resultados da medida. Senão, vejamos. Desde a privatização, o lucro da Vale multiplicou por 13, as vendas por 2,5 e o valor de mercado por 8. Ao comprar a canadense Inco por US\$17 bilhões, a Vale tornou-se a segunda maior mineradora do planeta. A Vale tinha 11 mil empregados e recolhia R\$724 milhões em impostos. Hoje, ela tem 60 mil empregados e recolhe R\$6 bilhões em impostos. Esses impostos – sempre é bom lembrar aos brasileiros que nos assistem – são recursos que podem ser destinados à educação, à saúde, à habitação, a obras de infraestrutura.

As exportações da Vale em 2008 somaram US\$17,6 bilhões e foram responsáveis por mais de 70% do superávit comercial do Brasil. São números que o PT esconde ou deturpa – inclusive nos programas eleitorais da ex-Ministra Dilma ou é mentira ou então são chutes, são números estapafúrdios, chutados – ao mesmo tempo em que luta nos bastidores pelo controle da empresa, como, aliás, já disse o próprio Presidente da Vale. Quer dizer, o PT quer tomar a Vale para ser gerida por seus próprios interesses.

Sr. Presidente, o que dizer dos Correios?

Os Correios sempre foram considerados eficientes, orgulho de seus funcionários, admirados pelos brasileiros e conceituados internacionalmente. Aí veio o PT

e transformou os Correios em alvo de denúncias, em palco de escândalos e exemplo de como uma empresa aparelhada politicamente e mal administrada pode se deteriorar em curto espaço de tempo.

À revelia do seu corpo de funcionários, que consegue ainda levar a empresa para a frente, mesmo com dificuldades, o Governo Lula tem feito o possível para destruir os Correios, impondo-lhe maus dirigentes, quase todos oriundos de partidos políticos ou nomeados graças às relações pessoais com o mandarimato petista, de dentro e de fora do Governo.

Agora mesmo é do conhecimento de todos a paralisa e a situação caótica e de desmandos por que passam os Correios, em face da disputa de poder existente entre o PT e a ala mineira do seu principal aliado.

E a Eletrobrás? A empresa, a mais recente vítima conhecida dessa praga, misto de aparelhamento e desonestade, vê-se agora envolvida num escândalo internacional. Lá, seu diretor, amigo dileto da candidata Dilma, está enrolado até o pescoço em uma fraude de 157 milhões de euros, junto a um banco alemão.

O dinheiro, tomado por empréstimo para investimentos que jamais aconteceram, simplesmente teria sumido. Com ele, acusado de extorsão, também está o chefe de gabinete da ex-Ministra da Casa Civil Erenice Guerra.

Já perceberam? Os principais casos de corrupção até agora conhecidos neste Governo quase sempre começam ou acabam chegando à Casa Civil da Presidência da República. No Governo Lula, mudaram-se os ministros- chefe da Casa Civil, mas não se modificou a prática.

Mas voltando ao caso da Eletrobrás. O mais grave, Sr. Presidente, é que, nessa mesma turma, tem ramificações da Norte Energia, empresa encarregada de implantar a polêmica usina elétrica de Belo Monte, justamente a obra que o Presidente Lula considera uma “questão de honra” levar adiante a qualquer custo e sem considerar os aspectos ambientais.

Afirmar, como faz a candidata Dilma, que o Governo passado tentou estatizar a Petrobras, é mentira. Prova disso é a carta que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, escreveu para o Presidente do Senado, Senador José Sarney, em que Fernando Henrique propõe sejam aprovados pontos, como o de que a Petrobras não seja passível de privatização e que a União não contrate empresas para pesquisa em áreas que tenham produção já estabelecida.

Vou repetir: o Presidente Fernando Henrique propôs ao Congresso Nacional fixar em lei a proibição de que a Petrobras fosse passível de privatização.

Mas eu quero aqui, por justiça, ler um trecho pequeno do comentário da jornalista Míriam Leitão,

que fala em falsas verdades, exatamente o que estou falando aqui.

Diz a jornalista Míriam Leitão:

Ninguém com um mínimo de honestidade intelectual conseguirá tirar do ex-presidente Fernando Henrique o mérito de ter começado a estabilização como ministro no governo Itamar Franco, e consolidado nos seus dois mandatos. Por ser bem sucedido, o plano chacoalhou toda a economia, quebrou os bancos, criou desafios que o governo FHC teve que enfrentar num contexto de crise externa.

Foi mais fácil para o governo Lula fazer a colheita. Ele encontrou a terra arada, e sementes germinando. Poderia ter destruído tudo, se ouvisse alguns dos seus conselheiros, mas teve o mérito de ouvir os conselhos certos [de Palocci e de Henrique Meirelles]. O país ganhou e pôde passar para suas outras tarefas como a da inclusão social. Mas aí de novo é incontornável em qualquer série histórica ver que a primeira grande queda da pobreza aconteceu entre o final do governo Itamar e o começo do governo Fernando Henrique como resultado do controle da inflação [no Plano Real]. Como é fácil constatar que uma nova grande queda do percentual de pobres aconteceu no governo Lula.

Então, essa justiça tem de ser feita. Da mesma maneira, a candidata Dilma também mente para o eleitor, quando afirma que a Oposição pretende privatizar as empresas estatais.

Senhores, na verdade, José Serra eleito reestatizará a Petrobras. E não apenas ela. Serra trará de volta para todos os brasileiros as empresas estatais que foram usurpadas pelo PT e seus amigos.

Muito obrigado, Srª Presidente, Srs. Senadores.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senhor Senador, é que eu já estava pedindo há algum tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Desculpe-me, Senador Papaléo. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Parabenizo V. Ex^a pelo discurso esclarecedor para a população brasileira e solidarizo-me, também, como V. Ex^a fez, com o nosso Senador, nosso colega Marconi Perillo, e com o nosso candidato a Presidente da República José Serra. Com atos, eu digo, até grosseiros e irresponsáveis, politicamente falando, foi como se portou o Senhor Presidente da República. Sua Excelência não pode deixar que uma campanha política desvirtue a sua condição de Presidente da República. Ele é Presi-

dente de todos os brasileiros e não somente de quem o acompanha politicamente. Lamento profundamente as acusações que ele fez ao nosso Marconi Perillo, Vice-Presidente desta Casa. Quero repudiar esse ato. E que Deus abençoe para que isso não seja um sinal altamente negativo para o processo democrático brasileiro. Quando as pessoas que estão no poder passam a usar a arrogância, têm a sensação de impunidade, do vale-tudo, isso é de se temer muito pela sociedade que elas dirigem. Então, lamento profundamente o comportamento do Senhor Presidente da República, que costuma ser sempre inadequado a sua condição de Presidente da República. Mas que essa inadequação se prendesse apenas a alguns problemas que se relacionam às questões sociais de Sua Excelência, de caráter privado, aos excessos que pratica, de caráter privado. Isso aí, tudo bem! Mas, publicamente, jamais deveria se portar da maneira deselegante como tem se portado neste momento, acirrando o mal-estar político em que se encontra neste momento o nosso País. Nós queremos paz, queremos um Presidente da paz e queremos que o Presidente use o serviço de comunicação pública para tranquilizar os brasileiros e para dizer a todos eles que devem votar com a sua consciência e não com a imposição do poder. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)
– Agradeço ao Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Bezerra e, depois, ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O Sr. José Bezerra (DEM – RN) – Senador Antonio Carlos, quero primeiramente solidarizar-me com o nosso colega Senador Marconi Perillo, grande ex-Governador daquele Estado de Goiás. Uma prova inequívoca disso é que o povo de Goiás irá reelegê-lo agora no dia 31 de outubro para mais um mandato de Governador. Esses impropérios do Presidente estão ficando a cada dia mais exacerbados, vamos dizer assim. Alguém, como já disse o ex-Presidente Fernando Henrique, tem que dar um basta nisso ou algum amigo colocá-lo em uma antiga escola – de que me lembro –, no Rio de Janeiro, de bons modos, chamada Socila. Quem sabe se o Presidente não acataria conselho de seus amigos para ir a esta escola fazer um curso para poder ter boas maneiras, bons gestos e se comportar realmente como Presidente da República. Segundo, por exemplo, o jornalista Cláudio Humberto, existem, lá no Rio Grande do Norte, apenas dois Deputados do PT: a Deputada Federal Fátima Bezerra e o Deputado Estadual Fernando Mineiro. Ele chamou os dois, por não terem derrotado o Senador José Agripino – eu vou ter que repetir aqui o termo que o Presidente usou; lamento e peço desculpas aos meus colegas –, de “dois bundões”. Vejam a que nível chega o Presi-

dente da República! Não concordo com a declaração de que a Deputada Fátima e o Deputado Mineiro sejam “bundões”. De jeito nenhum! São atuantes e têm uma boa atuação parlamentar no meu Estado. Ela foi eleita agora a Deputada mais votada do Estado do Rio Grande do Norte e foi chamada pelo Presidente de “bundona”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E não é no sentido estético, não é?

O Sr. José Bezerra (DEM – RN) – Não. Estético, com certeza, não é. Vejam só a que nível chegamos! E aonde vamos chegar? Não sei. Em relação a essa história de privatizar ou não a Petrobras, o brasileiro tem que saber que hoje paga a gasolina pior e mais cara do mundo; pior gasolina e mais cara do mundo. E nós temos autossuficiência em petróleo. Não é o caso do Japão, que não tem petróleo. Não é o caso da França, da Alemanha, da Suíça, que não têm petróleo e pagam uma gasolina mais barata. A Petrobras está em sérias dificuldades financeiras. Nós sabemos que essa capitalização foi para sanar problemas financeiros e que a maioria das ações foi comprada pelo próprio Governo. Nós sabemos disso! Além disso, Senador, o senhor falou da Eletrobrás; há os Correios, de que o senhor também falou, mas nós nos esquecemos da Infraero. A Infraero também está sucateada, cheia de penduricalhos. Faliram a Infraero, que está aí sem dinheiro para fazer qualquer investimento nos aeroportos brasileiros. Esse é o caos em que se encontram as empresas públicas, e ainda não querem que sejam privatizadas, apesar do sucesso que teve a telefonia brasileira e a Vale do Rio Doce. Era isso que queria dizer. Parabéns, Senador!

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)
– Agradeço, Senador José Bezerra. Precisamos recriar a Socila, mesmo porque o Presidente da República precisa aprender bons modos.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Antonio Carlos Júnior, estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e surgiu o aparte do Senador Papaléo. Antes, porém, estava ouvindo um pronunciamento do Senador Tião Viana em que dizia que o Presidente Lula prometeu ir uma vez ao Acre, duas vezes ao Piauí, duas vezes ao Pará. Senadora Serys, é preciso cobrar do Presidente todas essas promessas feitas em palanques de visitar cidades antes do final do mandato. Já fiz as contas: ele visitará 18 cidades depois do 2º turno, antes de deixar o Governo – o que deverá ocorrer no dia 1º de janeiro, a não ser que esteja preparando com o Chávez alguma outra saída –, para ver se essas coisas podem ser levadas a sério. O que me chamou a atenção foi essa agressão que ele cometeu contra

o Senador Marconi Perillo. Eu e o Senador Mão Santa fomos vítimas, no Piauí, de agressões semelhantes. O Senador e Governador eleito de Santa Catarina, Raimundo Colombo, foi vítima de agressões dessa natureza lá em Santa Catarina. O Senador José Agripino foi vítima de agressões dele na campanha de 2008, não é isso, Senador? E agora novamente. Será que esse é o exemplo que um homem como o Presidente Lula, que tem uma popularidade incontestável, quer deixar à Nação?

Ficar agredindo as pessoas em público, ficar agredindo o cidadão é o papel do Presidente da República? Já basta misturar as ações administrativas com palanque! Espero que a Justiça Eleitoral encontre um termo para isso. Além disso, há as más companhias que o Presidente e sua candidata começam a incorporar para sua equipe. Os jornais de ontem anunciam que ela fez uma grande aquisição, o Delegado Protógenes Queiroz, que agora é seu assessor, seu assessor de informação, e inclusive já teria participado dessa operação envolvendo uma gráfica lá em São Paulo. Imaginem quem vai cercar a candidata Dilma se as coisas continuarem assim.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Inclusive, assessoramento em debates.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E assessoramento em debates! Imagine V. Ex^a! Precisamos de um equilíbrio numa questão como essa. A eleição está chegando à sua reta final. Estamos nos últimos dias. É preciso equilíbrio. Essa história de ir para Goiás e agredir Marconi Perillo, uma pessoa educada, uma pessoa respeitável, eleitoralmente não tem nenhum sentido, não tem nenhuma lógica, a não ser que ele esteja jogando para os militantes do PT e não para os brasileiros. A divergência do Senador Marconi Perillo com o Presidente Lula é conhecida. O Senador Marconi Perillo alertou o Presidente Lula sobre a possibilidade da existência de um mensalão, que estava acontecendo no seio do Governo. O Presidente Lula disse que tomaria providência. Depois, quando os fatos aconteceram, o Senador Marconi comentou a questão e, então, o Presidente Lula ficou aborrecido com ele. Mas não ficou tão aborrecido, porque os jornais comentaram que, na véspera da CPMF, o Presidente Lula fez uma tentativa de um novo encontro com o então Governador Marconi Perillo, tendo como intermediário o então Governador de Brasília José Roberto Arruda. Portanto, esses ódios seletivos do Presidente Lula não são tantos assim – tanto é que se vê hoje o Presidente Lula abraçado com meu ex-Colega de Casa e de Câmara dos Deputados Eduardo Paes. Ele tinha ódio de Eduardo Paes, que, na CPI, fez um relatório inclusive com ofensas à família do Presidente Lula, e, hoje, os dois estão abraçados.

Desse modo, acho que o Presidente teria de ter mais comedimento e respeitar as pessoas, principalmente quando chega à sua terra, à sua cidade. O debate tem de ser travado em outro nível. Mas, se ele comete excessos, a assessoria deveria controlá-lo: ou segurar os amigos para não permitir que o Presidente cometa excessos ou, após os excessos, não deixar o Presidente falar. Realmente, é desagradável. Vamos chegar a Goiás: um ex-Governador, um Senador da República que está numa campanha de segundo turno, o candidato que o Presidente Lula apoia, uma figura querida por todos também, mas que está dez pontos atrás do Senador Marconi Perillo, deve ter se sentido inclusive constrangido no palanque. Não é este o exemplo que um Presidente da República deve dar à Nação: agredir os cidadãos, agredir as pessoas em palanque. Eu e Mão Santa fomos vítimas lá no Piauí. E ele ainda foi mais fundo: ele disse que aquilo era uma decisão, uma ajuda de Deus, que Deus perseguia. O Deus dele não é o meu, não! Não vou culpar Deus pelo resultado das eleições. Não culpo Deus de maneira nenhuma. Culpo a máquina que ele colocou lá no Piauí para ajudar, de maneira escancarada e descarada, no pleito eleitoral. Aliás, o Piauí não foi o único lugar, não. Mas não vamos esquecer que ele também agrediu o ...

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM – BA) – ... o Senador Marco Maciel também.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Senador Marco Maciel, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM – BA) – Também.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ora, agredir o Senador Marco Maciel, um homem que não atinge ninguém, um homem que é conhecido pela educação, pela maneira de fino trato com que se conduz, Senadora Serys, é muito desagradável. De forma que quero emprestar aqui a modesta solidariedade de um Senador piauiense, colega do Senador Marconi Perillo, e dizer que a melhor coisa que a gente faz é torcer para que o Presidente Lula, até o último dia da eleição, continue nos palanques agredindo as pessoas, e o povo brasileiro tirando as suas conclusões. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM – BA) – Agradeço, Senador Heráclito. Se o Presidente Lula continua agredindo é porque alguma coisa não está andando bem no lado da campanha da sua candidata.

Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Antonio Carlos Júnior, eu estava fora daqui do plenário, mas ouvi o pronunciamento de V. Ex^a. Quero me congratular com V. Ex^a e com os aparteantes. Uma coisa me chamou a atenção quando V. Ex^a, no final do pronunciamento, faz referências às bases, que fo-

ram entregues há oito anos, construídas pelo governo Fernando Henrique. A impressão que se tem hoje, pelos pronunciamentos atuais, é de que o Brasil começou em 2003. E, na verdade, V. Ex^a fez aqui uma análise extremamente bem apurada e bem colocada, mostrando e fazendo um comparativo agrícola quando fala das sementes que foram plantadas, do terreno que foi arado e da colheita que se resolve ou que se colhe agora, nesses últimos anos de Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Então, Sr. Senador ACM Júnior, eu quero apenas me congratular com V. Ex^a pelo pronunciamento, ao mesmo tempo em que me associo aqui aos apartes feitos em defesa de um colega Senador, que foi extremamente agredido nesses últimos dias, e às referências feitas em relação a outros Senadores e até mesmo ao partido, quando foi dito que deveria ser extirpado da democracia ou do sistema político nacional. Isto não é democrático, esse tipo de colocação. Eu tenho até muito apreço pelo Presidente Lula, mas essas colocações me pareceram feitas num momento, sei lá, de paixão exacerbada, porque a democracia permite essa convivência até com os menores ou com as oposições. A extirpação de um partido é uma posição não muito democrática, ou não é democrática. Então, eu queria me congratular com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz e por essa relação que fez, mostrando que o Brasil efetivamente não foi descoberto em 2003 e que antes, governos anteriores – Fernando Henrique, Itamar Franco e outros – sempre caminharam na direção de colocar o País em uma posição melhor, o que fez realmente, ninguém pode negar, houve avanços, o Governo Lula. Então, eu espero que o futuro governante, e creio que nada está decidido – na verdade, se há alguma decisão, uma tendência de decisão, eu aposto muito mais no lado contrário, aposto muito mais no nosso candidato...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)
– Com certeza, Senador.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Há uma demonstração de crescimento. Creio que não serão abandonadas também as semeaduras feitas pelo Governo Lula, como não será negado aquilo que foi feito em outros governos, em governos anteriores. Congratulo-me com V. Ex^a e com os apartes aqui feitos em relação a outras colocações do Presidente Lula.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Agradeço, Senador Adelmir, e encerro, dizendo somente que todos os avanços que o Governo Lula conseguiu fazer, sem as bases anteriores, seriam impossíveis.

Vamos acabar com esta história de “o Brasil começou em 2003” e “nunca antes na história deste País”!

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Antonio Carlos.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de ler expediente que se encontra sobre a mesa, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO N^º 326, DE 2010

(Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de alteração dos prazos no cronograma de tramitação dos Projetos de Lei n^ºs 61 a 85, 2010, do Congresso Nacional, LOA -2011, conforme cronograma anexo. Autor: Deputado Valdemir Moca, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Segue-se o cronograma alterado.

É o seguinte Ofício:

Of. Pres. n. 326 /2010/CMO

Brasília, 20 de outubro de 2010.

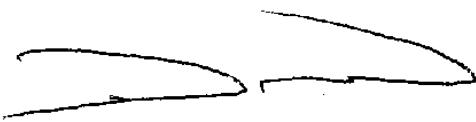
**Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal**

**Assunto: alteração dos prazos no cronograma de tramitação dos Projetos de Lei nºs
61 a 85/2010-CN (PLOA/2011)**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração dos prazos de apresentação e publicação das emendas aos **Projetos de Lei nºs 61 a 85/2010-CN**, conforme cronograma anexo, tendo em vista a constatação de que o prazo final para apresentação de emendas coincide com o dia da eleição, e o dia subsequente antecede um feriado.

Na oportunidade, reňovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


**Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente**

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO
CRÉDITOS ADICIONAIS
CRONOGRAMA
ALTERADO

Leitura em Sessão do Senado Federal.....	18/10
Distribuição de Avulsos.....	até 23/10
Apresentação de Emendas na Comissão *	de 29/10 a 5/11
Publicação das Emendas.....	até 10/11
Parecer do Relator.....	até 10/11
Discussão e Votação do Parecer e das Emendas.....	de 16/11 a 18/11
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN.....	até 20/11

(*) Parágrafo 2º, Art. 166 da Constituição Federal

061/2010	0138/2010 0576/2010	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR - Administração Direta - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ - Administração Direta MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS - Administração Direta - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Superintendência Nacional de Previdência Complementar MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS - Fundo Nacional de Saúde - FNS MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE - Administração Direta - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME	SUP	

		<ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta <p>MINISTÉRIO DA DEFESA - MD</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta - Comando do Exército - Comando da Marinha - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas <p>MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta <p>ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos Sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 		
062/2010	0139/2010 0598/2010	<p>MINISTÉRIO DA DEFESA - MD</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundo do Exército - Fundo Naval 	SUP	
063/2010	0140/2010 0599/2010	<p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 	ESP	
064/2010	0141/2010 0600/2010	<p>MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME</p> <ul style="list-style-type: none"> - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolivia-Brasil S.A. - TBG - Petrobrás Transporte S.A. - Transpetro - Fronape International Company - FIC - Petrobrás Netherlands B.V. - PNBV - Petrobrás International Braspetro B.V. - PIB BV - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG - Liquigás Distribuidora S.A. - Termorio S.A. - TermoMacaé Ltda. - Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA - Petrobrás Biocombustíveis S.A. - PBIO - Comperj Poliolefinas S.A. - CPRJPOL - Companhia Integrada Textil de Pernambuco - CITEPE - Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímica Suape <p>MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME</p> <ul style="list-style-type: none"> - Petrobras (redução do Orçamento de Investimento de empresas do Grupo no valor de R\$ 12.920.097.000,00 (doze bilhões, novecentos e vinte milhões e noventa e sete mil reais) 	SUP	
065/2010	0142/2010 0601/2010	<p>MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta <p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 	SUP	
066/2010	0143/2010 0602/2020	<p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra 	SUP	
067/2010	0144/2010 0603/2010	<p>JUSTIÇA DO TRABALHO - JT</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro 	ESP	
068/2010	0145/2010	<p>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR</p>	ESP	

	0604/2010	<ul style="list-style-type: none"> - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF - Banco do Nordeste do Brasil - BNB - Cobra Tecnologia S.A. - Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC - Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social - BNDES MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA - MME - Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MC - Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás MINISTÉRIO DA DEFESA - MD - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero 		
069/2010	0146/2010 0605/2010	<ul style="list-style-type: none"> MINISTÉRIO DA CIÉNCIA E TECNOLOGIA - MCT - Administração Direta - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A - CEITEC MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC - Administração Direta - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Hospital Universitário Antônio Pedro MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC - Administração Direta - Fundo Nacional de Cultura - FNC MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME - Administração Direta 	SUP	
070/2010	0147/2010 0606/2010	<ul style="list-style-type: none"> PRESIDÉNCIA DA REPÚBLICA - PR - Companhia Docas do Ceará - CDC - Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba - Companhia Docas do Pará - CDP - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - Ceasaminas - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg - CEAGESP - Companhia de Entrepósto e Armazéns Gerais de São Paulo MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF - Banco da Amazônia S.A - Basa - Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB - Caixa Económica Federal - CAIXA - Cobra Tecnologia S.A MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA 	SUP	

		<p>E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES</p> <p>MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME - FURNAS - Centrais Elétricas S.A</p> <p>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MC - Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebrás</p> <p>MINISTÉRIO DA DEFESA - MD - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero</p> <p>EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (reduz o Orçamento de Investimento das diversas Empresas Estatais no valor global de R\$ 1.007.069.875,00 (um bilhão, sete milhões, sessenta e nove mil e oitocentos e setenta e cinco reais)</p>		
071/2010	0148/2010 0607/2010	<p>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama</p> <p>- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio</p> <p>MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene</p> <p>- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS</p>	SUP	
072/2010	0149/2010 0608/2010	<p>MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM</p> <p>- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP</p> <p>- Empresa de Pesquisa Energética - EPE</p> <p>MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT</p> <p>- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT</p> <p>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MC - Administração Direta</p>	SUP	
073/2010	0150/2010 0609/2010	<p>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA - Administração Direta</p>	ESP	
074/2010	0151/2010 0610/2010	<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS - Fundo Nacional de Saúde - FNS</p> <p>OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO – OOC - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS - Ministério da Saúde</p>	SUP	
075/2010	0152/2010 0611/2010	<p>MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME - Petrobrás Netherlands B.V. - PNBV</p>	ESP	
076/2010	0153/2010 0612/2010	<p>MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP - Administração Direta</p> <p>- Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap</p> <p>MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCidades - Administração Direta</p>	SUP	

077/2010	0154/2010 0613/2010	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ - Defensoria Pública da União - DPU - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapol	ESP	
078/2010	0155/2010 0614/2010	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT - Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN - Indústrias Nucleares do Brasil S.A - INB MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC - Fundação Universidade Federal do Amapá - Fufa - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC - Fundo Nacional da Cultura - FNC MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME - Administração Direta	ESP	
079/2010	0156/2010 0615/2010	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT - Administração Direta - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	ESP	
080/2010	0157/2010 0616/2010	MINISTÉRIO DA FAZENDA - Secretaria da Receita Federal do Brasil - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Fundo de Compensação e Variações Salariais - FCVS MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC - Administração Direta - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur - Administração Direta ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - EFU - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - OOC - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - MF - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND - MDIC	SUP	
081/2010	0158/2010 0617/2010	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ESP	
082/2010	0159/2010 0618/2010	MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF - Administração Direta MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur - Administração Direta ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - EFU - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	ESP	
083/2010	0160/2010 0619/2010	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ - Administração Direta - Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF - Departamento de Polícia Federal - DPF - Fundação Nacional do Índio - Funai - Fundo de Defesa de Direitos Difusos - Fundo Penitenciário Nacional - Funpen	SUP	

		<ul style="list-style-type: none"> - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - Funapol <p>MINISTÉRIO DA DEFESA - MD</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comando da Aeronáutica - Comae - Comando do Exército - Comando da Marinha - Fundo do Serviço Militar - Fundo Aeronáutico - Fundo do Exército - Fundo Naval <p>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta <p>JUSTIÇA FEDERAL – JF</p> <ul style="list-style-type: none"> - Justiça Federal de Primeiro Grau - Tribunal Regional Federal da 1A. Região - Tribunal Regional Federal da 2A. Região - Tribunal Regional Federal da 3A. Região - Tribunal Regional Federal da 4A. Região - Tribunal Regional Federal da 5A. Região <p>JUSTIÇA ELEITORAL – JE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins <p>JUSTIÇA DO TRABALHO – JT</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tribunal Regional do Trabalho da 2A. Região - São Paulo - Tribunal Regional do Trabalho da 3A. Região - Minas Gerais - Tribunal Regional do Trabalho da 4A. Região - Rio Grande do Sul - Tribunal Regional do Trabalho da 5A. Região - Bahia - Tribunal Regional do Trabalho da 6A. Região - Pernambuco - Tribunal Regional do Trabalho da 7A. Região - Ceará - Tribunal Regional do Trabalho da 10A. Região - Distrito Federal/Tocantins - Tribunal Regional do Trabalho da 12A. Região - Santa Catarina - Tribunal Regional do Trabalho da 13A. Região - Paraíba - Tribunal Regional do Trabalho da 15A. Região - Campinas/SP - Tribunal Regional do Trabalho da 16A. Região - Maranhão - Tribunal Regional do Trabalho da 18A. Região - Goiás - Tribunal Regional do Trabalho da 23A. Região - Mato Grosso - Tribunal Regional do Trabalho da 24A. Região - Mato Grosso do Sul <p>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta - Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH - Secretaria Especial de Portos – SEP - Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC 	
084/2010	0161/2010 0620/2010	SUP	

085/2010	0162/2010 0621/2010	<p>MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – MPU</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério Público Federal – MPF - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPDFT - Ministério Público do Trabalho - MPT <p>CÂMARA DOS DEPUTADOS – CD</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta <p>SENADO FEDERAL- SF</p> <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria Especial de Informática – Prodasen <p>JUSTIÇA FEDERAL - JF</p> <ul style="list-style-type: none"> - Justiça Federal de Primeiro Grau - Tribunal Regional Federal da 3A. Região - Tribunal Regional Federal da 5A. Região <p>JUSTIÇA ELEITORAL - JE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins <p>JUSTIÇA DO TRABALHO - JT</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tribunal Regional do Trabalho da 6A. Região - Pernambuco - Tribunal Regional do Trabalho da 11A. Região - Amazonas/Roraima <p>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Direta - Secretaria Especial de Portos - SEP <p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC</p> <ul style="list-style-type: none"> - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa <p>MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - MPU</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério Público Federal – MPF - Ministério Público Militar - MPM - Ministério Público do Trabalho - MPT 	ESP	

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Quero, ainda, antes de passar a palavra ao próximo orador, anunciar a presença...

O expediente lido vai à publicação, ou seja, a reformulação, a alteração do cronograma das emendas do Orçamento para 2011, que é o expediente que acabamos de ler.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica que recebeu

o Of. Pres. Nº 327/2010/CMO, de 20 de outubro de 2010, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 59, de 2010–CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”.

É o seguinte o Ofício:

Of. Pres. n. 327 /2010/CMO

**Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal**

Assunto: alteração dos prazos no cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA/2011)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA/2011) em vigor, conforme cronograma anexo, tendo em vista não ter sido possível a apreciação do Relatório da Receita na data prevista, em virtude da dificuldade de estabelecimento de quorum nas duas Casas do Congresso Nacional.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.



**Deputado WALDEMAR MOKA
Presidente**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ORÇAMENTO PARA 2011
PROJETO DE LEI Nº 59/2010-CN
MENSAGEM Nº 121/2010-CN
(Nº 531/2010, NA ORIGEM)
ALTERADO 2

Presidente: Deputado WALDEMIR MOKA (PMDB/MS)

Relator-Geral: Senador GIM ARGELLO (PTB/DF)

Relator da Receita: Deputado BRUNO ARAÚJO (PSDB/PE)

20/10/2010

- | | |
|--|--------------------|
| 01. Leitura em sessão do Senado Federal..... | 31/8/2010 |
| 02. Publicação e distribuição de avulsos..... | até 5/9/2010 |
| 03. Realização de audiências públicas | até 5/10/2010 |
| 04. Apresentação de emendas à receita e de renúncia de
receitas ao Projeto..... | de 13 a 15/10/2010 |
| 05. Publicação e distribuição de avulsos das emendas
à receita e de renúncia de receitas..... | até 18/10/2010 |
| 06. Apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita... | até 1º/11/2010 |
| 07. Votação do Relatório da Receita e suas emendas | até 3/11/2010 |
| 08. Apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar.... | até 5/11/2010 |
| 09. Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar..... | de 8 a 10/11/2010 |
| 10. Votação do Relatório Preliminar e suas emendas..... | até 16/11/2010 |
| 11. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei | de 17 a 24/11/2010 |
| 12. Publicação e distribuição de avulsos das emendas * | até 29/11/2010 |
| 13. Apresentação, publicação, distribuição e votação dos
Relatórios Setoriais | até 8/12/2010 |
| 14. Apresentação, publicação, distribuição e votação do
Relatório do Relator-Geral | até 17/12/2010 |
| 15. Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN | até 20/12/2010 |
| 16. Implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional
e geração de Autógrafos | até 22/12/2010 |

(*) Parágrafo 2º, art. 166 da Constituição Federal

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O expediente será publicado no Diário do Senado Federal de 21 de outubro de 2010.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Encontram-se no Senado da República, neste momento no meu gabinete, os Srs. Vereadores de Nova Xavantina João Bosco Nascimento, João Carlos Capelari, Paulo César Trindade e Adelci Meire Bispo Cerqueira.

Concedo a palavra, pela inscrição, por cessão do Senador Tasso Jereissati, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais começam a noticiar que o jornalista Amauri Ribeiro Júnior confirma que realmente contratou os peritos da Receita Federal para bisbilhotar o sigilo fiscal de militantes do PSDB. É o próprio jornalista que faz à Nação essa confirmação. Mas isso não tem nada a ver com o que vou trazer à tribuna nesta tarde. Não tem e tem, porque mostra que o Partido dos Trabalhadores, se tivesse realmente compromisso com a moralidade, evitaria os constrangimentos constantes por que vem passando, porque esse fato não é um fato novo, mas uma repetição de fatos que ocorreram e que, por não haver punição, as pessoas que militam no Partido criam a sensação da impunidade e aí começam a praticar todo tipo de crime em benefício de uma causa que seja a permanência no poder.

Estou falando isso porque o jornal *Diário do Povo*, do Piauí, de ontem, traz um manchete de primeira página que diz o seguinte: *Caso Emgerpi. Procurador pede cassação de mandato dos envolvidos*.

Eu e o Senador Mão Santa passamos dois anos aqui pedindo a apuração desse caso, que é um caso grave. Aliás, esse é um fato que devia ter sido apurado e anunciado antes das eleições. Estranhamente, o fato é divulgado menos de dez dias depois do primeiro turno.

O que diz aqui? Diz que o Ministério Público Eleitoral concluiu o processo do caso Emgerpi e pede a cassação do mandato do Prefeito de Esperantina, Chico Antonio, e a inelegibilidade da ex-Diretora da Emgerpi Lucile Moura, bem como do ex-Presidente da Agespisa, agora Deputado Estadual, Merlong Silva.

Vejam os senhores: não sei nem o que é, no seu inteiro teor, o envolvimento do Sr. Merlong nesse caso da Emgerpi. Mas esse processo é apenas a ponta do iceberg, porque o envolvimento da Emgerpi não é somente com a Agespisa. Aliás, a Agespisa, no Piauí,

é um mau exemplo. É um mau exemplo de desvio de recursos públicos, de aluguel superfaturado de carros, de licitações para aluguel de carros favorecendo determinadas empresas e, acima de tudo, de obras de qualidade duvidosa.

Nós temos, em União, uma caixa d'água que, quando recebe um determinado volume de água, vaza. Nós temos, em Coivaras, uma caixa d'água que estourou. Nós temos, em vários Municípios do Piauí, problemas envolvendo a Agespisa. E aqui nós estamos vendo o Procurador Eleitoral, Sr. Adão, pedindo a cassação de um Prefeito que tomou posse em 2008, mas que tem, desde a data da sua posse, Senador João Faustino, denúncias contra sua eleição tomando conta do Estado todo. Além disso, o caso do Sr. Merlong, que, baseado no adiamento de decisões da Justiça, conseguiu eleger-se Deputado Estadual. Eu espero que as decisões sejam tomadas para que a Justiça possa examinar esse fato antes da diplomação do Deputado. É um fato grave. Eu quero deixar essa matéria registrada nos Anais da Casa, inclusive com desdobramento na página 4, que relata com mais detalhes todos os fatos, dando, inclusive, o nome de outras pessoas, citando a Cepisa, Centrais Elétricas do Piauí, e dizer que todos esses alertas e discursos nós fizemos aqui da tribuna do Senado cumprindo o nosso dever.

O caso Emgerpi, do Piauí, é um caso de polícia. É formação de quadrilha, não pode ser encarado de outra maneira. Esse caso foi adiado, inclusive na própria Comarca de Esperantina, e é preciso que, inclusive, o CNJ veja como se comportaram os representantes da Justiça encarregados de tocar esse processo.

Mas quero aproveitar aqui, e não vou me alongar muito, para registrar, nos Anais desta Casa, o comunicado de afastamento da Presidência nacional do PSOL da ex-colega Senadora Heloísa Helena, minha adversária política, mas uma companheira extraordinária.

Convivemos aqui, nesta Casa, cada um defendendo as suas posições, os seus pontos de vista, e ela foi uma das vítimas do massacre, do *tsunami* comandado pelo Presidente Lula no Nordeste para derrotar os seus desafetos. A Senadora Heloísa Helena estava entre os escolhidos.

No Piauí, foi comandado pelo Ministro Alexandre Padilha. Mas esses fatos, depois, foram bem esclarecidos, porque, já no segundo dia da comemoração da vitória dos candidatos eleitos no primeiro turno, o Prefeito de Teresina, que é uma figura fantástica, maravilhosa, um homem de bom coração, num momento de alegria e satisfação, por defender Teresina, confessou que estaria apoiando o candidato da coligação governista e não o ex-Prefeito Sílvio Mendes, que foi seu colega de coligação, de quem ele foi Vice-Prefeito, porque o

Sr. Padilha garantiu-lhe a liberação de R\$104 milhões em recursos. Esses fatos foram ditos, e os fatos são verdadeiros.

Senador João Faustino, o que nós tivemos no Piauí – vou trazer isso à tribuna, estou apenas aguardando o momento oportuno – são fatos criminosos. Não vou trazer hoje por recomendação jurídica. Estou aguardando o desenrolar do segundo turno. Mas são fatos estarrecedores. Não vou trazer hoje por dois motivos. Primeiro, porque não quero amanhã ser acusado por alguém ter mudado de lado – porque lá há sensibilidade, V. Ex^a sabe como é isso – pelo fato de o Senador Heráclito ter feito esse pronunciamento. Mas vou deixar para depois do segundo turno. E, segundo, porque espero providências que a Justiça Eleitoral do Piauí venha tomar ou tome com relação ao que aconteceu lá.

Mas a Senadora Heloísa Helena diz o seguinte. Eu vou ler, Senador. Acredito tanto no espírito da Senadora Heloísa Helena, que vou ler sem conhecer o teor, porque fui pego aqui de improviso. Pode ser até que ela fale mal do meu partido, do meu candidato, mas o que foi dito aqui por ela veio do fundo da alma, e o ambiente democrático em que vivemos permite que façamos isso.

1. Agradeço a solidariedade de muitos diante da minha derrota ao Senado (escrevo na primeira pessoa pois sei, como em outras guerras ao longo da história já foi dito: "A vitória tem muitos pais e mães, a derrota é órfã!").

Registro que enfrentei o mais sórdido conluio entre os que vivem nos esgotos do Palácio do Planalto – ostentando vulgarmente riquezas roubadas e poder – e a podridão criminosa da política alagoana. Sobre esse doloroso processo só me resta ostentar orgulhosamente as cicatrizes, os belos sinais sagrados dos que estiveram no campo de batalha sem conluio, sem covardia, sem rendição!

2. Comunico à Direção Nacional e Militância do PSOL a minha decisão de formalizar o que de fato já é uma realidade há meses, diante das alterações estatutárias promovidas pela

maioria do DN [Diretório Nacional] me afastando das atribuições da Presidência. Como é do conhecimento de todas(os), fui eleita no II Congresso Nacional por uma Chapa Minoritária, composta majoritariamente pelo MES e Poder Popular (MTL), em um momento da vida partidária extremamente tumultuado que mais parecia a velha e cruel opção metodológica das lutas internas pelo aparato diante dos escombros de miserabilidade e indigência da nossa Classe Trabalhadora. Daí em diante o aprofundamento da desprezível carnificina política foi ora transparente ora dissimulado mas absolutamente claro!

Assim sendo, em respeito à nossa Militância e aos muitos Dirigentes que tanto admiro e por total falta de identidade com as posições assumidas nos últimos meses pela maioria das Instâncias Nacionais (culminando com o apoio a Candidatura de Dilma!) tenho clareza que melhor será para a organização e estruturação do Partido o meu afastamento e a minha permanência como Militante Fundadora do PSOL, sempre à disposição das nobres tarefas de organização das lutas do nosso querido povo brasileiro! Avante Camaradas!

Maceió, 19 de Outubro de 2010
Heloísa Helena

Fiz essa leitura – esse registro foi feito ontem – apenas em respeito e admiração a essa grande companheira.

Sr. Presidente, faço esse registro e peço a V. Ex^a que faça inserir nos Anais da Casa não só o comunicado da Senadora Heloísa Helena como também a matéria que trago aqui do jornal sobre as denúncias que faço do caso Emgerpi.

Agradeço a V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Comunicado de Afastamento da Presidência Nacional do PSOL

De: **Heloisa Helena** (entrega@mensagem.inf.br)
Enviada: quarta-feira, 20 de outubro de 2010 11:42:36
Para: ram.saopaulo@hotmail.com (ram.saopaulo@hotmail.com)

Comunicado de Afastamento da Presidência Nacional do PSOL

1. Agradeço a solidariedade de muitos diante da minha derrota ao Senado (escrevo na primeira pessoa pois sei, como em outras guerras ao longo da história já foi dito "A vitória tem muitos pais e mães, a derrota é orfã!").

Registro que encontrei o mais sórdido conluio entre os que vivem nos esgotos do Palácio do Planalto - ostentando vulgarmente riquezas roubadas e poder - e a podridão criminosa da política alagoana. Sobre esse doloroso processo só me resta ostentar orgulhosamente as cicatrizes, os belos sinais sagrados dos que estiveram no campo de batalha sem conluio, sem covardia, sem rendição!

2. Comunico à Direção Nacional e Militância do PSOL a minha decisão de formalizar o que de fato já é uma realidade há meses, diante das alterações estatutárias promovidas pela maioria do DN me afastando das atribuições da Presidência. Como é de conhecimento de todas(os) fui eleita no II Congresso Nacional por uma Chapa Minoritária, composta majoritariamente pelo MES e Poder Popular (MTL), em um momento da vida partidária extremamente tumultuado que mais parecia a velha e cruel opção metodológica das lutas internas pelo aparato diante dos escombros de miserabilidade e indigência da nossa Classe Trabalhadora. Daí em diante o aprofundamento da desprezível carnificina política foi ora transparente ora dissimulado mas absolutamente claro!

Assim sendo, em respeito à nossa Militância e aos muitos Dirigentes que tanto admiro e por total falta de identidade com as posições assumidas nos últimos meses pela maioria das Instâncias Nacionais (culminando com o apoio a Candidatura de Dilma!) tenho clareza que melhor será para a organização e estruturação do Partido o meu afastamento e a minha permanência como Militante Fundadora do PSOL, sempre à disposição das nobres tarefas de organização das lutas do nosso querido povo brasileiro! Avante Camaradas!

Maceió, 19 de Outubro de 2010

Heloisa Helena

Teresina-PI, Terça-feira, 19 de outubro de 2010

DIÁRIO

do Povo do Piauí

■ PROCESSOS

MPE inelegibilidade de deputado no caso Emergerpi

Ministério Público Eleitoral pediu cassação de Chico Antônio e inelegibilidade de Merlong e Lucile

KATYA D'ANGELLES

REPORTER

O Ministério Público Eleitoral concluiu e encaminhou ontem para o juiz relator, o parecer sobre o processo eleitoral do caso Emergerpi. O parecer do Ministério Público foi pela cassação do prefeito de Esperantina, Chico Antônio (PT), e pela inelegibilidade da ex-diretora da Emergerpi (Empresa de Gestão de Recursos e Pessoas do Piauí), Lucile Moura, bem como do ex-presidente da Agespisa, deputado estadual eleito, Merlong Solano (PT). O processo (AIE

MERLONG Solano foi eleito deputado estadual com mais de 30 mil votos

nº 1.118) foi encaminhado para o juiz relator, Pedro Alcântara da Silva Macedo.

Caso venham a ser condenados os envolvidos podem ser enquadrados na Lei da Ficha Limpa e não poderão ser candidatos nem exercer cargos

públicos por um prazo de até 8 anos. Entre as denúncias que pesam contra o prefeito de Esperantina está a de abuso de poder econômico e uso da máquina administrativa nas eleições de 2006. As denúncias envolvem ainda a ex-dire-

tora da Emergerpi, que foi acusada de usar recursos e obras da Empresa em favor da eleição de Chico Antônio. Na época o caso foi denunciado pelo ex-funcionário da Emergerpi, Jaylles Fenelon. De acordo com as denúncias várias obras da Emergerpi, Agespisa e outras obras teriam sido usadas para favorecer a eleição de Chico Antônio. Além do prefeito estão envolvidos nas denúncias Karenina Dantas Eulálio, diretora do DER (Departamento de Estradas e Rodagem do Piauí) e do presidente da então Cepisa, Flávio Decat e o diretor do PCPR (Programa de Combate à Pobreza Rural), Fernando Danada Vasconcelos. Todos os gestores foram acusados na época de usarem obras e projetos do Governo do Estado para favorecer a eleição de Chico Antônio.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Ikhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes. Sua solicitação será atendida, em conformidade com o nosso Regimento.

Com a palavra, pela inscrição, a Senadora Níura Demarchi.

A SR^a NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys, ontem eu estive nesta tribuna valorizando um dos pilares que representa e que é inerente à função de Estado: a educação do País e os nossos professores. Quero também cumprimentá-la, desde já, pelo encorajamento que a senhora manifestou ontem na questão da classe política brasileira voltada às forças também femininas no Legislativo. Santa Catarina elegeu três Deputadas estaduais, o que muito nos orgulha, e deverá vir também à Câmara Federal uma mulher catarinense.

Então, quero cumprimentá-la e também, dentro dessa estrutura, Srs. Senadores presentes, falar um pouco daquele outro pilar que considero inerente à função de Estado, que é a segurança pública. E, diante da nossa segurança pública, quero valorizar a estrutura do programa de governo do nosso candidato do PSDB, o futuro – se Deus quiser – Presidente do Brasil, José Serra, que coloca o Ministério da Segurança Pública como pauta importante de função inerente ao Estado.

A esses profissionais, esses que cuidam da segurança do nosso País, em homenagem a eles, que estão todos os dias, seja a polícia civil, a polícia militar ou o corpo de bombeiros deste País, sejam eles bombeiros militares ou bombeiros voluntários, manifesto aqui o nosso apoio e a nossa breve palavra no que diz respeito à proposta de emenda à Constituição que está na Câmara dos Deputados. Tive um amplo apoio também do Estado, desse corpo da segurança pública do Estado de Santa Catarina, para que eu me manifestasse integralmente a favor dessa PEC, a qual passo a relatar:

Tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 446-A, de 2009, à qual foram apensadas as PECs nºs 300/08, 340/09, 356/09, 414/09 e 425/09, todas elas tendo, em comum, a preocupação com os baixíssimos soldos percebidos pelos servidores policiais em praticamente todo o Brasil. Essas propostas, ora consolidadas na PEC nº 446-A, também de 2009, refletem o reconhecimento das condições precárias em que vivem nossos servidores policiais; refletem, também, o desejo dos Parlamentares do Congresso Nacional de atender às antigas, consistentes e sobretudo justas reivindicações daqueles

que arriscam suas vidas para garantir a segurança da população.

O Brasil, Sr^a Presidente, tornou-se, nas últimas décadas, um País violento. Essa violência, que tem raízes na cultura do individualismo, nos baixos índices de educação do nosso povo, na exclusão social, na fragmentação dos valores da família e também sociais e na sensação de impunidade generalizada, manifesta-se em todos os setores da sociedade e em todos os momentos do nosso cotidiano.

As estatísticas são apavorantes, Srs. Senadores, superando muitas vezes os indicadores de países em guerra. Basta lembrar, por exemplo, que os homicídios ocorridos no primeiro semestre deste ano – já não digo de todo o Brasil, mas apenas no Estado do Rio de Janeiro – foram duas vezes superiores às mortes registradas, no mesmo período, no Afeganistão.

O jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 1º de setembro último, divulgou dados da pesquisa Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) 2010, que revela ter a taxa de homicídios no Brasil crescido 32% nos últimos 15 anos – o índice, que era de 19,2 mortes por grupo de 100 mil habitantes em 1992, elevou-se a 25,4 mortes, para o mesmo contingente, em 2007. Isso é avassalador, Sr^a Presidente e Srs. Senadores.

Aliás, naquele ano de 2007, o jornal *O Globo* publicava também os resultados de uma pesquisa sobre a criminalidade em nosso País. Os resultados, comparados com os obtidos numa pesquisa idêntica realizada nos Estados Unidos, demonstravam sobrejamente que a segurança pública não tem sido tratada entre nós com a prioridade que requer.

Entre outros dados interessantes, o periódico informava que nos Estados Unidos havia 739 presos para cada 100 mil habitantes, enquanto no Brasil essa taxa era de apenas 191 presos.

A mesma matéria informava que 64% dos homicídios eram esclarecidos nos Estados Unidos; em São Paulo, esse índice era de 12% e, no Rio de Janeiro, 2,7%, o que representa quase um estímulo à bandidagem.

O combate à delinquência e à criminalidade passa por ações diversas, de âmbito social e também de caráter repressivo. A violência, Sr^as e Srs. Senadores, requer políticas públicas voltadas para a inclusão social, para a educação, para o resgate de valores morais, conjugadas com medidas repressivas mais eficazes, que ponham fim à permanente sensação de impunidade.

Precisamente nesse ponto, Sr^a Presidente, assenta-se o fulcro da citada PEC nº 446-A/2009, que, por meio de alterações ao art. 144 da Constituição Federal, visa melhorar a remuneração dos policiais civis,

policiais militares e bombeiros militares, restaurando sua dignidade e dando-lhes condições de prover as suas famílias com o atendimento de necessidades básicas.

Se é certo que o combate ao crime requer o aparelhamento e a modernização dos órgãos de segurança pública, é mais certo ainda que esse aparelhamento deva começar pela remuneração digna desses bravos soldados, que, por um soldo irrisório, arriscam suas vidas, deixando suas famílias em permanente situação de insegurança.

Assim, apelo aos nobres Parlamentares da Câmara dos Deputados para que votem o mais breve possível, em segundo turno, a PEC nº 446-A/2009; e encareço, desde já, aos colegas desta Casa Legislativa, que também façamos aqui a nossa parte, quando a matéria nos for encaminhada, aprovando sem delongas essa proposta que, ao beneficiar com toda justiça os servidores policiais civis, policiais militares e bombeiros militares, contribuirá ao mesmo tempo para a redução da criminalidade em nosso País.

Faço este breve pronunciamento, Srª Presidente, na certeza de que a função inerente ao Estado, que é um dos grandes pilares da segurança pública, precisa e deve ser um programa de Governo. E está clara para o PSDB, está clara para o nosso candidato à Presidência da República, José Serra, essa formalização do Ministério da Segurança Pública.

Faço este pronunciamento em louvor aos nossos aguerridos delegados de todo o País, especialmente os delegados do Estado de Santa Catarina. Faço aqui uma homenagem ao delegado Dr. Uriel Ribeiro, da minha região; ao Comandante da Polícia Militar, Tenente-Coronel Vonk; e também a todos os que fazem parte das Delegacias Civis e Militares e dos Corpos de Bombeiros do nosso País, para que realmente tenham a voz e a vez no Congresso Nacional e para que tenham, dentro da política séria, da política forte no País, uma estrutura ministrada e absorvida por um Ministério de Segurança Pública, cabendo a todo o povo brasileiro decidir pela sua eficácia.

Muito obrigada, Srª Presidente, pelo tempo que me concedeu

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Níura.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de fazer uma saudação aos alunos da Escola de Ensino Fundamental José da Costa Pereira, de Orizona, Goiás. Sejam muito bem-vindos os alunos e os profissionais que os acompanham, os profissionais de educação, com certeza, professoras e professores. Sejam muito bem-vindos!

Com a palavra, pela Liderança do Governo, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros rápidos. O primeiro deles é o de agradecimento a todo o povo de Roraima pela votação expressiva que tive. Nesta eleição, fui o político mais votado no Estado, fui o Senador mais votado. Tive mais votos do que todos os candidatos que concorreram a vagas no Senado, a vaga no Governo e a vaga na Presidência da República. Portanto, aqui quero, com muito orgulho e muita humildade também, agradecer ao povo de Roraima a votação que tive, reafirmando meus compromissos de trabalhar pelo Estado.

Estamos disputando um segundo turno no Estado, apoiando o Governador José Anchieta, candidato à reeleição, mas fazendo uma campanha limpa, de forma aberta, sem agressões, querendo fazer com que a política seja ampliada no nosso Estado. Quero reafirmar ao povo de Roraima o meu compromisso de trabalhar ainda mais, nos próximos oito anos, pelo nosso Estado. Sei que tenho trabalhado muito. Sou campeão em levar recursos para o nosso Estado. E quero continuar a fazer isso, Srª Presidente, para que o povo de Roraima possa se orgulhar do Senador que elegeu.

O segundo registro que eu gostaria de fazer é sobre a busca de entendimento para que tenhamos uma Ordem do Dia. Tínhamos marcado uma reunião com a Presidência da Casa e Lideranças, mas, como não há quórum para votação, para abertura dos trabalhos de votação, não temos 41 presenças, quero registrar aqui a posição do Governo. Fica, então, confirmado que não haverá Ordem do Dia por falta de presença. Na próxima reunião em que houver Ordem do Dia, estaremos aqui novamente para construir uma pauta conjunta, de entendimento com todas as lideranças da Base do Governo e também da Oposição.

Fica o meu agradecimento à Presidenta Serys, que fez um esforço para que tivéssemos essa reunião de entendimento para construir a pauta, mas, infelizmente, por causa das ausências, não tivemos condições de fazer a reunião. Portanto, Srª Presidente, fica aqui o registro de que não haverá hoje, da parte do Governo, entendimento algum para que realizemos a Ordem do Dia, já que não há o número efetivo solicitado.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Romero Jucá, pelo comunicado.

Antes de passarmos a palavra ao Senador Pedro Simon, o próximo inscrito, gostaríamos de anunciar mais uma vez – já falamos desta Presidência – a pre-

sença dos Vereadores do meu Estado de Mato Grosso, do Município de Xavantina: os Vereadores João Bosco Nascimento, João Carlos Capelari, Paulo César Trindade e a Vereadora Adelcimeire Bispo Sirqueira. Sejam muito bem-vindos à nossa galeria, à nossa tribuna de honra. São Vereadores do nosso Município de Xavantina. Obrigada. (Pausa.)

Na ausência do Senador Pedro Simon, que estará entrando em plenário nos próximos instantes, passamos a palavra ao Senador José Bezerra. Senador José Bezerra, por favor. (Pausa.)

O Senador Pedro Simon chegou. Senador Pedro Simon, já anunciei a palavra ao Senador José Bezerra. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Pedro Simon e, logo de imediato, o Senador José Bezerra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ele falaria meia hora. Quando ele viu que eu não estava aqui... O Senador Jucá está muito tenso. É que ninguém sabe o resultado da eleição. Está muito parelho. Todo mundo sabe é que, seja quem for o eleito, o Líder do Governo vai ser ele. É a única garantia que a gente tem: que o MDB estará no Governo com quem ganhar e que o Senador Jucá será o Líder do Governo de quem ganhar.

Sra Presidente, Srs. Parlamentares, no próximo dia 4 de novembro, estarei na Feira do Livro de Porto Alegre, no lançamento de uma publicação baseada nas reflexões que fiz nesta tribuna. Uma vez que reuni os principais textos sobre a questão na impunidade, o nome do livro é exatamente este: *A impunidade veste colarinho branco*.

Primeiramente, por que um livro sobre impunidade no Brasil? Porque o Brasil é o país da impunidade. Mais do que isso, a impunidade é a causa maior de uma série de outros problemas, como a violência, o analfabetismo, a falta de medicamentos. Muitas vezes nos debruçamos tão somente sobre as consequências das nossas maiores mazelas e damos pouca atenção às verdadeiras causas. E, como essas não são atacadas como devido, acabam alimentando e incentivando esse conjunto de sequelas que forma o que eu chamo de barbárie humana.

O que inspirou o título do livro?

Eu tenho dito e tenho repetido que o pobre não conhece a Justiça. O pobre conhece a polícia. Eu não digo que aquele que rouba, não importa o valor, tenha que ficar impune. Fosse assim, teria que mudar o tema central e o enfoque do meu livro. Mas, por que tão somente o pobre vai para cadeia? Por que só ele tem que pagar à sociedade pelo respectivo delito?

Mas o crucial e que realmente me motivou a escolha do tema é que a impunidade nas chamadas camadas superiores, expressão pela qual eu também não alimento nenhuma simpatia, tem um efeito corrosivo sobre a sociedade de um modo geral. A impunidade para os que têm poder dá a todos a sensação de que não é preciso respeitar as leis. De que tudo pode, sem ser alcançado por elas. Daí, a sonegação, a pirataria, a inadimplência, nem sempre motivada. E a corrupção, obviamente. Só que, quando praticada por aquela mesma camada de cima, tem a proteção da justiça, intermediada por advogados de renome.

Se pobre, aí não importa o delito, nem mesmo se o praticou. Se é pobre, basta ser suspeito, muitas vezes exatamente pelo fato de ele ser pobre e/ou pobre e negro, a polícia o alcança. Alcança e, muitas vezes, alcança, julga, condena e mata. Como no caso do motobói Eduardo, em São Paulo, e de tantos outros que não mereceram nem mesmo os olhos e a audiência da mídia, que por eles não se interessaram.

Tem gente que associa tamarilha impunidade no Brasil ao nosso passado colonial, enquanto berço de um patrimonialismo que sobrevive e que se renova.

Ora, já se vão quase 200 anos de República, tempo suficiente para termos mudado as eventuais deformações de nosso passado colonial. O que acontece, querida Presidente, é o que eu chamei, no livro, de “déficit de cultura democrática”, porque, durante todo esse tempo, o País viveu longos períodos de ditadura, incluída a mais recente, a militar, que durou mais de 20 anos.

Se olharmos com mais atenção, veremos que período mais duradouro e seguro de ares democráticos é o de agora, com a chamada Constituição Cidadã do Dr. Ulysses, que também já ultrapassou duas décadas.

Acho, entretanto, que estamos demorando em demasia para algumas mudanças necessárias no sentido de modificarmos uma realidade que periga minar, novamente, a nossa estrutura institucional. A reforma política, por exemplo. O Congresso Nacional tem que ser mais representativo do povo brasileiro, e não um estoque de produtos vendidos pelos melhores marqueteiros. A instituição pilar da democracia não pode permanecer no rodapé da legitimidade popular. A história mostra o que acontece às nações onde ruem essas mesmas instituições pilares.

Presidente, a corrupção é o braço financeiro da impunidade. O caminho de passagem para a barbárie humana. A corrupção só existe porque se sente protegida pela impunidade. Tanto o corruptor quanto o corrupto agem livremente porque sabem que o fazem na mais absoluta impunidade.

Acontece que, lá fora, a impunidade nem tangencia o que se passa por aqui. Acontecimentos recentes nos Estados Unidos, como o da pirâmide financeira, agora, há pouco tempo, que dilapidou recursos de muitos, dão uma ideia de como lá a corrupção é alcançada pela polícia, pela Justiça e pela política. O mentor da tal pirâmide lá nos Estados Unidos já não usa mais os seus ternos bem talhados ou seus aviões particulares. Trocou-os pelo uniforme vistoso de uma penitenciária.

Lá no Japão, não são raros os casos de suicídios, inclusive de ex-ministros, de quem é pego cometendo atos de corrupção. No Brasil, ao contrário, o corruptor e o corrupto desfilam tranquilamente pelas colunas sociais.

As grandes mudanças políticas que aconteceram no País, nos últimos anos, podem ser creditadas, notadamente, à pressão popular. A anistia política, depois de um amplo movimento da sociedade organizada. As eleições diretas, após um dos mais importantes movimentos de rua já vistos na nossa história.

O chamado Diretas-Já, como prova de que não há cheiro de pólvora que resista a um povo que quer mudanças no rumo da sua história.

O Congresso teimou em não permitir eleições diretas. Mas, mesmo que indiretamente, a eleição de Tancredo, um civil, foi um sinal evidente naquele momento de que nós estamos vivendo uma mudança de rumos. Não adiantava, naquele momento, que se fechassem novamente as portas, porque a população as forçaria e ocuparia e o espaço democrático haveria de voltar.

Outro movimento de rua que mudou os rumos da política deste País foi quando do *impeachment* do então Presidente Collor. Aí, entraram em cena os chamados caras pintadas. Os estudantes puxaram as fileiras de uma marcha que fez do luto uma bandeira pela ética na política.

A mídia, a mesma que havia construído um personagem fictício para ocupar a cadeira mais importante da República, ajudou a catapultá-lo, pressionada pela força das ruas.

Em tempo mais recente, não há dúvida de que teria sido outra a história do Governador de Brasília, não fosse o movimento que tomou conta dos estudantes, que voltaram a enfrentar a força bruta. Foram para a frente dos tribunais e ele foi afastado.

A impunidade no Brasil só vai acabar, ou, sendo mais realista, só vai diminuir para valer quando o povo se der conta da sua força, quando a sociedade organizada entender o seu papel e continuar percebendo que as ruas são o seu espaço mais democrático.

O Congresso Nacional perdeu um dos mais belos e importantes instrumentos de combate à corrupção: as Comissões Parlamentares de Inquérito, as célebres CPIs, que ainda estão vivas na memória as lembranças de algumas delas que fizeram história: a do *impeachment*, a dos Anões do Orçamento, por exemplo.

Ali investigava-se à luz dos fatos. Hoje, o que mais importa numa CPI são as luzes dos holofotes.

Minha candidata! Votei com muita alegria na Marina, que chega agora. Fiquei impressionado com a atuação da Marina no programa do Jô Soares. Ocupou todo o espaço e, além do espaço que ela ocupou, foi prorrogado.

As informações que eu tenho é de que o Jô nunca recebeu tantas manifestações de carinho como na sua manifestação.

E eu gostei muito quando ele se despediu de ti: Tchau, Marinal! Daqui a quatro anos, tu venhas mais uma vez no meu programa, mas naquela vez como Presidente da República. Uma grande mulher, uma grande mulher!

Agora eu estou até nervoso para falar na frente da Marina. Não estava preparado, ninguém me avisou. Mas eu peço para a assessoria aqui: vou dar o meu primeiro volume exatamente para a Marina. (Pausa.)

A Srª Marina Silva (PV – AC) – Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – As CPIs viraram instrumentos de barganha. E pior: de chantagem! Foram desmoralizadas pelo cheiro de pizza. Ninguém mais acredita nos propósitos ditos com pompa e circunstância diante das câmeras e dos microfones.

Pior: é mais lesivo ao País uma investigação mal conduzida ou premeditadamente para levar a nada do que a não investigação. O pior dos mundos é o atestado de idoneidade indevida que a CPI termina mostrando.

As CPIs foram banalizadas. Cada integrante cuida de buscar elementos que busquem minar o adversário político, no âmbito nacional, ou do respectivo grotão, para eliminá-lo nas eleições.

Como no Congresso, embora haja tantos governistas, tantos partidos políticos dividem-se entre governistas e não governistas, sendo que esses, os não-governistas, também já foram governo, as tais chantagens tornam-se um acordo de bastidores do tipo: "Eu não investigo os teus, e tu não investigas os meus". Daí a tal pizza. Daí a impunidade. Daí a falta de legitimidade do Congresso. Daí os riscos institucionais.

Parece não haver dúvida de que a impunidade no Brasil não se alimenta na falta de leis. Ao contrário: em alguns segmentos, temos um aparato legal invejável, como em outros países. A nova legislação, que trama de crimes de lavagem de dinheiro, da qual

fui Relator no Senado, por exemplo. Então, apareceu uma questão lógica e óbvia: se existem leis e se o mal permanece, é porque elas não estão sendo cumpridas a contento.

Desvios cometidos por políticos, por exemplo, chegaram a ser enfadonhos no noticiário, principalmente nos últimos tempos. Existem alguns personagens que povoam a mídia, quando o assunto é corrupção, desde o século passado, para não dizer desde o milênio passado. Foram presos? Devolveram o dinheiro roubado? Nunca foram presos, nunca devolveram dinheiro algum.

A imprensa monta verdadeiros estúdios de transmissão no Congresso Nacional. Não precisa nem mesmo marcar audiência. Ao contrário: acende o holofote, e vê-se cercada por Parlamentares ávidos pela ribalta.

No Executivo, menos. Mas a maior transparência na divulgação de informações faz com que haja também um controle maior na mídia da chamada Esplanada.

Com o Judiciário tem sido diferente, pelo menos até tempos recentes. A toga parece ter criado uma aura de respeitabilidade, reverência, que parece ter chegado aos limites da intimidação. Alguns fatores têm sido cruciais, uma mudança recente, ainda que tímida. A TV Justiça, assim como a TV Senado, abriu o processo legislativo ao conhecimento público. A TV do Judiciário trouxe para as nossas salas o linguajar sofisticado dos juristas e, finalmente, está conseguindo torná-lo um pouco mais inteligível. O Supremo, por exemplo, para quem já acha sofisticado o significado do verbete – que está acima de tudo, súpero, referente a Deus, derradeiro, último, extremo, superior, sumo –, tudo ainda soa simples comparado com o tal “pretório excuso”. Mas o que é mais importante dessa maior transparência: levou o Judiciário para fora dos tribunais.

Eu acho também que determinados Ministros, eu diria mais midiáticos, acabaram por abrir as portas do Judiciário para a mídia nesses tempos recentes. Mesmo que a grande maioria não concorde com determinadas justificativas, como no caso de um sofisticado plantão para atender na noite do mesmo dia um banqueiro suspeito de lesar o erário, como dizem muitos: o sistema prisional brasileiro tem sido muito mais uma universidade do crime. O preso não é reabilitado para viver novamente em sociedade. Ao contrário, tende a seguir o caminho perverso entre o leve e o hediondo.

Há carceragens no Brasil chamadas institucionalmente de depósitos de presos. Triste, mas com o que mais se parece na realidade as nossas casas de detenção: um amontoado de pessoas trocando experiências nefastas e submetidas ao único tipo de lei: a do mais forte. Não raramente um emaranhado de chantagens e de corrupção cometidas exatamente pelos chamados

agentes da lei. Que lei? A que prega ressocialização ou a da sobrevivência? Há no Brasil uma cultura “detencionista”, que estabelece um contraditório. Existem milhares de mandados de prisão que deixam de ser cumpridos por falta de lugares, ao mesmo tempo de uma forte pressão popular no sentido de que essas mesmas prisões sejam concretizadas.

A violência urbana conspira nesse sentido. O indivíduo pratica um crime considerado comum e é preso. Na prisão, torna-se um perito em criminalidade. Ao mesmo tempo, a sociedade, pressionada pelo medo da violência, exige uma solução imediata do Estado.

Então, por que não priorizar, como já previsto nas nossas leis, as chamadas penas alternativas? Aí não haverá impunidade, porque quem praticou tal delito será punido e pagará à sociedade pelo mal que cometeu. Mas através de uma ação produtiva que visa o interesse público. Desde, é claro, que os crimes não sejam hediondos, a pena alternativa recupera o preso, sem maiores custos, e ganha a sociedade.

Eu procurei, nesse livro, levantar algumas questões que podem servir de moldura ou de ambiente para a nossa situação de corrupção e de impunidade, enfim, de como o dinheiro público é desviado de suas finalidades mais nobres.

Nesses últimos tempos, o que mais se ouviu falar foi sobre o Estado mínimo, leis de mercado, privatizações, Consenso de Washington; que o mercado seria capaz de se autorregular, voltando ao equilíbrio depois de uma crise econômica; que o Estado deveria permanecer tão somente com as afinidades ditas sociais; que o Estado, na verdade, atrapalha a iniciativa privada; que uma tal mão invisível seria capaz de resolver qualquer risco sistêmico, para utilizar também uma expressão muito em voga.

De repente, uma crise profunda, a sanha do lucro fez engasgar o sistema. Onde estava a chamada mão invisível? Como invocá-la? Risco sistêmico! Chama o Estado! Mais de 1 trilhão de dólares à disposição de quem? Do mercado e dos banqueiros. Mais de 1 trilhão de dólares! Então, a tal mão invisível tornou-se visível e previsível, mas essa mão continua invisível no risco sistêmico da fome. Mas de um bilhão de pessoas sem comida, dentre as quais 130 milhões de crianças chorando de fome. Chama o mercado? Nem o mercado, nem o Estado, porque o mercado não se move pelo pudor, e o Estado já foi privatizado e se move pelos interesses do mercado.

Para se legitimar, o mercado criou uma espécie de religião chamada consumismo. Quem não adere aos seus preceitos é excluído. Então, vale qualquer artifício para se incluir, mesmo que os adeptos não se pautem necessariamente por princípios éticos. Vale inclusive

a violência. O grande instrumento de conversão é a mídia. Ela é, na verdade, o profeta do consumismo. Uma religião que cultua o ter, mesmo que seja em detrimento do ser.

Há um discurso – surrado, diga-se de passagem – sobre descentralização do poder. Louvável, aliás. O Município é a instância mais próxima do cidadão. Aliás, é onde mais ele se sente dentro. Acontece que essa tão propalada descentralização das atividades nunca foi acompanhada de uma necessária desconcentração dos recursos públicos.

Os prefeitos, que antes ocupavam o tempo na administração dos Municípios, passaram a desfilar pelos corredores das capitais do Estado e da capital Brasília em busca dos recursos financeiros que lhes faltam para sanar os problemas que absolutamente sobram.

Acontece que essa concorrência não é das mais fáceis e nem sempre das mais éticas. Quem tem o poder de fazer Orçamento e de liberar recursos tem também o poder da barganha, nem sempre municiado das melhores intenções. Os sucessivos escândalos com as emendas orçamentárias, principalmente as individuais, são o melhor exemplo dessa má prática. Evidentemente, não se podem generalizar esses atos lesivos aos cofres públicos, mas os casos têm se multiplicado cada vez mais, sem que se possa também atribuir culpa aos prefeitos. Também generalizadamente. Muitas vezes é a única maneira de eles alcançarem recursos para finalidades que não podem esperar.

Lembre-se, por exemplo, o caso das ambulâncias com preços superfaturados que foram objetos de uma CPI. Ou os prefeitos se submetiam às planilhas elaboradas pelos corruptores ou ficavam sem um instrumento que para muitos é a única alternativa para a questão da saúde nos seus locais. Aliás, foram provas mais do que concretas, e eu também não ouvi dizer que algum corruptor ou algum corrupto tenha devolvido algum recurso subtraído nessas tenebrosas transações.

A impunidade também é a causa das nossas tragédias! Quem ainda se lembra das tragédias das enchentes de Santa Catarina? Dos furacões? E que o ano de 2010 iniciou-se com um enorme deslizamento de terra em Angra dos Reis? E Niterói? Uma comunidade inteira sob escombros.

Pois é! São comoções que duraram o tempo dos índices de audiência na televisão. Tão pouco tempo e acontecimentos engolidos pela memória ou pela falta de memória. Até que outras tragédias sejam estampadas na nossa sala, pelo noticiário. Cenas de novela da vida real. Com começo, meio e fim e que não valeira a pena ver de novo, mas que desgraçadamente veremos porque, no Brasil, a comoção e a indignação não são acompanhadas pela devida ação.

Em Niterói, por exemplo, aquelas famílias construíram suas casas sobre um lixão. Chorume que se transformou em lágrimas. O Poder Público sabia que, poucos anos antes, ali se depositavam os restos da cidade. E não se tomou qualquer providência, não se tomou nenhuma iniciativa; a não ser a coragem e o trabalho dos bombeiros, nada parece ter acontecido, nem antes, nem depois da tragédia. Outras virão. Enchentes como em Santa Catarina, secas como no Nordeste e no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Ou – nisso quase ninguém acreditaria – a falta d'água nos rios do Pantanal e da Amazônia.

A tragédia de Niterói foi alertada quatro anos antes, e ninguém tomou providências, ninguém foi responsabilizado. Aqueles mesmos que laconicamente minimizaram a nossa desgraça, comparando-a com tsunâmis e terremotos em outros países. Até quando? Até a próxima tragédia transformada em campeã de audiência. Ou até a vindoura comoção transformada em dignidade? Mas, mais uma vez, não em ação.

Na questão das nossas perdas em termos de valores e referências, eu procurei fugir de um discurso que parecesse saudosista. Sei que não há como voltar aos meus tempos de guri ou às mesmas preocupações, aos mesmos métodos da minha convivência com os alunos de cinco décadas atrás na Universidade de Caxias do Sul. Teria que eliminar Banda Larga, GSM, ABS, GPS, *orkut*, *twitter* e tantas outras modernidades.

Os avanços tecnológicos são inevitáveis e saudáveis, diga-se de passagem. Não se imagina viver sem eles nestes nossos tempos. Embora a maior facilidade seja dos mais jovens, não pode haver idade limite para utilizá-los. Mas não há dúvida de que os novos tempos vieram com a perda de alguns valores que deveriam ser perenes. Não pode ser considerado jurássico quem, por mais avançada idade, ainda defende o respeito ao próximo, a solidariedade, a fraternidade, a compaixão e a ética. Não pode ser saudosista, no seu sentido pejorativo, quem rememore princípios da humanidade em tempos de barbárie humana.

É por isso que eu procuro reiterar nos meus discursos e nas minhas publicações valores como os escolhidos nos temas e lemas atuais da Campanha da Fraternidade, e referências como os personagens que não podem ser lembrados apenas em cerimônias especiais. Nessa minha publicação, eu trago exemplos de vida: Dona Zilda Arns, Dom Hélder, Nelson Mandela e o nosso Senador Jefferson Péres. Todos eles dispensariam maiores comentários, mas os seus exemplos, como valores de referência, não podem ser jamais esquecidos.

Fico imaginando, por exemplo, o Senador Jefferson, nesses tempos de descoberta de atos secretos

sob tapetes azuis no Senado Federal. Ele pessoalmente faz muita falta, mas mais falta ainda faz o seu exemplo de vida.

Procurei também lembrar algumas experiências bem sucedidas do combate à corrupção e à impunidade. Como Líder do Governo Itamar no Senado Federal, sugeri aqui a ação de uma comissão permanente para investigar possíveis casos de corrupção praticados em todos os escalões da Administração Pública, bem como medidas que coibissem esses tipos de desvios de conduta. De pronto, o Presidente Itamar, nosso novo colega eleito e que logo estará aqui para mais uma vez representar Minas Gerais, criou a CEI (Comissão Especial de Investigação), constituída por cidadãos representativos da sociedade civil.

A mera existência da Comissão já se transformou em mecanismo de inibição para potenciais ações leais ao Erário. Contra a corrupção e principalmente contra a impunidade. Foi, sem dúvida, uma experiência das mais significativas. Tivesse ela continuado, certamente, muitos dos exemplos dos desvios que se sucederam depois não teriam sido abordados; ou, mais ainda, nem mesmo teriam sido concebidos. Infelizmente, embora uma ideia cultivada como o melhor dos propósitos, ela foi podada em um dos primeiros atos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Continua podada, aliás. Quem sabe aguardando melhor viço no próximo governo?

Outra ideia igualmente exitosa foi a ação conjunta dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – contra a impunidade, um sonho que se realizou pelo menos por um período, também no Governo Itamar. Os três Poderes juntos na mesma mesa falando, debatendo e discutindo o combate à impunidade. O Presidente da República, o Presidente do Supremo, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Ministro da Justiça e o Procurador-Geral da República para debater e discutir ações conjuntas. Bons tempos aqueles!

Defendo também a tese de que devemos, com urgência, nos debruçar sobre a construção de novos paradigmas de desenvolvimento. A questão central é: que País queremos? Batemos muito na tecla sobre o País que temos, mas não tenho assistido, há muito tempo, a uma discussão mais aprofundada sobre o projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional.

Temos todos os principais recursos do planeta, o maior rio, a maior floresta, todos os microclimas, e ainda ficamos no máximo tentando nos equilibrar na adaptação a um modelo que nem sempre nos diz respeito. Fazemos um jogo com regras ditadas de fora para dentro e nos regozijamos de, apesar de tantas crises, termos dado certo.

É preciso, portanto, que acrescentemos uma questão: deu certo? Mas para quem? Não vamos nos esquecer que, apesar de estarmos entre os países mais ricos economicamente no planeta, ainda permanecemos com uma das piores disparidades de distribuição de renda entre todas as nações. Quando se diz que diminuiu a diferença entre ricos e pobres, é preciso lembrar que muito se deve a esta verdadeira dádiva que é a distribuição de alimentos e bolsas. Ter tanta gente vivendo de migalhas no Brasil, um País tão rico em potenciais, continua sendo uma verdadeira vergonha.

O que fazer, então, se a impunidade é um dos nossos maiores males e uma das nossas maiores desgraças?

Eu não tenho dúvida de que a chave mestra de combate à impunidade no Brasil está no último item do que, até pouco tempo atrás, se colocava como derradeiro dispositivo em todas as leis, inclusive as de combate à corrupção: “Cumpra-se; revogam-se as disposições em contrário”.

O fim da impunidade significará uma ferida de morte à corrupção, não só nas questões relativas aos recursos públicos: o cidadão saberá que, cometido o erro, independentemente de qual seja, ele será punido nos termos da lei.

Eu busquei um conceito que melhor explicasse essa situação: anomia social. Um ambiente de certeza de impunidade, as pessoas não se sentem mais impelidas a cumprir a lei, não respeitam mais as instituições. Daí o Estado paralelo, a milícia, a corrupção renovada, a impunidade realimentada. O tal “jeitinho” brasileiro talvez seja produto disso tudo.

Há pouco tempo, o professor da Universidade Federal Fluminense Alberto Carlos Almeida publicou um livro muito importante. Nome: *A Cabeça do Brasileiro*. Trata-se de um estudo de recomendável leitura para que possamos entender bem quem e por que o brasileiro recorre frequentemente a certos artifícios, mesmo que sejam contrários à boa ética. Recorrer a dádivas para se posicionar à frente de alguém que, por direito, lhe antecede, pode ser um exemplo.

Segundo a pesquisa, dois terços de todos os brasileiros já utilizaram o “jeitinho”. Diz o autor: “O jeitinho brasileiro é importante na nossa sociedade não apenas por ser muito difundido, mas principalmente pelo fato de nos permitir entender por que o Brasil tem tanta dificuldade em combater a corrupção. Ele já foi objeto de estudo de antropologia; faltava abordá-lo com dados quantitativos, o que foi feito pela Pesquisa Social Brasileira. Desse modo, pela primeira vez, o Brasil tem a chance de entender o Brasil, os brasileiros têm a chance de saber por que a cultura da corrupção é

tão enraizada entre nós. A pesquisa mostra que isso acontece porque a corrupção não é simplesmente a obra perversa de nossos políticos e governantes. Sob a simpática expressão 'jeitinho brasileiro', ela é socialmente aceita, conta com o apoio de muita gente que a encara como tolerável".

Por exemplo, a pesquisa também mostra que, quando perguntados sobre o fato de uma pessoa que conhece um médico passar na frente na fila do posto de saúde, os brasileiros acham, em termos percentuais maiores, que se trata de um jeitinho, mais do que a prática de uma corrupção.

Difícil de imaginar que se possa mudar alguma coisa por meio de novas leis, primeiro se elas não forem cumpridas, segundo se continuar a vigorar a tal cultura da corrupção ou do 'jeitinho brasileiro'. Então que todos os esforços sejam carreados no sentido de que as leis sejam cumpridas, independentemente de quem e para quem. Para todos, indistintamente.

Repto, para ser, como sempre, enfático, não haverá nenhuma mudança de comportamento institucional de dentro para fora. Há que se ter uma pressão de fora para dentro, uma espécie de controle social da ação pública em todos os Poderes: no Executivo, no Legislativo e, agora, no Judiciário. Daí a proposta, no meu livro, de uma gestão democrática do Judiciário, com a criação dos Conselhos Regionais de Justiça.

Por que, por exemplo, todas as partes de um processo – autor, réu – têm prazos legais a serem observados, a serem cumpridos, e essa mesma obrigatoriedade não se aplica aos magistrados? Não estaria aí uma das razões para a tamanha e reclamada morosidade da Justiça e consequente prescrição de processos?

Há que se avaliar, portanto, por que tantos processos passam uma vida sem serem julgados. A alegação principal, de dentro para fora, é a de que faltam magistrados. O ilustre Ministro Cesar Peluso, Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, argumenta que países como Espanha, Itália, França e Portugal chegam a ter dezoito magistrados para cada cem mil habitantes. Essa média, no Brasil, é de oito magistrados para cada cem mil habitantes.

Seria essa, exatamente, a principal razão da nossa morosidade judiciária, que chega a acumular 80 milhões de processos sem julgamento?

A minha proposta de gestão democrática do Judiciário vem, portanto, no sentido de responder a essa e a outras questões de forma mais legitimada.

O Judiciário tem também de estar mais próximo do cidadão, para o bom cidadão. Será ótimo para o Judiciário e, melhor ainda, para o País, muito bom.

Tenho certeza de que as minhas reflexões vêm em boa hora, exatamente quando o Congresso aprovou uma lei que mudará, por certo, os rumos da política em nosso País, uma lei cujo projeto veio exatamente, como eu acho salutar, de fora para dentro.

Foi a sociedade organizada que forçou o Congresso a votá-la, a aprová-la. Não fosse assim, nada teria acontecido.

É bem verdade que as últimas eleições ainda transcorreram em clima de muita incerteza quanto à aplicação da Lei da Ficha Limpa.

A minha maior preocupação não é o impasse que se tornou público na sessão do Supremo Tribunal Federal, depois de onze horas de discussão, na qual nada se decidiu de concreto sobre a validade da Lei da Ficha Limpa ainda para as eleições de 2010, a partir da discussão do recurso extraordinário apresentado pelo então candidato ao Governo do Distrito Federal. Afinal, o debate sobre o tema já se constituiu em avanço significativo, tendo em vista que ele não vinha merecendo a devida ênfase nas coisas políticas há muito tempo. As avaliações que se sucederam, estampadas nos jornais do dia seguinte, seguiram o mesmo caminho: lamentou-se o conteúdo, o resultado da sessão ou a falta deles. Mas as maiores críticas voltaram-se na direção da forma como foram conduzidas as discussões, deixando transparecer algo assim como se a "seleção brasileira de constitucionalistas" houvesse entrado em campo sem preocupação com algumas regras do jogo, para cujo desempate, se empatado, teria de haver uma regra clara.

Não houve. Ficou um impasse.

Apesar de ter dito, no decorrer do livro, que a linguagem dos magistrados tornou-se mais compreensível para os mortais, principalmente depois da TV Justiça, o que se viu ali foi um festival de terminologias rebuscadas, parecendo que cada um dos magistrados desejava seduzir pela palavra, mais do que pelo próprio conteúdo.

O diretor executivo da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, deu o tom daquela sessão, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, de 25 de setembro. Abre aspas: "Se, a partir daí, o eventual eleitor deduzir que tudo não passa de teatro, acertará. O Supremo Tribunal Federal continua, como todo o Judiciário brasileiro, navegando num dilúvio de palavras ociosas".

Tudo isso sem que, ao final, no caso do Supremo Tribunal Federal, o eleitor ficasse sabendo se os candidatos ficha suja teriam ou não seus votos confirmados na eleição de 2010.

O ex-candidato substituiu o nome na chapa pelo da própria mulher. Nas urnas, permaneceu-lhe a foto, por falta de tempo para substituí-la. Esse fato, por si

só, já justifica as minhas preocupações, que desfilaram reiteradamente ao longo desse livro. O que aconteceu em Brasília, emblemático em tantos outros lugares, foi na verdade o exemplo, mais do que fiel, do 'jeitinho brasileiro'.

A minha tese se reforça, portanto, no sentido de que a palavra, se desejamos realmente debelar a impunidade, está hoje com o Judiciário. Ora, essa palavra tem de ser, necessariamente, inteligível, decisiva e cumprida, sem jeitinhos de qualquer espécie. E que se faça cumprir a lei, Senhor Judiciário, principalmente se ela for concebida pelo desejo incontestável da população! E que se ganhe o jogo contra a corrupção, usando como melhor tática o combate à impunidade!

Eu não tenho dúvida de que, apesar de tantos percalços, fez-se luz com a aprovação daquele projeto. E esse facho, como eu disse, veio de fora para dentro, como eu sempre imaginei. De repente, um novo grande movimento pela ética na política. A voz rouca das ruas abriu os ouvidos moucos do Congresso.

Agora é lei o que deveria ser um princípio básico, independentemente de qualquer dispositivo legal: não pode representar o povo, e em seu nome decidir sobre seus destinos, quem tenha algo a ressarcir a esse mesmo povo, por delitos praticados. Só pode fazê-lo quem tiver ficha limpa.

Para tomar posse em qualquer cargo público, mesmo depois de aprovado em concurso, no mais rígido concurso, o cidadão comum tem de apresentar atestado de idoneidade, provar que está quite com as obrigações fiscais e outras exigências. Entretanto, até aqui, para ser Presidente da República, Governador, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Estadual ou Vereador, nada disso era exigido. Pior: muitas vezes, o candidato buscava esses cargos exatamente para fugir dos delitos por ele praticados e se proteger sob os mantos odiosos do foro privilegiado e da imunidade parlamentar.

Tenho certeza de que, se nada ou pouco acontecer, a população voltará às ruas, Srs. membros do Supremo, e voltará pelo que tem sido a luta incessante nesse mais de meio século de vida pública.

Repto, para finalizar: se a impunidade for ceifada nos maiores escalões, certamente terá efeitos mais que benéficos na sociedade como um todo.

Esse é o motivo principal do meu livro. Quem sabe ele se torne obsoleto, se Deus quiser, obsoleto logo ali, a partir de agora, e permita, enfim, uma decisão positiva do Supremo; dormite porque já não tem razão, pois as coisas aconteceram para as novas gerações, para os historiadores do amanhã, para o País. Quem sabe o meu livro, lá no dia 5, quando for

lançado, já chegue um fato mais dedicado à história e não à verdade?

Hoje é quarta, amanhã, quinta, e o Supremo não disse nada. Olha, os senhores me desculpem, mas eu estranho muito.

É interessante a nossa Justiça brasileira, a nossa imprensa brasileira: de repente, não mais do que de repente, ela não diz uma palavra. A OAB lançou uma nota importantíssima, cobrando do Judiciário uma decisão sobre ficha limpa, um cantinho de página. A *Folha*, ontem, fez uma entrevista comigo, e nenhuma palavra. O *Estadão*, o *Globo*, a *Veja*, a *IstoÉ*, o *Jornal Nacional* vinham insistente, quando a gurizada estava na rua, quando havia movimento nesse sentido, foram os grandes responsáveis pela aprovação da lei pelo Congresso.

Agora, é que o Supremo é diferente; é o último Poder. Não tem uma palavra, não tem um editorial, não tem uma notícia, não tem uma pergunta para se saber se os senhores membros do Supremo vão decidir ou não vão decidir. Silêncio absoluto. E não tem censura nenhuma. Ao que sei, ninguém foi proibido; ao que sei, ninguém fez qualquer ato no sentido de que as coisas não acontecessem. Nenhuma palavra, nenhuma vírgula sobre essa matéria. Está todo mundo tranquilo no sentido de esperar que passe o sábado, o Supremo não faça nada, e vamos ver como é que fica.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas seja...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a pode ser justo com Heródoto Barbeiro e com a CBN, que, no início da semana... Eu, pelo menos, ao sair de casa cedo, ouvia sua entrevista exatamente sobre esse tema. Uma entrevista em que colocou, com muita clareza, perguntado por Heródoto Barbeiro, o seu ponto de vista, cobrando – e acho que o fez bem – que o Supremo Tribunal Federal logo decida a questão sobre a ficha limpa, que é tão importante. E espero isso também, de acordo com a vontade consensual do Senado Federal. V. Ex^a deu uma boa entrevista na Rádio CBN para todo o Brasil. E eu ouvi.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a. Não sei se me esqueci ou se fico com vergonha de dizer: eu falei. Mas, na realidade, esse jornalista Heródoto, na minha opinião, é o que tem de melhor no Brasil. E a coisa mais impressionante é que você fala na CBN, e em qualquer lugar que se esteja e quando se sai à rua parece que todo mundo está vendo a CBN. Um noticiário daquele da CBN parece que todo mundo está vendo.

Fui entrevistado. Tem razão V. Ex^a, e peço aqui desculpa. O jornalista Heródoto, da CBN, entrevistou-me, perguntou e fez a interpretação dele no sentido da importância.

V. Ex^a fiscaliza de perto, mas eu lhe agradeço. V. Ex^a me fez um grande favor, porque eu estava fazendo uma grande injustiça nesse sentido.

Pois não

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Simon, à medida que o senhor fala...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, meus cumprimentos pela sua eleição.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT–DF) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O tempo ia passando, e nas minhas preocupações estava o nome de V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito obrigado. Fico muito feliz.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estava havendo uma confusão tão grande aqui em Brasília, que ninguém conhecia ninguém. Pensei: o que vai acontecer? Eu me lembro, durante uma longa discussão que tive com os companheiros, que eu disse: Ele se elege por qualquer partido, aconteça o que acontecer, porque o nome dele já é uma referência nacional, principalmente aqui, em Brasília.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito obrigado. Essas palavras seriam boas, vindas de qualquer pessoa, muito especialmente do senhor. Senador, eu estava pensando: como este País é contraditório! O senhor falou, há pouco, que temos uma das maiores rendas e, ao mesmo tempo, pobreza; a educação é uma das piores. Mas eu estava pensando: este País conseguiu um milagre, em termos nacionais. Em duas, três horas, foram contados oitocentos milhões de votos. Cento e trinta eleitores vezes seis eleições diferentes – deputado federal, distrital, governador, presidente, dois senadores. Oitocentos milhões, Senador, foram contados em duas, três horas. E a gente ainda não sabe quais foram os eleitos quase um mês depois da eleição. Porque a Justiça foi capaz de montar, do ponto de vista técnico, essa maravilha da urna eletrônica, mas, do ponto de vista legislativo – e a culpa é nossa também, do Parlamento – e do ponto de vista dos procedimentos judiciais, fomos tão lentos que a gente vai concluir o segundo turno sem saber quais são os eleitos de fato. A gente sabe quem é que teve mais voto, mas não sabe quem é eleito, porque não consegue

resolver qual fere ou não fere a lei da ficha limpa. Além disso, aqui, no Distrito Federal, fizemos essa lei, que, a meu ver, dá um grande impulso. Alguns vão pagar um preço, claro, como a gente sabe. Cometeram erros, e não crimes, mas vão entrar na lei como ficha suja até, mas, de qualquer maneira, é uma lei que avança muito. Agora, aqui, para se ter uma ideia...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdão, quando votamos, sabíamos que havia equívocos. Votamos correndo, já com a responsabilidade de mudar. Mas, ou a gente votava daquela maneira, não precisando voltar para Câmara, ou, então, não era aprovado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É verdade, mas por que a Justiça não resolve isso? Agora, aqui, por exemplo: faltando três semanas para a eleição do segundo turno, um candidato retira a candidatura e coloca a esposa como candidata. E o senhor sabe que vamos votar com o retrato dele e com o nome dele na urna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O nome também?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Também, porque, se mudasse o nome, mudaria a foto. Creio que não tem dificuldade. Ou pode mudar os dois, ou não pode mudar nenhum. Então, estou imaginando que o nome também. Ninguém tem falado isso. O fato é que, como é possível que a gente seja capaz de contar os oitocentos milhões e não seja capaz de dar uns comandozinhos para a urna e substituir o nome e o retrato? Aliás, eu lembrei agora que o nome não aparece; o que aparece é o número, e o número é o mesmo, porque é o mesmo partido. Se fosse outro partido, eu não sei nem como isso seria resolvido. Então, é essa incongruência entre o País ultramoderno dos oitocentos milhões contados em três horas e esse atraso de votar sem saber se vai valer ou não o voto, se o que teve mais número de votos vai ou não tomar posse, que deixa a gente meio maluco neste País. Está na hora de casar as duas coisas: o funcionamento técnico e o funcionamento legislativo e jurídico. Eu apenas estava refletindo sobre isso enquanto escutava o senhor com a sua preocupação. E quero reafirmar a importância que o senhor teve na realização, na aprovação da ficha limpa no Congresso. O senhor teve um papel fundamental. E dizer que essa lei – seja quais forem os preços que alguns vão ter que pagar sem dever, porque são pessoas que têm a ficha limpa no comportamento, mas, por razões jurídicas, por razões legais, ficaram contaminados – ajudará. Mas, para isso, é preciso que o processo judicial também ajude, que tenha não tanta competência quanto na parte eletrônica, mas que tenha pelo menos um pouquinho da rapidez que a eletrônica nos deu para contar os votos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e repito para V. Ex^a: quando votamos a lei aqui, essas dúvidas que V. Ex^a está levantando foram debatidas. Fui o primeiro que disse: quero que fique claro que essa lei que vou votar e para a qual estou fazendo um apelo que se vote, deixando de lado as emendas, sei que está cheia de erros. Vamos ter que aperfeiçoá-la no futuro. Acontece que já foi um milagre a Câmara ter aprovado. Mandou para nós. Se emendarmos e voltar para a Câmara, morreu. Não acontece mais nada. Então, vamos aprovar como veio da Câmara. E houve um compromisso unânime do Senado: no ano que vem, vamos mudar. Aí vamos fazer esses aperfeiçoamentos.

V. Ex^a tem toda razão. Quer dizer, a lei não pode ser uma caça aberta e franca. De repente, o cidadão que tem alguma uma prestação irregular não pode ser mais candidato a nada! Não, o objetivo quando a gente fala ficha limpa é ficha limpa; ficha suja é ficha suja. São os crimes da corrupção. Vamos ter que fazer essa limpeza da área. E vamos fazer.

Mas, agora, se eu pudesse e se eu não caísse no ridículo, nos meus 80 anos... Tenho inveja do Paim. Não tenho a coragem do Paim, que teve uma vitória espetacular no Rio Grande do Sul. Sei que se fosse o Paim, ou se pelo menos ele estivesse aqui – ele não está aqui –, ele ia acampar lá na frente do Supremo e fazer greve de fome; três dias lá na frente do Supremo, e dizer: “Enquanto vocês não votarem o Ficha Limpa.” O Paim faria isso. Mas confesso, com humildade, que não tenho coragem e isso não faz meu estilo.

Mas faço um último e derradeiro apelo aos Srs. Membros do Supremo. A imprensa já tem publicado isto: este Supremo tem um lugar na história do Judiciário. Está marcado. Se eles aprovarem, vai ser quem vai marcar: foi aquele Supremo que teve a coragem de decidir, e decidiu, e iniciou o fim da impunidade no Brasil. Se deixar passar, também, entrará para a História. Triste Supremo. Quando a sociedade se movimentou, o Executivo se movimentou e o Congresso se movimentou, todo mundo está lá de um lado e os principais, donos da verdade, cinco – porque cinco votaram a favor – se julgam com o direito de ficar contra todo o Brasil.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Pedro Simon. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento e, muito especialmente, pela publicação do livro *A Impunidade Veste Colarinho Branco*.

Com certeza, todos nós estamos ansiosos, e muitos e muitos brasileiros, para ler o livro publicado pelo nosso Senador Pedro Simon.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, temos expediente sobre a Mesa.

Em sessão anterior, foram lidos os **Requerimentos nºs 817, 825 e 826, de 2010**, dos Srs. Senadores Sérgio Zambiasi, Francisco Dornelles e Roberto Cavalcanti, respectivamente, solicitando licença para se ausentarem dos trabalhos da Casa, a fim de participarem como observadores parlamentares da 65^a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Nos termos do art. 41 do Regimento Interno, esta Presidência defere os requerimentos.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – O próximo orador, pela Liderança do PSDB, Senador João Faustino. A seguir, temos a seguinte ordem: pela inscrição, Senador José Bezerra; para uma comunicação inadiável, Senador Augusto Botelho; como inscrito, Senador Eduardo Suplicy; logo após, o Líder do PSB, Senador Antonio Carlos Valadares; e, por último, como inscrito, pelo menos até este momento, Senador Eduardo Azeredo.

Antes de passarmos a palavra ao Senador João Faustino, eu gostaria de anunciar a presença, em nossas galerias, dos alunos do 6º e do 7º ano do Ensino Fundamental do Colégio Laura Figueira, de São Vicente, São Paulo.

Sejam muito bem-vindos os alunos, as alunas, os profissionais da educação, que, com certeza, os acompanham, e as profissionais. Sejam muito bem-vindos ao nosso plenário do Senado da República.

Com a palavra, o Senador João Faustino, pela Liderança do PSDB.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB – RN. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Serys, Sr^ss e Srs. Senadores, há poucos dias, ocupei esta tribuna para provocar um debate sobre um tema que, ao longo da minha vida, se insere nas minhas reflexões como cidadão comprometido com a educação. Renovo aquela preocupação presente no cotidiano de uma Nação que deseja superar os seus desafios e as suas desigualdades. Ou enfrentamos com coragem, com firmeza o problema da educação dos nossos jovens, ou o Brasil continuará sendo um País destinado a beneficiar uma minoria de privilegiados.

Hoje, nessa mesma perspectiva, dedico-me ao tema da criança brasileira. Não dá mais para esperar. O Brasil não suporta mais conviver com milhares e milhares de crianças sem creche, sem escola de qualidade e, na grande maioria, sem família.

O processo rápido com que se deu a convocação da mulher para uma maior participação na força de trabalho gerou o afastamento da mãe educadora, criando uma lacuna inevitável na educação da nossa juventude. Quantas mulheres são obrigadas, diariamen-

te, a se engajarem no mercado de trabalho, deixando os filhos com pessoas quase sempre despreparadas e descomprometidas com o processo assistemático da educação das crianças.

De forma muito clara, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo a escola como a porta de entrada para solucionarmos tão grave problema, qual seja: o abandono infantil no nosso País.

De 11 a 15 de outubro, o tema da infância ocupou o fórum da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Lá estavam representantes de todos os Continentes, sobretudo da América Latina, da África e da Ásia.

Os dados apresentados são alarmantes sobre a situação das crianças do nosso Planeta, e nos fazem refletir e questionar a nossa frágil e desumana humanidade.

Não há como se assegurarem paz e conquistas nas nações enquanto perdurarem a omissão e a violência praticadas contra as nossas crianças.

Por isso, volto a propor, para o caso brasileiro, uma escola infantil e fundamental de tempo integral, organizada a partir de um zoneamento circunscrito às proximidades das moradias de sua clientela, gerenciada por professores vocacionados, competentes, remunerados dignamente, habitando bairros próximos às escolas onde trabalham.

A escola que vai resolver os problemas de nossas crianças não é aquela que funciona de três a quatro horas por dia, em que, terminado esse tempo mínimo, ficam os seus alunos entregues a sua própria sorte, sem ambiente de estudo em casa, sem orientação adequada.

A escola que vai resolver os problemas das nossas crianças não é uma escola partidarizada, se transformando, em algumas ocasiões, em aparelho de um partido político. A escola que vai, efetivamente, oferecer respostas aos problemas educacionais das nossas crianças é a escola em tempo integral, com um currículo voltado para o ensino de linguagem e do raciocínio lógico-matemático, elementos fundamentais à compreensão de outros tantos e importantes conteúdos.

A escola que queremos e defendemos é uma instituição onde os valores éticos, estéticos e humanos estejam intrinsecamente comprometidos com o seu cotidiano, onde seus membros possam conviver em harmonia e solidariedade, apoiando as famílias, particularmente as mães, na difícil tarefa de educar.

Todos os especialistas presentes àquele importante fórum das Nações Unidas sobre a criança foram unâimes em considerar a escola como o local adequado para a formação integral da criança, onde, além dos conteúdos, da prática esportiva e cultural, existe

um ambiente seguro para que as mulheres possam trabalhar com tranquilidade, onde os pais possam ter a certeza de que seus filhos estão sob a tutela de professores dignos e não entregues ao império das ruas, das drogas e das balas perdidas.

A terceira Comissão da ONU, dedicada aos Direitos Humanos, tem visto o problema da criança como o maior de todos os desafios para que se obtenha o pleno respeito à dignidade, à liberdade e aos direitos da criatura humana. Para a ONU, a educação deve ser a prioridade das prioridades.

Para o Brasil, este sentimento ainda não se incorporou à vida da Nação, lamentavelmente. O Governo da União, centralizador das riquezas nacionais, ainda está por fazer da educação a grande prioridade do Estado brasileiro.

Todavia, agradam-nos as propostas do candidato do nosso Partido à Presidência da República, o ex-Governador José Serra, que tem reiterado sua preocupação com a educação básica e com o fortalecimento da escola pública, inclusive com a formação, em tempo integral, de nossas crianças.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, reafirmo: ou construímos rapidamente uma escola pública de qualidade ou ficaremos à margem do desenvolvimento pleno, e seremos sempre uma Nação constituída majoritariamente de cidadãos que vivem à margem do saber, da cultura e de uma vida digna.

Era o que eu tinha a expressar, Sr^a Presidente, falando pela Liderança do PSDB.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Faustino, a Sr. Serys Slhessarenko, 2^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Bezerra.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de abordar questão tão fundamental para a Nação na minha curta passagem por esta Casa: Previdência Social.

Peço, portanto, a atenção dos senhores e de todos aqueles que nos acompanham pela TV Senado ou pela Rádio Senado. Afinal, qual a Previdência que queremos? O Brasil que produz e os trabalhadores que trabalham querem saber.

Quais as razões que levam a tamanho silêncio sobre esse assunto? Não tenho notícias sobre a verdade do caixa previdenciário, seja o Regime Geral de

Previdência Social (RGPS), sob os cuidados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), seja o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS – a Previdência do servidor público), ainda sem comando efetivo, e que esconde um rombo aparentemente incalculável.

Sobre o que acontece no chamado Primeiro Mundo, sabe-se que os doentes serão responsáveis pelo seu tratamento médico, os pais assumirão integralmente a educação dos seus filhos e os trabalhadores ficarão responsáveis pela sua aposentadoria.

O modelo ainda não chegou ao Brasil, mas está a caminho. Da América para a outra América.

Auditadas as contas, a Previdência dos Estados Unidos é superavitária – receita maior do que a despesa, aí por volta de US\$72 bilhões, ou 0,6% do PIB.

Fechando a conta, existiam 40 trabalhadores contribuindo para cada aposentado quando a América criou o seu sistema previdenciário. Hoje a relação é de 3 para 1. Em 2018, quebra.

Descendo para a América do Sul, quando foram consolidadas as leis previdenciárias brasileiras, há 50 anos, existiam oito contribuintes para cada aposentado. Hoje a conta não fecha, é deficitária, o cobertor é curto: mais despesas, menor receita. No final de cada ano anunciam-se bilhões no prego, buraco coberto pelo Tesouro. Até quando?

Para não ocupar tanto a paciência dos senhores, deixemos de lado a farra com o caixa previdenciário nacional, por todos nós conhecido há mais de meio século. Voltemos os olhos para o que está acontecendo lá fora. Somente assim compreenderemos melhor o que nos aguarda.

As contas particulares da previdência na Europa e nos Estados Unidos foram abertas faz tempo. Quem está ingressando agora no mercado de trabalho fará a opção: a) aplicar um terço de suas contribuições previdenciárias; b) esperar uma solução mágica.

Caso o trabalhador não use esse rico dinheirinho guardado ao longo de sua vida, a poupança passa para a família, em caso de morte. Sim, está escrito, pois, atualmente não é assim que funciona. Em caso de morte prematura perde-se todo o dinheiro. Trocando em miúdos: o Governo dos Estados Unidos não ficará livre do endividamento público. O Tesouro terá de cobrir o que deixará de ir à receita previdenciária.

É prudente avisar que os fundos de pensão estão observando a cena. Afinal, muita grana fluirá para o mercado de ações (algo em torno de US\$30 bilhões/ano, estima-se).

Não há segredo. Só se pode enfrentar déficit previdenciário diminuindo benefícios e/ou aumentando as contribuições. O Brasil, ao longo do tempo, fez as duas coisas.

Sr. Presidente, volto a pedir a atenção de todos para o seguinte: o déficit da previdência do servidor público já supera o rombo do INSS. No ano passado, por exemplo, o Tesouro desembolsou R\$47 bilhões – pasmem –, para cobrir esse déficit, ante R\$43 bilhões do regime geral (previdência do trabalhador da iniciativa privada).

Assim, pelo segundo ano consecutivo, o déficit da previdência dos servidores públicos superou o saldo negativo, apurado pelo regime dos aposentados do INSS. E, atenção: apenas os servidores públicos federais. O regime próprio inclui ainda os Estados e as prefeituras que aderirem ao regime. Portanto, um rombo incalculável.

Somente no serviço público federal há cerca de 900 mil aposentados e pensionistas. Já o regime geral atende a cerca de 27 milhões de aposentados e pensionistas. E dois terços recebem um salário mínimo. Já para os que recebem mais do que um salário mínimo, a média salarial não chega a R\$800,00.

Está mais do que evidente que essa discrepância de gastos entre um regime e outro justifica um amplo e urgente debate sobre a necessidade da reforma da Previdência.

E qual seria essa reforma? Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma que a própria Constituição Federal recomenda, qual seja, a unificação das regras dos dois regimes. Sem essa reforma nenhum governo conseguirá folga no orçamento para atender a eternas demandas, como educação – falada aqui pelo Senador João Faustino e que tanto fala aqui o Senador Cristovam Buarque –, a saúde – do Senador Botelho –, a segurança, a infraestrutura etc. Sem isso, a sociedade vai viver eternamente reclamando a respeito desses itens importantes que fazem o tripé da democracia e de todo o governo.

Qualquer especialista no assunto sabe que o regime de previdência do servidor caminha para o colapso financeiro. E todos fingimos que nada está acontecendo. A maior aposentadoria pública dos Estados Unidos é de US\$5 mil, mas o cidadão terá de provar que recolheu US\$1 milhão ao longo de sua vida. O modelo é quase perfeito. Se já não funciona, imaginem o modelo brasileiro.

Todos nós acompanhamos o que está acontecendo na Espanha do Primeiro-Ministro Zapatero: corte dos salários dos funcionários públicos, congelamento das pensões e outras vantagens, inclusive um tal “cheque-bebê”. E agora estamos assistindo ao caos que está se instalando na França. Ou seja, acabou a farra. E repito, não há segredo. Só se pode enfrentar déficit previdenciário diminuindo benefícios ou aumen-

tando as contribuições. O Brasil, ao longo do tempo, fez as duas coisas.

Esta Casa deve estar preparada para analisar a reforma que a Constituição Federal autorizou – e até aqui nada foi feito –, ou seja, igualar as regras de aposentadorias e pensões dos funcionários públicos com as que vigoram para os trabalhadores privados.

Portanto, entre as mudanças que esta Casa deverá aprofundar ao longo do próximo ano está a limitação do valor da aposentadoria ao máximo de dez salários mínimos, aplicados a aposentados do INSS. Um ministro das Cortes Superiores, por exemplo, se aposenta com quase R\$ 30 mil; um desembargador não fica muito atrás.

Afinal, o que foi autorizado pela Constituição Federal na última reforma da Previdência? Entre novos e antigos, haverá uma faixa intermediária daqueles servidores que ingressaram no serviço público desde o dia 1º de janeiro de 2004. Estes poderão optar entre a regra atual ou a nova regra.

O Sr. João Faustino (PSDB – RN) – Senador José Bezerra, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Pois não, Senador João Faustino.

O Sr. João Faustino (PSDB – RN) – V. Ex^a traz a esta Casa nesta tarde um tema de Estado, um tema fundamental para que o Estado brasileiro possa bem servir, bem apoiar e bem valorizar o cidadão, a pessoa humana. V. Ex^a traz o tema que é da Previdência Social, uma instituição dita por muitos brasileiros como pré-falimentar, uma instituição precária, de legislação sempre duvidosa, com uma gestão sempre inoperante ou, em algumas circunstâncias, ineficiente. A verdade é que a Previdência no Brasil tem enveredado por caminhos mais diversos, que vai desde a cobrança da contribuição do inativo, que é um verdadeiro absurdo – um aposentado que já contribuiu a vida inteira para a Previdência Social e, no momento da sua aposentadoria, se vê novamente obrigado a contribuir –, vai desde aí até o incentivo que o Estado brasileiro promove para a economia informal. Hoje nós diríamos que grande parte da força de trabalho brasileira está na economia informal. Nós temos um microcrédito que vai destinar-se exclusivamente ao fortalecimento da economia informal, consequentemente sem nenhuma contribuição, sem nenhuma participação, sem nenhum fortalecimento da Previdência Social. Este é um tema que merece, como V. Ex^a está fazendo agora, o destaque necessário pela sua importância. Eu quero parabenizar V. Ex^a por trazer a esta Casa o tema Previdência Social, que deve estar na pauta, todos os dias, do Estado brasileiro. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Muito obrigado, Senador João Faustino. E, com certeza, na pauta do futuro Presidente da República.

O Sr. Augusto Botelho (Sem Partido – RR) – Senador José Bezerra.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Pois não, Senador.

O Sr. Augusto Botelho (Sem Partido – RR) – Gostaria de fazer um aparte a V. Ex^a. Só gostaria de complementar dizendo que hoje, em *O Globo*, há um artigo intitulado “Previdências desiguais: renda concentrada.” Mostra bem claro que o déficit da Previdência, do INSS, é de 42,8 bilhões para amparar 23,5 milhões de aposentados e pensionistas. No nosso regime, o regime geral, no regime público, o déficit é de 47 milhões para amparar 1 milhão de pessoas.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Novecentas mil pessoas, quase um milhão.

O Sr. Augusto Botelho (Sem partido - RR) – Quase 1 milhão. É uma desigualdade muito grande. Fora que a pessoa se aposenta com um salário para o qual não contribuiu. V. Ex^a falou nos Estados Unidos. A pessoa se aposenta mas tem de ter contribuído com “x”. A aposentadoria, agora com a mudança na expectativa de vida das pessoas aqui no Brasil, vai levar a um problema sério na Previdência. Que se mude essa Previdência, que se tente fazer uma mudança, respeitando-se o direito adquirido, e que se comece, para quem começar agora, de outra forma, senão vamos engatar, vamos quebrar. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Muito obrigado, Senador.

E que não venham novamente – porque minha passagem por esta Casa foi muito curta – prejudicar os pobres trabalhadores da iniciativa privada, que contribuem com 10 salários mínimos, mas de cerca de R\$319,00. O salário mínimo, no Brasil, é de R\$510,00; dez salários seriam R\$5.100,00. O salário mínimo da Previdência tem outro nome, é o salário mínimo previdenciário.

Pergunto: o que farão as duas Casas do Congresso, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais com a criação dos fundos de previdência complementar? É tão grave e tão complexo o assunto que a grande maioria prefere silenciar. E não vai conseguir. Todos nós teremos que enfrentar a reforma. Para o bem do Brasil.

Um bom começo seria esta Casa, por intermédio de sua Comissão de Assuntos Sociais, convidar para esse amplo debate os economistas do Ipea, por exemplo. Eles têm na ponta do lápis os dispêndios que apresentam maior potencial de sustentar o crescimen-

to econômico de longo prazo, com destaque para os dispêndios com a Previdência Social.

Em 2003, a Emenda Constitucional nº 41 fez os ajustes nos regimes próprios de previdência, que regem a previdência do servidor público de carreira, mas nos Estados que implantaram o regime próprio de previdência, ninguém com juízo aceita dirigir as unidades de previdência dos servidores. Por quê? Porque o § 20 do art. 40 da Constituição Federal diz que não pode existir mais de um regime próprio de previdência social para os servidores públicos e mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal. Traduzindo: uma única unidade gestora de previdência responde pela arrecadação e concessão de benefícios do servidor público, pertença ele ao Executivo, ao Judiciário, ao Legislativo, ao Ministério Público ou aos Tribunais de Contas.

Na prática, isso não funciona. O gestor da unidade centralizadora transfere receitas, mensalmente, aos outros Poderes e órgãos sem direito a auditar essas folhas de aposentados. E o que acontece? No momento da concessão das pensões, descobre-se que há gente pagando aposentadorias milionárias, muito além do teto constitucional. Um caos, o verdadeiro caos.

“Ah, mas isso é inconstitucional” – bradou a Associação dos Magistrados Brasileiros, que propôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.297.

Consulto a página do Supremo Tribunal Federal na internet e vejo que os autos estão conclusos ao relator desde abril de 2005.

Está, portanto, com o Supremo o futuro da previdência do servidor público. Dirá que a reforma de 2003 é inconstitucional? Ok. Então chegará o momento em que esta Casa será chamada a botar as coisas em ordem. Sendo assim, que cada Poder construa e administre a sua própria previdência.

Sr. Presidente, se nenhum modelo de previdência precisa estar em crise para ser formulado, imagine a nossa situação, que é muito grave.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Quero destacar a visita dos alunos do 9º ano do Centro Educacional Fundamental São José. Esta escola está localizada na cidade de São Sebastião, em Brasília, Distrito Federal.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (S/Partido – RR) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jefferson Praia, Srªs e Srs. Senadores, no último dia 18 de outubro foi comemorado o Dia do Médico. Nós não estivemos aqui, não houve sessão nessa época, mas vou aproveitar hoje

para prestar uma homenagem a todos os médicos e médicas do Brasil.

E aproveito para fazer uma homenagem especial, aqui da tribuna, aos meus amigos médicos e médicas de Roraima. Minha mulher, Vitória, é médica, meu pai, Sílvio, e meu sogro, Roberto, também eram médicos, e todos temos irmãos médicos em nossa família.

Aqui nesta Casa temos vários Senadores médicos: Papaléo, Rosalba, Mozarildo, Tião Viana e Mão Santa. São médicos e conhecem os desafios da nossa profissão. Os médicos são responsáveis não só pela saúde física, corporal das pessoas, também pela saúde mental, espiritual.

Além disso, Srªs e Srs. Senadores, no Brasil, por força de nossa história, a função do médico teve de ultrapassar os limites da Medicina para ocupar espaço na política brasileira. Desse modo, além do cuidado com a saúde da população, os médicos brasileiros também estão totalmente preocupados com o corpo social e com o corpo político de nosso País.

E esse é o papel que eu represento aqui no Senado hoje. Sou médico e estou Senador. Eu e vários outros Senadores, além de exercer a Medicina, representamos nossos Estados e defendemos os direitos do povo brasileiro nesta Casa.

Temos hoje no Brasil mais de 250 mil médicos, e são formados anualmente 12 mil novos profissionais da Medicina. É um contingente respeitável, Sr. Presidente Praia, um número, na verdade, que nos lança, os próprios médicos e a sociedade, a alguns desafios grandiosos.

Em primeiro lugar, há que se zelar pela qualidade dos cursos e pelo gabarito dos profissionais que deles saem. Há também de se buscar o necessário equilíbrio entre a competência técnica e o humanismo para que nossos médicos sejam não apenas profissionais altamente treinados e capacitados, mas também cidadãos conscientes da realidade social do nosso País e das necessidades da nossa gente.

Há que se estimular, com certeza, uma distribuição mais homogênea de médicos entre as regiões, entre os Estados, entre os municípios, para que, em alguns lugares, não haja oferta excessiva de serviços e, em outros, insuficiência de atendimento. Há quase três mil – repito, três mil – municípios brasileiros que não têm a presença permanente do médico.

Há de se lutar pela valorização dos profissionais que se dedicam ao setor público para que, pressionados pela necessidade de manter uma vida minimamente digna, não tenham que trabalhar em três ou mais lugares paralelamente.

Srªs e Srs. Senadores, apesar da importância do médico na vida de todos nós, esse é um profissional

que tem sido muito maltratado, principalmente pelos governantes. Um exemplo disso é a péssima condição de trabalho que os médicos encontram em vários hospitais públicos de todo o País, principalmente no Norte e Nordeste, com falta de material, de remédios e de pessoal de apoio especializado. O Conselho Federal de Medicina tem chamado a atenção da sociedade brasileira para esses graves problemas que os médicos têm enfrentado.

Quero me solidarizar com meus colegas, que enfrentam tantas situações e condições adversas, e pedir, desta tribuna, que os governantes eleitos pelo povo este ano assumam um compromisso, que assumi com minha gente de Roraima desde o início do meu mandato, de lutar para que a saúde pública melhore, atenda a todos os cidadãos e cidadãs do Brasil, indistintamente.

Gostaria de destacar que a classe médica tem se mobilizado para melhorar a saúde pública. Tenho notícia de que as entidades que representam a classe médica programaram um ato público para o próximo dia 26 de outubro, aqui em Brasília, quando também acontecerá uma reunião com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para promover uma Mobilização Nacional pela Valorização da Assistência à Saúde, dentro do SUS.

Ao Ministro serão entregues as reivindicações constantes na Carta dos Médicos à Nação, elaborada no último Encontro Nacional das Entidades Médicas, em julho deste ano.

O ato público está sendo organizado pela AMB (Associação Médica Brasileira), Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos, com o intuito de apresentar aos gestores, aos membros dos Poderes Legislativo e Executivo e à sociedade brasileira a pauta mínima de reivindicações para garantir à população assistência adequada e ao profissional condições de exercer a medicina com dignidade.

A mobilização vai priorizar as pautas que envolvem a formação médica, as condições de trabalho adequadas e o financiamento do setor.

No dia 26 serão apresentadas três reivindicações.

A primeira é a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que fala sobre o financiamento do sistema de saúde e define regras de gastos e o piso mínimo de repasse para o setor. A proposta da Emenda nº 29 é que a União deverá investir na saúde 10% da arrecadação de impostos, os Estados 12% e os municípios 15%. Fui Relator da Emenda nº 29 aqui nesta Casa e posso afirmar que quando ela for regulamentada precisaremos garantir que o dinheiro destinado à saúde seja efetivamente usado para melhorar a qualidade do

atendimento no SUS. Todo ano, na elaboração do Orçamento, é um problema. O Orçamento da saúde este ano está em torno de setenta e poucos bilhões, mas para esse Orçamento efetivamente funcionar teria que ser praticamente o dobro, que era o utilizado quando existia o Inamps. Proporcionalmente, o Orçamento da saúde era muito maior, quando a população era muito menor. Hoje, se o Orçamento tivesse mantido a mesma proporção, teríamos R\$140 bilhões à disposição da saúde. É claro que precisamos melhorar a gestão da saúde, precisamos trabalhar mais, melhorar as condições de trabalho, usar melhor esse dinheiro.

O segundo ponto das reivindicações é a carreira de Estado do médico, com profissionais concursados e que seriam espalhados pelo País, suprindo a necessidade de locais onde a concentração de profissionais é pequena. Para que isso aconteça de fato, as entidades exigem que os locais de trabalho realmente ofereçam condições adequadas de trabalho para os médicos. Nas carreiras de juiz e de promotores acontece isso. As cidades pequenas do meu Estado têm juízes e promotores, mas nem todas têm médico disponível, porque o médico não tem uma carreira que dê estabilidade. O médico vai trabalhar em um município pequeno durante cinco, dez, quinze anos, mas depois irá para um município melhor, até chegar no local onde queira ficar. Acho que isso fará com que tenhamos médicos nos pequenos municípios.

O terceiro ponto a ser tratado é a baixa remuneração dos médicos pelos planos de saúde. Os médicos estão lutando por melhores pagamentos pelas consultas e procedimentos.

Esses são três pontos de fundamental importância. Mas existem muitos outros, Sr. Presidente Jefferson Praia. Se a classe médica conseguir que o Governo comece a avançar nessas três reivindicações, já será considerada uma vitória.

Esta é a singela homenagem que presto ao profissional de saúde, com a convicção de que, além da nobreza humanística na arte de curar, sua relevância para a construção de um mundo melhor e mais produtivo é de inegável valor político, Sr. Presidente.

Em especial aos demais Senadores médicos presentes, reitero minhas congratulações pela passagem da data, exaltando a imensa contribuição que o conhecimento médico tem, historicamente, emprestado ao Senado Federal nas formulações, nos debate e nas votações de nossas leis.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um segundo. (Pausa.)

Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia, Srs. Senadores, nestes últimos dias, houve uma mobilização fortíssima por parte de todos aqueles que apoiam a candidata à Presidência da República Dilma Rousseff, e também houve uma indignação por parte de muitos a respeito do que tem ocorrido em termos de acusações indevidas à Srª Dilma Rousseff.

E avalio que é importante fazer um registro desses episódios, dos atos que ocorreram, por exemplo, no Teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro, com a participação de mais de mil artistas, intelectuais, pessoas como Chico Buarque, Leonardo Boff, Frei Betto, Oscar Niemeyer, que, aos seus 102 anos, em cadeira de rodas, resolveu juntar-se ali a tantos artistas, intelectuais e juristas que apoiam a candidatura de Dilma Rousseff, com enorme entusiasmo.

O mesmo se deu na terça-feira, ontem à noite, no Teatro da Universidade Católica de São Paulo – o TUCA, de memoráveis atos em defesa da democracia, da anistia, dos movimentos sociais, que teve uma das suas noites historicamente mais memoráveis: ainda que Dilma Rousseff não estivesse presente – mas estava lá o candidato a Vice-Presidente, Michel Temer –, mais uma vez, intelectuais, juristas, professores, estudantes e representantes dos movimentos sociais expressaram o seu entusiasmo para com Dilma Rousseff.

Eu também pude testemunhar algo de grande relevância, que aconteceu na última segunda-feira, quando o Presidente Lula esteve presente à cerimônia promovida pela revista *CartaCapital*, dirigida por Mino Carta, por ocasião dos prêmios concedidos às empresas e aos líderes empresariais mais admirados do País. E, sobretudo, nesse encontro, houve, da parte de inúmeros empresários, o aplauso e o seu testemunho a respeito do progresso alcançado no País nesses últimos oito anos.

E empresários considerados entre os mais admirados do País, como Abílio dos Santos Diniz e Roberto Setúbal, respectivamente, os principais responsáveis pelo grupo Pão de Açúcar e pelo Banco Itaú/Unibanco, fizeram ali uma avaliação tão positiva de como o Governo do Presidente Lula tem procurado assegurar o crescimento da economia, a melhor distribuição de renda e princípios que respondem às aspirações maiores do povo brasileiro.

Ainda hoje, pela manhã, no Hotel Nacional, no salão vermelho, quase mil pessoas estavam ali presentes, para expressar o apoio entusiástico a Dilma Rousseff, no ato em defesa do meio ambiente, em que Dilma Rousseff leu palavras a respeito de qual será seu

programa, sua preocupação, seus pontos programáticos em defesa de um desenvolvimento sustentável, do meio ambiente. Ali, nesse ato, ela recebeu o apoio da filha de Chico Mendes, bem como de tantas pessoas que, de forma independente do Partido Verde – que preferiu a neutralidade –, resolveram, como cidadãs, apoiar, engajar-se na candidatura de Dilma Rousseff.

Entre as manifestações importantes havidas nesses últimos dias, está o artigo de Frei Betto, na *Folha de S. Paulo*, sobre Dilma e a fé cristã, publicado no domingo, 10 de outubro de 2010, que avaliei ser importante aqui registrar.

Diz Frei Betto, dando seu testemunho pessoal sobre uma pessoa que conhece desde menino, desde criança:

Em tudo o que Dilma realizou, falou ou escreveu, jamais se encontrará uma única linha contrária aos princípios do Evangelho e da fé cristã.

Conheço Dilma Rousseff desde criança. Éramos vizinhos na rua Major Lopes, em Belo Horizonte. Ela e Thereza, minha irmã, foram amigas de adolescência. Anos depois, nos encontramos no presídio Tiradentes, em São Paulo. Ex-aluna de colégio religioso, dirigido pelas freiras de Sion, no cárcere, [Dilma] participava de orações e comentários do Evangelho. Nada tinha de “marxista ateia” [como alguns procuram colocar].

Aqui, em seguida, Frei Betto faz uma observação que alguns consideraram que poderia ser uma falta de respeito à liberdade, àqueles que preferem ser ateus. Em respeito a essas pessoas, vou deixar de ler três linhas de seu artigo e prosseguir da seguinte maneira.

Em 2003, deu-se meu terceiro encontro com Dilma, em Brasília, nos dois anos em que participei do governo Lula. De nossa amizade, posso assegurar que não passa de campanha difamatória – diria, terrorista – acusar Dilma Rousseff de “abortista” ou contrária aos princípios evangélicos.

Se um ou outro bispo critica Dilma, há que se lembrar que, por ser bispo, nenhum homem é dono da verdade. Nem tem o direito de julgar o foro íntimo do próximo.

Dilma, como Lula, é pessoa de fé cristã, formada na Igreja Católica. Na linha do que recomenda Jesus, ela e Lula não saem por aí propalando, como fariseus, suas convicções religiosas. Preferem comprovar, por suas ati-

tudes, que “a árvore se conhece pelos frutos”, como acentua o Evangelho.

É na coerência de suas ações, na ética de procedimentos políticos e na dedicação ao povo brasileiro que políticos como Dilma e Lula testemunham a fé que abraçam.

Sobre Lula, desde as greves do ABC, espalharam horrores: se eleito, tomaria as mansões do Morumbi, em São Paulo; expropriaria fazendas e sítios produtivos, implantaria o socialismo por decreto... [E assim por diante.]

Passados quase oito anos, o que vemos? Um Brasil mais justo, com menos miséria e mais distribuição da renda, sem criminalizar movimentos sociais ou privatizar o patrimônio público, respeitado internacionalmente.

Até o segundo turno, nichos da oposição ao governo Lula haverão de ecoar boataria e mentiras. Mas não podem alterar a essência de uma pessoa. Em tudo o que Dilma realizou, falou ou escreveu, jamais se encontrará uma única linha contrária ao conteúdo da fé cristã e aos princípios do Evangelho.

Certa vez, indagaram a Jesus quem haveria de se salvar. Ele não respondeu que seriam aqueles que vivem batendo no peito, proclamando o nome de Deus. Nem os que vão à missa ou ao culto todos os domingos. Nem quem se julga dono da doutrina cristã e se arvora em juiz de seus semelhantes.

A resposta de Jesus surpreendeu: “Eu tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; estive enfermo e me visitastes; oprimido, e me libertastes...” (Matheus, 25, 31-46). Jesus se colocou no lugar dos mais pobres e frisou que a salvação está ao alcance de quem, por amor, busca saciar a fome dos miseráveis, não se omite diante das opressões, procura assegurar a todos vida digna e feliz. Isso o governo Lula tem feito, segundo a opinião de 77% da população brasileira, como demonstram as pesquisas.

Na verdade, há pesquisas que denotam mais de 80% de apoio ao Governo do Presidente Lula.

Com certeza, Dilma, se eleita presidente, prosseguirá na mesma direção.

Frei Betto, frade dominicano, assessor de movimentos sociais e escritor, autor de “Um homem chamado Jesus” (Rocco), entre outros livros. Foi assessor especial da Presidência da República (2003-2004, Governo Lula).

É interessante que, nesse encontro promovido por *CartaCapital*, o empresário Abílio Diniz, por exemplo, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar, ali se dirigindo a Mino Carta e aos cerca de setecentos empresários presentes, disse:

Mino Carta, talvez você não se recorde, mas há cerca de uns 30 anos eu tenho um quadro pintado por você que está na minha casa. Mas você certamente deve se recordar que há 30 anos, ou algo mais, nós dois, cada um de um jeito, clamávamos por coisas semelhantes, clamávamos por democracia, clamávamos por eleições diretas, clamávamos por um País mais igual, com mais distribuição de renda, com mais emprego e muito melhor para todos os brasileiros.

Mino, cabe a nós agora, neste momento, ver isso acontecendo, após estes oito anos do Presidente Lula à frente deste País, com a sua equipe, com seus ministros. Ver este País muito mais solidário, muito mais humano, menos pessoas passando fome; os brasileiros vivendo muito melhor, passando de uma classe social para outra, podendo entrar no mercado de consumo, podendo fazer com que este País caminhe para ser ainda maior do que ele realmente é.

Mino, eu espero que você se lembre disso e que todos nós presentes aqui prestemos uma homenagem ao Presidente Lula. [E se dirigindo ao Presidente Lula, disse Abílio Diniz:] Presidente, você mudou este País. Eu espero, peço a Deus que o seu legado não se perca, que haja uma continuidade e que nós continuemos crescendo e distribuindo renda. Muito obrigado, Mino; muito obrigado, Presidente; muito obrigado a todos.

Nesse mesmo encontro, Roberto Setúbal, principal empresário do Grupo Itaú-Unibanco, destacou, ao cumprimentar o Presidente Lula, que o Brasil se resgatou e que o mais importante é a melhora na distribuição de renda. “As conquistas obtidas por seu Governo (Presidente Lula) não têm precedentes na história. Não só as empresas cresceram, mas 30 milhões deixaram a pobreza”, afirmou.

O Presidente Lula, ao citar a crise financeira que afeta os países europeus, apontou que considera a falta de comando político por trás dos problemas e disse: “A gente não aprende na universidade. É a lei da sobrevivência. Eu passei oito anos tendo que provar a cada dia a minha existência”.

Aplaudido de pé, por alguns dos integrantes mais importantes do Produto Interno Bruto brasileiro, o Presidente afirmou que conseguiu fazer com o vice, José Alencar, a parceria entre o capital e o trabalho. E afirmou:

Duvido que tenha um empresário neste País que diga que ganhou menos dinheiro no meu Governo do que no governo dos outros, que pareciam ser amigo dos empresários. Duvido que tenha no movimento sindical um momento da história em que ganharam o que estão ganhando hoje.

O Presidente Lula recordou que, em 1989, quando foi candidato a Presidência e disputava o segundo turno, ocorreu algo que significativamente influenciou sobremaneira o resultado daquelas eleições. Recordou, então, para Abílio Diniz o que havia acontecido. Abílio Diniz havia sido sequestrado por um grupo de estrangeiros e se procurou atribuir ao Partido dos Trabalhadores a responsabilidade por aquele sequestro.

O Presidente Lula disse que, por muitos anos, esteve com uma marca muito forte com respeito ao seu sentimento, obviamente, de reprovação daquele ato que tanto o prejudicou. Mas ele considerou importante que, dez anos depois, tivesse conversado com Abílio dos Santos Diniz. E quando aquele grupo de sequestradores havia então realizado uma greve seca, não apenas de alimentos, mas também de água, de líquidos, e que estavam para perder as suas vidas, ele conversou com Abílio dos Santos Diniz, visitou os sequestradores, visitou o Presidente Fernando Henrique Cardoso e houve um entendimento para que aqueles detidos fossem transferidos daquela prisão para os seus respectivos países.

Desde então, o Presidente Lula e Abílio Diniz tornaram-se amigos e, muitas vezes, inclusive em épocas de dificuldades e crise econômica, disse o Presidente Lula que ele recebeu telefonemas de Abílio Diniz, relatando que, ali no Grupo Pão de Açúcar, havia sinais de dinamismo da economia, que as pessoas continuavam a adquirir bens de consumo e tudo aquilo que era vendido na rede de supermercados Pão de Açúcar.

Pois bem. Quero aqui dizer o quanto significativo foi aquele episódio, aquela festa. Cumprimento o editor Mino Carta e todos os membros da *CartaCapital*, pois essa cerimônia foi de grande significado; uma cerimônia em que as dez empresas consideradas mais admiradas, escolhidas por seus próprios pares, pelos leitores da revista *CartaCapital* e pelo método desenvolvido pela *CartaCapital*, acabou escolhendo as dez mais admiradas empresas. A Natura ficou em primeiro lugar, em 2010. É a quinta vez que recebe o prêmio,

desde que foi instituído. Em segundo lugar ficou a Vale, a Companhia Vale do Rio Doce. Na terceira posição a Apple, um ícone da era digital. A Petrobras ficou em quarto lugar. A Nestlé, na quinta posição. O Banco Itaú, em sexto lugar. Em sétimo, o Google. A AmBev, em oitavo lugar. A Gerdau, em nono, e a Embraer, em décimo lugar.

Entre os líderes empresariais mais admirados estão Roger Agnelli, da Vale, em primeiro lugar; Abílio Diniz em segundo lugar; Fábio Barbosa, do Santander, em terceiro; em quarto lugar, Roberto Setúbal, principal executivo do Itaú; Eike Batista, da Holding EBX, em quinto; Steve Jobs, da Apple, conhecido mundialmente como o principal responsável por lançamentos que revolucionaram a tecnologia, em sexto; em sétimo, o presidente da Nestlé, Ivan Zurita; em oitavo, Guilherme Leal, copresidente licenciado do Conselho de Administração da Natura; em nono lugar, o Presidente da Fiat, Cledorvino Belini; em décimo, Alessandro Carlucci, Presidente da Natura, única empresa a colocar dois de seus executivos entre os dez mais admirados de todo o Brasil.

Ali, no Teatro Casa Grande, Oscar Niemeyer, Chico Buarque, Beth Carvalho, Leonardo Boff expressaram o seu apoio a Dilma Rousseff como candidata a Presidente. O Teatro Casa Grande ficou inteiramente lotado, mais de mil pessoas na parte interna, mas muitos estavam na parte externa, de onde presenciaram aquela manifestação através de uma grande tela.

Entregaram à ex-Ministra Rousseff o manifesto de artistas e intelectuais pró Dilma, com mais de dez mil assinaturas.

E Dilma agradeceu dizendo: as canções que ouvi e os livros que li estão ali com esses cantores e artistas.

Foi bonito o momento em que Leonardo Boff, que falou antes de Rousseff, exaltou que, se a esperança com Lula venceu o medo, agora a verdade vai vencer a mentira. Leonardo Boff disse, de maneira muito significativa na manhã daquele dia: "Hoje pela manhã eu pedi um sinal a Deus. Se Oscar Niemeyer for ao encontro será um sinal infalível de que a vitória está garantida".

Felizmente, ali esteve Oscar Niemeyer para expressar, como tantos, a sua vontade de apoiar Dilma Rousseff assim como tantos outros que, nesses dias, com ele estiveram juntos, como: Paulo Betti, Dira Paes, Sílvia Buarque, Alceu Valença, Wagner Tiso, Otto, Yamandu Costa, Rosemary, Lia de Itamaracá, Margareth Menezes, Alcione, o cartunista Ziraldo, o diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa, Márcio Thomas Bastos, Celso Antonio Bandeira de Mello, Dalmo de Abreu Dallari, e dezenas de outros. Ali estava também Dulce

Maia, relembrando seu querido irmão, que também era irmão de todos nós, Carlito Maia, que, certamente, diria que todos nós precisamos uns dos outros.

Portanto, aqui, quero concluir, dizendo da minha convicção, com todo o respeito ao adversário José Serra, que Dilma Rousseff será sufragada Presidente do Brasil em 31 de outubro próximo.

Só quero pedir a todos os que apoiam tanto Dilma Rousseff quanto José Serra que se acalmem. Não vamos fazer qualquer agressão contra uma ou contra o outro.

Hoje, José Serra recebeu algum objeto na sua cabeça. Vi a foto dele numa manifestação. Parece que jogaram alguma coisa nele.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Isso ocorreu no Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – No Rio de Janeiro, teriam jogado alguma coisa leve, felizmente. Não houve ferimento grave, pelo que entendo.

Espero que não haja da parte dos nossos correligionários ou dos correligionários de José Serra qualquer tipo de agressão que venha a manchar o processo democrático que todos nós queremos viver com serenidade e com calma. E que possam os dois, sobretudo nos debates finais da Record e da Globo, expressar da melhor forma possível seus planos e propostas! Que povo brasileiro possa muito bem escolher qual será a Presidenta ou o Presidente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, que fez permuta com o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu quero primeiro agradecer ao Senador Antonio Carlos Valadares a gentileza de permitir comigo. Logo em seguida, ele poderá, portanto, usar da palavra.

E, falando logo depois do Senador Eduardo Suplyc, quero dizer que espero, dentro da democracia, que o resultado seja exatamente o oposto: que o candidato José Serra seja eleito Presidente do Brasil, dentro da perspectiva importante de consolidação da economia brasileira e das melhorias que o Brasil começou a partir do Plano Real. Ali, sim, nós tivemos uma modificação da realidade brasileira, e não é correto apropriar-se dos feitos que vêm de vários governos, esforços de vários partidos.

Eu quero ainda registrar a minha total solidariedade ao nosso colega, Senador Marconi Perillo, que ontem recebeu injustamente da parte do Presidente

da República uma série de acusações, de palavras que não são corretas que um Presidente use em relação a um Senador, candidato favorito para o Governo de Goiás.

Da mesma maneira, eu quero lembrar aqui que, quando Lula foi eleito em 2002, uma das primeiras providências que ele tomou foi agradecer e registrar que o Presidente Fernando Henrique tinha sido isento na eleição, não tinha interferido na eleição. Ele poderia muito bem copiar o Presidente Fernando Henrique, ser isento também nesse processo e não fazer o que está fazendo, uma interferência que não combina com a tradição brasileira.

Não se trata de uma eleição em que se deva dividir o Brasil em dois lados. Da parte do PSDB, nós nunca tivemos uma postura radical. Pelo contrário, somos cobrados até de que fazemos uma oposição que é uma oposição calma, média, moderada. É, na verdade, uma oposição moderna. Não é uma oposição raivosa.

Quem parte sempre para o radicalismo, toma o primeiro partido nessa linha, infelizmente, é o Partido dos Trabalhadores, que tem tomado essa iniciativa em vários momentos, que tem radicalizado, como foi o caso do próprio debate, em que quem começou de forma agressiva foi a própria candidata, cabendo a José Serra fazer a reação.

E quero aqui ainda, também, neste pronunciamento, manifestar a minha satisfação com o ato que tivemos em Belo Horizonte na última quinta-feira, em que o ex-Governador Aécio Neves, eleito Senador juntamente com o Governador Anastasia, com representantes de todos os partidos aliados do PSDB. Recebemos José Serra de uma maneira entusiasmada, com a presença de centenas de Prefeitos de toda Minas Gerais, de todos os partidos, de todas as regiões.

A campanha mudou de patamar, e nós vemos que aquele mesmo entusiasmo que levou Anastasia ao Governo de Minas numa grande virada também começa a se manifestar agora nas eleições presidenciais.

Aécio Neves está totalmente envolvido nessa disputa, assim como estamos todos nós seus companheiros de partido, nós que lutamos há muito tempo para que o Brasil tenha um governo moderno, um governo que não seja de um lado, que não seja de uma facção, que não seja de um partido, um governo que seja de todos os brasileiros, não um governo que seja de uma região. Precisamos ter um governo que entenda a realidade de todos aqueles necessitados do País. Assim, nós poderemos ter avanços significativos, como tivemos até hoje.

Os avanços que tivemos são, volto a dizer, fruto de uma série de providências. Nós tivemos, num

primeiro momento, a redemocratização do País com Tancredo Neves, em 1985, e é sempre bom lembrar que o PT esteve contra, votou contra Tancredo Neves; expulsou até seus Deputados que foram favoráveis à eleição de Tancredo naquele momento crucial da retomada da democracia brasileira. Mais à frente, o PT se recusou a assinar a Constituinte, que é a nova lei brasileira, que foi tão discutida aqui; depois mais à frente, foi contra o Plano Real e, se não fosse o Plano Real, não existiria Bolsa Família. Nós só temos hoje a possibilidade de ter uma realidade de prosperidade que o Brasil tem porque estão se colhendo os frutos do que foi plantado no passado.

Portanto, isso precisa ser repetido à exaustão, para que o brasileiro dê um voto de racionalidade, um voto da razão, um voto das pessoas que analisam o que é melhor para o País.

Quero, portanto, nessas rápidas palavras, trazer aqui essas informações sobre essa grande manifestação que ocorreu em Belo Horizonte, na última quinta-feira, a favor da candidatura de José Serra a Presidente da República, minha total solidariedade ao nosso colega Marconi Perillo...

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Azeredo, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ouço, com prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Eu queria dizer que, inclusive, meu pronunciamento foi também no sentido do de V. Ex^a hoje, mostrando que as coisas não começaram em 2003, nem nunca existiram antes na história deste País. É uma sequência que vem desde a época da redemocratização, do Governo que seria de Tancredo e que, depois, foi de Sarney, até agora. Foram muitas conquistas obtidas, principalmente aquelas de controlar a inflação. A maior vitória do País, de todos os tempos, desde sua independência, foi o controle da inflação. Portanto, foi uma vitória imensa e que possibilitou tudo o que está acontecendo hoje. Minha linha de raciocínio e de pronunciamento é exatamente a mesma de V. Ex^a. Também voltaria aqui a reiterar minha solidariedade ao nosso colega Marconi Perillo, pelas agressões verbais que sofreu do Presidente Lula, e também protestar contra a violência. Quando fiz meu pronunciamento, a informação era que houve agressão verbal ao candidato Serra, mas, na verdade, depois ficou claro que foi agressão física, ou seja, um grupo do CITSaúde, inclusive, tomou um rolo de adesivos do PSDB e agrediu o presidenciável Serra na cabeça. Ele, felizmente, não sofreu nenhuma consequência grave, mas é um absurdo o comportamento dos militantes do PT, um comportamento

agressivo, um comportamento absurdo. Não é o tom de campanha que queremos, nem do Presidente Lula, que está dando mau exemplo agredindo um colega nosso, nem também da militância do PT, que está fazendo agressões chegando a atingir inclusive o próprio candidato nosso à Presidência, o candidato José Serra. Então, endosso também as palavras de V. Ex^a em solidariedade tanto ao candidato Serra quanto ao nosso colega Marconi Perillo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos Júnior, agradeço seu aparte.

O Sr. José Bezerra (DEM – RN) – Senador?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Só um instantinho.

Senador Antonio Carlos Júnior, agradeço seu aparte e quero lhe dizer como a questão é irônica! Esses que agrediram o Serra hoje estavam com cartazes dizendo assim: "O pior Ministro da Saúde que o Brasil já teve". É brincadeira! Todo mundo reconhece que ele foi o melhor Ministro da Saúde que o Brasil teve nos últimos tempos.

Isso mostra a radicalização, que não está vindo de nós. Está vindo do outro lado.

Senador José Bezerra, com muito prazer.

O Sr. José Bezerra (DEM – RN) – Quero prestar também solidariedade e endosso as palavras de V. Ex^a. Anteriormente, quando o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior falou, já fiz um aparte nesse sentido. Quero dizer que esse clima de radicalização que está havendo na campanha é um exemplo de cima. Se o Presidente vai a todo o Estado denegrir o cidadão que é candidato, não dá um exemplo condigno à Nação como Presidente, como estadista, que ele deveria ser, os exemplos de violência vão se sucedendo. E isso vai criando um clima que pode ir para um lado muito perigoso, porque agora se passou da agressão verbal para a agressão física. Essa história de boas maneiras, como eu já disse aqui – o senhor não estava presente –, algum amigo do Presidente Lula deveria tentar matrículá-lo na Socila, antiga escola de boas maneiras, de como se comportar, que existia no Rio de Janeiro. Eram essas as palavras.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado.

Quero ainda só lembrar...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, Senador Valadares. Eu já ia falar agora sobre um assunto de relações exteriores.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Com referência a esse episódio...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Do Rio de Janeiro, da agressão.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...ocorrido no Rio de Janeiro, uma agressão desnecessária a um candidato à Presidência da República, quero me solidarizar com V. Ex^a, com o seu partido. Sabemos das divergências que existem entre o PSB, que apoia Dilma, e o PSDB, que apoia o candidato Serra. Mas, de maneira nenhuma, essa divergência descamba para outro campo que não seja o da política. Por esse motivo, lastimo que isso tenha acontecido no Rio de Janeiro. Não é propósito nem objetivo da campanha presidencial de Dilma Rousseff provocar assuntos tão lamentáveis como esse, mesmo porque isso aí não ajuda nada. Só faz criar clima desnecessário de radicalismo que destoa do comportamento da nossa candidata. Nossa candidata faz uma campanha respeitosa; ela faz uma campanha dentro dos limites da convivência democrática, respeitando seu adversário. Existem as críticas, que são normais; existem os debates que, às vezes, são acalorados ou mais duros. Entretanto, de maneira nenhuma resvala para atitudes dessa ordem, que não condizem com a boa prática democrática. Por isso, quero, como Líder do PSB, lamentar esse acontecimento. Tenho certeza absoluta de que esse é o mesmo pensamento do Presidente Lula e é o mesmo pensamento da nossa candidata a Presidente, Dilma Rousseff, que tem uma boa convivência, sempre teve uma boa convivência com o ex-Governador de São Paulo José Serra. Lamento que isso tenha ocorrido e apresento a V. Ex^a, em nome do PSB, nossa solidariedade, e que fatos como esse não venham mais a acontecer, em nenhum momento, durante esta campanha.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos, é muito importante sua palavra, porque ela vem exatamente em nome de um partido, do PSB, e precisamos, exatamente, fazer uma campanha de alto nível.

O Presidente da República fica dizendo que quer uma campanha de alto nível. Então, ele tem que começar pedindo aos seus companheiros que não façam dessa forma, ou mesmo, no caso específico de Goiás, que ele não dê o exemplo, pela maneira como ele agrediu verbalmente nosso colega Marconi Perillo.

Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Azeredo, ainda há pouco, justamente, expressei a importância de haver um comportamento civilizado, sereno, por parte de todos aqueles que participam dessa campanha eleitoral. Tem havido provocações que, muitas vezes, passam da conta. Eu, por exemplo, fui comunicado por meu filho André Suplicy

que um advogado estava enviando para ele, muito provavelmente tendo obtido a lista de e-mails da OAB, que, no ano passado, resolveu liberar para todos os que eram candidatos a lista completa de advogados do Brasil, e, com isso, algumas pessoas passaram a utilizá-la. Isso foi feito para algumas chapas inscritas para a direção da OAB. Informou-me o Presidente da OAB que houve chapas que se inscreveram só para obter aquela lista. Pois bem, um advogado passou a enviar uma série de mensagens de campanha eleitoral. Algumas com notícias verdadeiras e outras inteiramente falsas, como, por exemplo, a que pude detectar. Até, ontem, transmiti ao Frei Betto, até porque eu tinha lido o artigo de Frei Betto, da *Folha de S. Paulo*, que li da tribuna hoje, em que esse advogado dizia o seguinte: “Eis o artigo de Frei Betto, com as três razões para não votar em Dilma Rousseff”. Enviei ao advogado, tendo conhecimento daquele episódio, e aos Presidentes da OAB/SP e da OAB nacional, aquela comunicação feita, com um artigo apócrifo, ou seja, atribuindo-se a Frei Betto um artigo que não era dele. Para se ver que algumas pessoas estão realizando um abuso. Então, quero reiterar aqui minha recomendação para todos agirem de maneira civilizada e respeitosa. Eu gostaria de informar que, ainda hoje, aqui, no Hotel Nacional, também a candidata Dilma Rousseff foi objeto de protestos, não de maneira violenta, mas com um grupo do Greenpeace e outros que, com cartazes, pediram a ela que assinasse um documento pelo desflorestamento zero e para mais alguns termos. Alguns quiseram até dizer “fora, tucanos”, mas ela, então, de pronto, disse: “Não, deixe-os aí. Não há problema. Podem se expressar”. Mas, no que diz respeito à forma de chegar e dizer a ela “olha aqui, assina aqui”, ela disse: “Isso não é a melhor maneira de se proceder, porque um documento precisa ser analisado”.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, evidentemente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Aquilo lá era uma manifestação que, naqueles termos, provavelmente também o candidato José Serra não ia assinar sem melhor exame e estudo. Então, é preciso que, entre todos, haja o comportamento mais respeitoso. Com respeito às palavras do Presidente, é possível que tenha havido razões, no relacionamento entre o Presidente e o candidato a Governador, Senador Marconi Perillo, e que o Presidente tenha percebido que houve alguma ação que precisaria ser melhor esclarecida, para que ele, ali, falasse da maneira como falou. Acho que é importante que isso seja esclarecido, mas reitero a importância de todos os lados agirem com respeito para com o povo brasileiro, para com os seres humanos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Isso é fundamental, Senador Suplicy.

Aproveito a sua intervenção, que aborda a questão da Internet e dos e-mails, para falar exatamente deste ponto: a guerra que está acontecendo na Internet não consegue chegar aos autores. Sabe por quê? Porque o seu partido e o Governo que V. Exª apoia não deixam o projeto que nós aprovamos aqui, há dois anos, em julho de 2008, ser aprovado na Câmara. Essa é a realidade.

O PT está reclamando, agora, da guerra na Internet, mas nós não conseguimos chegar aos autores da guerra na Internet porque o próprio PT não deixa aprovar um projeto que já foi aprovado, aqui, pelo Senado. Essa é a verdade, Senador Suplicy. Foi um projeto de que o Senador Mercadante foi Relator, junto comigo. Eu fui Relator em três Comissões e o Senador Mercadante o foi em outra. Aí, espalhou-se uma boataria de que o projeto seria contra os direitos individuais, de que o projeto seria a favor da censura. Uma coisa mentirosa. Não existe nada disso no projeto.

O projeto é para tipificar os crimes, é para se poder chegar em quem abusar. Aí, veio essa verdadeira paranoia, essa confusão de querer dizer: "Não, isso é censura na Internet." Não é censura na Internet, não. É para evitar o que V. Exª está colocando aí: a chamada guerra suja da Internet.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É importante poder estudar bem isso e como compatibilizar a liberdade de expressão com a utilização da Internet. Então, quem sabe, à luz dessa experiência toda que está havendo, possa-se refletir melhor e se chegar a um entendimento, a um aperfeiçoamento da lei sobre a Internet.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Que sempre foi o nosso objetivo. O meu objetivo sempre foi este: respeitar a liberdade de expressão e respeitar a privacidade, mas dar condições à Justiça e à polícia de poder ir atrás de quem estiver usando a Internet para o mal. Lamentavelmente, me chamam de tudo, me chamam de censor, de tudo. É disso que eu sou acusado.

Senador João Faustino, ouço-o com muito prazer.

O Sr. João Faustino (PSDB – RN) – Senador Eduardo Azeredo, primeiro, eu gostaria de me solidarizar com o nosso candidato José Serra, que hoje, no Rio de Janeiro, foi alvo de agressões, inclusive físicas. Segundo, quero fazer um apelo, um apelo à Nação, um apelo aos dirigentes deste País.

O nosso partido foi Governo e soube exercer o Governo com equilíbrio, com respeito às liberdades individuais, conduzindo o processo eleitoral da forma mais legítima e equilibrada, oferecendo ao País e à cidadania exemplos de democracia e de liberdade. Soubemos exer-

cer o mandato presidencial pelas mãos, pela inteligência e pela competência do Presidente Fernando Henrique Cardoso, considerado, na época, o estadista, o chefe de Estado mais preparado do mundo. Soubemos e ensinamos isso. Hoje, nós estamos vivendo um processo eleitoral totalmente diferente daqueles presididos pelo PSDB. O radicalismo tomou conta das ruas. Parece que querem permanecer no poder não pela via da liberdade. A vitória com liberdade é a vitória legítima e a vitória pela violência, pela força, é uma vitória mitigada, uma vitória pequena, uma vitória insignificante. Eu queria dizer a V. Exª que nós repudiamos tudo isso que estamos presenciando de violência, de mentiras, de falsidades, nessa eleição. O processo eleitoral para representar o interesse democrático, a legitimidade democrática tem de ser um projeto que expresse liberdade, liberdade com equilíbrio, liberdade com responsabilidade, liberdade com a força da democracia que queremos neste País. Agradeço a V. Exª o aparte.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu agradeço, Senador João Faustino. É exatamente esse caminho, o do Brasil para os brasileiros todos, não o do Brasil para alguns brasileiros ou para uma parte dos brasileiros. Esse é o caminho que nós queremos.

Termino o meu pronunciamento, Sr. Presidente, só lembrando que na Comissão de Relações Exteriores, que tenho a honra de dirigir, hoje, tivemos uma reunião na parte da tarde. Dois Embaixadores foram aprovados: o Embaixador Ricardo André Vieira Diniz, que vai para Granada, e a Embaixadora Mitzi Gurgel Valente da Costa, que vai para a Embaixada de Omã. São duas novas embaixadas. Na verdade, Granada já começou no ano passado e os Embaixadores terão a primeira oportunidade como embaixadores.

Então, nós conseguimos, nesta semana, que a Comissão tivesse funcionamento normal. Agora, aguardaremos a aprovação e votação aqui no plenário.

Muito obrigado, Presidente.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares. Desculpe-me se me estendi um pouco aqui, por conta dos apartes, inclusive o de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, no dia 3 de novembro.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a *Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009*.

2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 278, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 411, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a *Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010*.

3**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 279, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 412, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a *Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010*.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pro-

nunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista*.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

8

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante resarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

-de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

-de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

-de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).*

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.*

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art.*

1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimen-*

to de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

-da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

-de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 -Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para*

pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

-de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e
-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 -Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,

Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 –Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 -Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade combinada aos

que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Sthessarenko, que acrescenta dispositivo à *Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades)*, para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da *Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade)*, para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da *Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990*, para determinar a inelegibilidade, nas eleições

subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008–Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea *j* ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008–Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008–Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos paren-

tes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008–Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Stihessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008–Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008–Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea *g* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *b* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em

questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 -COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 -CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

-de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 -COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei

no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Sobre a mesa, requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, que passo a ler.

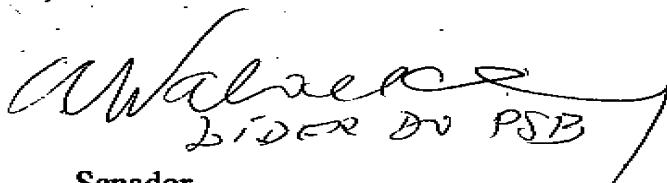
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 831, DE 2010

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-senador Passos Porto.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;**
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Sergipe**

Sala das Sessões, em



Senador

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – O Senador Antonio Carlos Valadares requer a inserção em Ata de voto de profundo pesar e também a apresentação de condolências à família do ex-Senador Passos Porto e ao Estado de Sergipe. Esse, portanto, é o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex^a para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é do meu dever assinalar que faleceu e foi sepultado em Itabaiana o ex-Senador Passos Porto, uma figura admirável, um homem cortês e elegante no trato, um político de escol, dos mais preparados que já houve na política de Sergipe. Vivenciando o Congresso Nacional, seja como Deputado Federal, seja como Senador da República, mostrou sua competência, sua dedicação, seu devotamento e seu idealismo na defesa das causas mais justas de Sergipe e do Brasil.

O Senador Passos Porto teve uma imensa participação no fortalecimento do municipalismo brasileiro, porque sempre reivindicou, da tribuna da Câmara e também da tribuna do Senado, um tratamento diferen-

ciado para o exercício da autonomia política e financeira dos Municípios.

É verdade que ele, na sua luta, conseguiu o êxito necessário, porque foi o próprio regime discretionaryário que reconheceu a força desse discurso, desse ideário de colocar na Constituição de 1967 a criação do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, esse Fundo que veio, sem dúvida alguma, fortalecer substancialmente as finanças dos Estados e dos Municípios, notadamente dos Municípios mais pobres.

O Senador Passos Porto pontificou na política como homem que se elegia ano a ano para Deputado Federal sem fazer maiores dispêndios financeiros, porque se tratava de um homem da classe média, de um homem pobre, de um homem simples, que fazia seu proselitismo político nos encontros diários que mantinha com nosso povo em Aracaju, no interior do Estado, levando para nossa querida terra de Sergipe tudo aquilo que ele conseguia de recursos com seu prestígio junto ao Governo Federal.

Municípios e mais Municípios de Sergipe, hoje, sentem a falta dele, porque Passos Porto, realmente, como político, cumpriu com seu dever e foi um exemplo, um retrato vivo da honestidade, do trabalho e do amor que dedicou durante toda a sua vida ao nosso querido Estado de Sergipe.

Como eu dizia, ele não só exerceu atividades como Parlamentar – foi Deputado Federal e Senador –, como também, em Brasília, licenciou-se do cargo de Deputado Federal para exercer as altas funções de diretor da Novacap. A construção de Brasília, que teve a participação direta de Israel Pinheiro, que depois foi Governador de Minas Gerais, também teve a participação direta do brasileiro e grande sergipano Passos Porto. A configuração executiva da nossa Capital Federal muito deve, portanto, à atuação marcante do Senador Passos Porto, que trabalhou com carinho, com ética, com decência, jamais se locupletando de função tão importante, de missão executiva tão relevante, para seu próprio benefício. Tanto isso é verdade, que ele morreu como homem simples, homem pobre, sem maiores condições financeiras, a não ser a aposentadoria que conseguiu, com muita luta, com muito trabalho, com muito merecimento.

Além disso, o Senador Passos Porto chegou a exercer, também com o exemplo e o padrão de sua conduta ética, um alto cargo nas funções do Senado Federal: Diretor-Geral do Senado. Ainda há pouco, eu estava conversando com o Presidente Sarney, que me estava lembrando da categoria, da competência, da lisura de um sergipano que exerceu ativamente essa função de Diretor-Geral do Senado, deixando um exemplo edificante de como se deve dirigir uma Casa legislativa, como ele dirigiu, durante muitos anos, o Senado Federal. Ele foi Diretor-Geral da Casa de 1987 a 1991, por quatro anos, portanto. E, ainda hoje, fala-se da sua atuação histórica; ainda hoje, registra-se sua passagem no âmbito do Senado Federal como Diretor. Ele era um homem dedicado também à defesa dos postulados do funcionalismo público federal. Ele era um dos grandes defensores no Congresso Nacional da causa do funcionalismo público.

Portanto, minha palavra é de homenagem, minha palavra é de saudade, minha palavra é de reconhecimento e de gratidão por esse trabalho tão primoroso, histórico, realizado como político, como administrador, por esse sergipano ilustre, que honra a história do nosso Estado, que dá exemplo às gerações futuras de como essas gerações devem se comportar nas missões que lhes forem delegadas pelo povo e pelas autoridades.

Expresso minha saudade e meu agradecimento a esse grande brasileiro, a esse grande sergipano, a esse meu amigo das hostes da União Democrática Nacional (UDN), quando participou como militante desse grande Partido, sempre com lealdade ao líder maior em Sergipe dessa agremiação política que fez história no Brasil, o ex-Senador e também ex-Governador Leandro Maciel.

Eram essas minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT-AM)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Pela Liderança do PSB, concedo a palavra a V. Ex^a, sobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/

PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha presença nesta tribuna, neste momento, tem como objetivo fazer uma síntese de um projeto a que dei entrada nesta Casa, o Projeto de Lei nº 258, que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e que dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Sr. Presidente, essa é mais uma iniciativa que parte deste Senador em defesa do meio rural e do produtor rural, notadamente do pequeno produtor rural. O projeto institui, como eu disse, a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural, com o propósito de qualificar a intervenção do Estado nos espaços rurais do Território Nacional, estabelecendo normas gerais voltadas à implementação de planos, de programas e de ações que visem ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País e à realização da dignidade de todos, sem distinção.

O projeto é inspirado no resultado de dez anos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e, especialmente, do processo participativo de debates e elaborações que culminaram na realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, em junho de 2008, na cidade de Olinda, Pernambuco. Foram mais de 30 mil participantes em todas as etapas, incluindo uma diversidade de representações: agricultores, assentados, camponeses, comunidades quilombolas, jovens, idosos, povos indígenas, agroextrativistas, pescadores artesanais, representantes de empreendimentos cooperativos e da economia solidária, comerciantes, industriais, agentes de saúde, professores e representantes do Poder Público Federal, Estadual e Municipal de todo o País. Destacou-se a expressiva participação das mulheres em 40% do total de participantes. Foram realizadas 230 conferências municipais, intermunicipais e territoriais, 26 conferências estaduais e quatro eventos nacionais sobre cooperativismo solidário na dinamização econômica dos territórios rurais, população quilombola e mulheres, além da I Conferência Nacional, que lançou as bases para a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Trata-se, Sr. Presidente, da proposta de uma política que poderá ser considerada o verdadeiro “PAC

social" do meio rural brasileiro. Isso porque a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural institui o conjunto normativo necessário para a implementação de políticas integradas para o desenvolvimento rural, que passa a ser abordado em suas três dimensões simultâneas: a econômica, que significa a produção agropecuária e não-agropecuária – industrial e de serviços; a ambiental, das relações com a natureza; e a social, dos modos de vida de organização social e produção cultural. Então, essa política abarca três direções: a econômica, a ambiental e a social.

A Política de Desenvolvimento do Brasil Rural reconhece a diversidade existente no meio rural – seja no aspecto econômico, seja no social, seja no ambiental – e aposta no respeito e na valorização dessa diversidade para construir um projeto de futuro, para o Brasil rural, que seja parte de um projeto de desenvolvimento nacional. Esse projeto deve ser capaz de garantir condições dignas de vida às populações que optarem por trabalhar e viver nas áreas rurais do País.

A visão de futuro contida na proposta aprovada pelo Condraf em 24 de fevereiro de 2010 vale ser aqui reproduzida:

O Brasil rural é um lugar de gente feliz. Nele, os cidadãos e cidadãs que habitam os espaços rurais brasileiros estabelecem relações sociais fundadas no respeito às diferenças, convivem respeitosamente com a natureza, protegem e desfrutam da biodiversidade e contribuem para a melhoria da qualidade ambiental. Têm plena capacidade de exercer sua cidadania, cumprem seus deveres e seus direitos constitucionais são assegurados. Cooperam com a construção democrática e participam da gestão social dos territórios rurais. Preservam e difundem o patrimônio e a diversidade cultural dos seus povos. Têm acesso a políticas públicas de qualidade. Desenvolvem uma multiplicidade de atividades econômicas com base em relações de cooperação solidária, produzindo e consumindo com ampla responsabilidade social e ambiental. Estão afirmativamente integrados ao conjunto da sociedade, tendo o seu apoio e comprometimento. Contribuem para a soberania e segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento nacional e a manutenção do território brasileiro.

Este é o ideário do Brasil rural: um lugar de gente feliz.

A realização da visão de futuro reproduzida acima interessa e beneficia a toda a sociedade: trata-se de garantir a segurança alimentar e nutricional, o fortale-

cimento do mercado interno, a exportação de produtos agropecuários, a preservação da biodiversidade, a reprodução do patrimônio cultural das populações rurais e a manutenção da diversidade territorial dos espaços rurais. A dinamização do Brasil rural beneficia não só os segmentos sociais que trabalham e vivem dos resultados derivados de suas atividades agropecuárias, florestais e extrativistas, como também os segmentos urbanos dos Municípios dinamizados economicamente pelas atividades produtivas praticadas nesses territórios.

Na próxima década, o mundo deverá viver uma nova onda de êxodo rural – isso é importante assinalar. O mundo deverá viver uma nova onda de êxodo rural na próxima década, de acordo com o alerta que foi feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 12 de setembro deste ano. Os governos deverão estar preparados, pois a previsão é de que 30 milhões de pessoas por ano deixem o campo em direção às cidades. Vejam, a previsão é de que 30 milhões de pessoas deixem o campo em direção às cidades! O impacto sobre a economia será profundo, impondo desafios como a ampliação da infraestrutura urbana adequada e a criação de empregos em grande escala, se não se quiser ver aumentar a pobreza.

Entre os principais fatores que estariam levando milhões para as cidades, são apontados "a falta crônica de acesso à terra, queda de produtividade e de renda, além de problemas ambientais". O fluxo migratório, porém, pode ser evitado ou reduzido – o êxodo rural –, com instrumentos que proporcionem o aumento da renda e da qualidade de vida no campo, o que passa pelo planejamento e pela execução participativa do desenvolvimento rural.

O projeto a que estou me referindo, a que dei entrada, vem estabelecer os princípios, os objetivos e as diretrizes da ação pública voltada a proporcionar uma vida digna aos moradores dos territórios rurais, estimular a sua fixação, a sua permanência nesses territórios, evitando, assim, o êxodo rural e os efeitos danosos à nossa sociedade e às pessoas que vivem no campo.

Nos últimos anos, um conjunto de políticas públicas setoriais tem sido implementado no meio rural, propiciando uma diversificação dos instrumentos, a ampliação dos recursos aplicados, uma distribuição mais equilibrada dos investimentos e a democratização do acesso da população às políticas públicas. O modelo de desenvolvimento rural – já estou terminando, Sr. Presidente – que vem sendo adotado desde 2003 articula políticas agrícolas, agrárias e de cidadania. Com um

conjunto de programas de crédito, de assistência técnica, de seguros e de compra direta, articuladas com programas de infraestrutura e regularização fundiária, de acesso à educação e aos direitos da cidadania, a agricultura familiar adquiriu uma força econômica fundamental para a segurança alimentar dos brasileiros e para o desenvolvimento do País.

Há alguns números que mostram a importância da agricultura familiar. O Censo Demográfico do IBGE, de 2006, identificou mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais da agricultura familiar que, embora ocupem apenas 24% da área total, respondem por 38% da renda gerada no campo – vejam, 24% da área total respondem por 38% da renda gerada no campo! Quer dizer, quase 40% de tudo que é gerado no meio rural vem da agricultura familiar. Como é importante esse apoio à agricultura familiar! –, empregando 12,3 milhões de pessoas, ou seja, 74,4% da mão de obra do campo.

É incrível como este País vem se modernizando no campo através de uma agricultura que se disseminou em todos os Estados, em todos os Municípios, e que responde, de forma decisiva, para o fortalecimento da nossa economia no meio rural!

Não obstante o reconhecimento dos avanços ocorridos no Brasil rural, é preciso construir uma política de Estado – não é uma política de governo, uma política de Estado. É preciso que o Estado brasileiro, notadamente por intermédio da União, elabore e execute planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, como manda a Constituição Federal em seus artigos 3º e 21, Inciso IX. A Política de Desenvolvimento do Brasil Rural vem propor os princípios, objetivos e diretrizes para a elaboração desses planos, orientando a integração do mundo diverso que é o mundo rural brasileiro como forma de redefinir o lugar estratégico a ser ocupado pelos espaços rurais na persecução dos objetivos fundamentais da República.

É preciso superar a visão do rural como espaço residual urbano e associado exclusivamente à produção agropecuária. A visão dicotômica entre o rural e o urbano concebe o meio rural como subsidiário, secundário e inferior em relação ao espaço urbano. Tanto é assim que a noção comum de desenvolvimento é associada e até mesmo confundida com a ideia de urbanização.

A concepção do rural, no entanto, que fundamenta a abordagem da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural tem uma outra dimensão. Ela é multidimensional e integrada. Ela valoriza a rica diversidade do território nacional. Ela trata o rural a partir dos seus três atributos básicos e simultâneos: o espaço da produção, o espaço

de relação com a natureza e o espaço da produção e reprodução de modos de vida diferenciados.

A experiência de desenvolvimento do meio rural demonstra que políticas ou programas setoriais fragmentados não são suficientes. São necessárias ações integradas, asseguradas por uma política transversal e nacional. A experiência recente do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) e do Programa Territórios da Cidadania (instituído pelo Decreto de 25 de fevereiro de 2008), que também inspiram esta proposição, comprova o potencial de transformação contido na gestão transversal de políticas sociais de desenvolvimento humano.

Eu queria ainda acrescentar, para nossa alegria e para regozijo deste Senado, da Câmara dos Deputados, deste Congresso Nacional, que para dar suporte a todos esses programas voltados para a melhoria da alimentação e da segurança alimentar, foi aprovada, dentro da nossa proposta, a inclusão, dentro dos direitos fundamentais do cidadão e da cidadã brasileira, do direito à alimentação.

Essa proposta, portanto, está sendo apresentada dentro do espírito generoso construído pela Constituição de 1988. O espírito solidário, o espírito de integração, o espírito de fortalecimento do meio rural como condição indispensável para resolver tantos problemas sociais que se acumulam ao longo dos anos, por falta justamente de um projeto nacional que inclua o projeto rural como um projeto de natureza especial, que deve se revestir de um tratamento diferenciado, visando à fixação do homem ao campo, a evitar o meio rural, à inchação das grandes cidades e às conquistas sociais, que devem ser para todos.

Não há diferenciação entre brasileiros do campo e brasileiros da cidade. Cada um, exercendo a sua atividade, tem que ter amparo nas políticas e nos projetos que são implementados pelos governos. Não uma política de governo, mas uma política nacional, que será, sem dúvida alguma, objeto deste projeto.

Espero que o Senado Federal, que tem dado uma grande contributo ao desenvolvimento do meio rural, do cidadão e da cidadão que vivem no interior do Brasil, possa dar uma resposta positiva, aprovando esta matéria, que, tenho certeza absoluta, merecerá o maior apoio, a maior consideração e, através dos debates, um aperfeiçoamento natural, para que possamos incluir, entre as grandes matérias do Congresso Nacional, este projeto, o Projeto de Lei nº 258, que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e que dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Sr. Presidente, sou um homem que nasceu no interior. Nasci num povoado, um dos mais pobres de Sergipe, o povoado Pau de Leite, onde fui criado, onde dei meus primeiros passos. E, mesmo depois, já na juventude, já como estudante, quantas vezes eu, durante as férias, ajudava meu pai no plantio e na colheita do algodão, ele que era um plantador de algodão no Município de Simão Dias! Tenho, então, a honra e a alegria de, com a participação do Condraf, com a participação do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a participação de um sergipano, companheiro e amigo, Humberto

Oliveira, que me incentivou a apresentar este projeto, com a participação da Contag, do seu Presidente e de todos os seus diretores, de apresentar esta matéria, a grande alegria de complementar uma parte do trabalho que o Senado vem fazendo em favor dos trabalhadores e produtores rurais, em defesa do fortalecimento e da prosperidade do meio rural em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)
– A Presidência defere o Requerimento nº 832, de 2010, de retirada do Requerimento nº 445, de 2010.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO N° 832, DE 2010

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 445, de 2010, o qual requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007, por versarem sobre o mesmo assunto.

Brasília, de junho de 2010

Senador Romero Jucá

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– O Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007, retorna ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e

O Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, uma vez que já se encontra instruído pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, continua aguardando inclusão em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex's serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada, "Sígilo de filha

de Serra foi violado com papel falso", publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 02 de setembro de 2010.

A matéria destaca que o falso procurador que pediu acesso aos dados teve quatro CPFs cancelados e acumula 16 processos, seis deles na área criminal.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sígilo de filha de Serra foi violado com papel falso

★ RECEITA ADMITE FALSIFICAÇÃO ★ DOCUMENTO TEM ERROS ★ TABELLÃO DIZ TABELLÃO ★ PIVO TEM DUAS CONDENAÇÕES

★ RECEITA ADMITE FALSIFICAÇÃO ★ DOCUMENTO TEM ERROS
'GROSSEIROS', DIZ TABELLÃO ★ PIVO TEM DUAS CONDENAÇÕES

Falso procurador que pediu acesso aos dados teve 4 CPFs cancelados e acumula 16 processos, 6 deles na área criminal

DE BRASÍLIA
Por LUCAS FERREIRA

A Receita Federal quebrou o sigilo fiscal da filha de Serra, filha do candidato a presidente José Serra (PSDB), com o apoio de Fábio Bisognin, do 1º Tabelião de Notícias da Capital, que fez a adulteração na procuração de Verônica Serra, de 16 anos, que é ré no caso. O técnico em contabilidade de Antônio Carlos Atella Ferreira, que é presidente da procuradoria da filha, pediu que a Receita os dados sigilhos da filha do candidato. Com o diretor que é falso em mês, em 30 de setembro de 2009, a servidora Lúcia Mário da Silva, que mora em São André, coletou os declarações de Imposto de Renda (IR) de Verônica Serra, das suas exercícios de 2007 a 2009, e repassou-as a Fábio Bisognin. Apesar de a Receita ter avisado que o documento não era de competência, o tabelião, que "conhece falsificações" da assinatura de Verônica. O documento foi entregue ao delegado da Polícia Federal, que investiga o caso.

A mídia noticiou que a servidora Lúcia Mário reconheceu que o documento não era o original, e que o falso procurador que pediu acesso aos dados teve 4 CPFs cancelados e acumula 16 processos, 6 deles na área criminal. Serrinha, que recusou essa documentação e não se pronunciou, informou que o tabelião que é falso em mês, com o diretor que é falso em mês, em 30 de setembro de 2009, a servidora Lúcia Mário da Silva, que mora em São André, coletou os declarações de Imposto de Renda de Verônica Serra, das suas exercícios de 2007 a 2009, e repassou-as a Fábio Bisognin.

CRIMES E DIVINAS. O historiador que pediu que fosse quebrado o sigilo da declaração de renda de Verônica Serra é o delegado monitório, segundo policiais civis da Força Tática, que foi condenado duas vezes em 1975 (por lesões corporais leves e seduções) e em 1977 (por crime classificado como estupro), teve quatro CPFs cancelados e acumula 16 processos, 6 deles na área criminal.

Não chegou a ser preso por estupro, mas ficou preso por períodos curtos (30 dias de prisão) no caso de lesão



FÁBIO TADEU BISOGNIN, tabelião, 1º Tabelião de Notícias da Capital, que fez a adulteração na procuração de Verônica Serra, de 16 anos, que é ré no caso. O tabelião que é falso em mês, em 30 de setembro de 2009, a servidora Lúcia Mário da Silva, que mora em São André, coletou os declarações de Imposto de Renda de Verônica Serra, das suas exercícios de 2007 a 2009, e repassou-as a Fábio Bisognin.

corimbo não é do tabelião indicado

Assinatura falsa de Verônica

Quem é Atella Ferreira, 62

► Técnico em contabilidade

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

INÍCIO DE 2005 DE DOCUMENTOS EM

GOLPES

► JÁ FOI CONDENADO

POIS TEVE CINCO PESOS

APROVADO, INDEBITA

EDUCAÇÃO DE MEIO CRIME

INÍCIO DE 2005

DE 2005

► TÉCNICO EM

CONTABILIDADE

► JÁ TEVE QUATRO CPFs

CANCELADOS, UM

VAZAMENTOS NA RECEITA

QUEM TEVE O SIGILO VIOLADO

LIGAÇÕES AO PSDB

Eduardo Jorge, vice-presidente nacional do PSDB

Mendonça de Barros, ministro no governo FHC

Ricardo Sérgio, ex-arrecadador de Serra em 1994 e ex-diretor do BB

LIGADOS A SERRA

Gregório Marin Preciado, casado com prima de Serra

Verônica Serra, filha de José Serra

QUEM SÃO AS SERVIDORAS INVESTIGADAS

Agência de Mauá

Antônia Aparecida Neves. Dona da senha com a qual foram acessados dados de EJ

Adeilda Ferreira Dona do computador nos quais os dados foram acessados

Ana Maria Caroto. Assim como Adeilda, tinha acesso à senha de Antônia

Agência de Santo André

Lúcia de Fátima Milan. Acessou dados de Verônica com procuração falsa

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1 Qual o prazo para o fim da investigação? A corregedoria do fisco tem 60 dias a partir de 29 de setembro. O PF não tem prazo

2 Só pessoas ligadas ao PSDB tiveram os dados acessados? Não, dados de 100 pessoas foram acessados sem motivação profissional

3 Qual a diferença entre as agências? A de Mauá, fechada para reforma, é subordinada à de Santo André

PERGUNTAS AINDA NÃO RESPONDIDAS

1 O que foi feito com os dados fiscais de Verônica e dos outros três ligados a Serra?

2 As violações tiveram motivação política ou fazem parte de um balcão de compra e venda de dados do fisco, como disse o corregedor do órgão?

3 Como os documentos de EJ chegaram à campanha de Dilma?

4 Qual a motivação de Atella para solicitar os dados de Verônica?

ENTENDA O CASO

12 jun
Folha revela que cópias de declarações sigilosas de IR de Eduardo Jorge circulavam pela pré-campanha de Dilma

25 jun
Receita anuncia investigação na qual acusa duas servidoras e revela que outras pessoas tiveram dados acessados

30 ago
Corregedoria acusa formalmente mais duas servidoras, uma delas acessou dados da filha de Serra

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Srs e Srs Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo “Com todo o carinho: cala a boca, Dilma!” na coluna Nossa Política, na revista *Época*, em sua edição de 21 de junho de 2010.

Segundo o artigo, de autoria do jornalista Guilherme Fiúza, seria muito interessante a criação de uma campanha no *Twitter* disseminando a mensagem “Cala a boca, Dilma”, o que poderia salvar o Brasil de um grande engano. Para Guilherme Fiúza esse simples ato “funcionaria como uma campanha de utilidade pública – contra a extinção do bom-senso”. Não se trata de uma campanha de cerceamento, pois, como

afirma o jornalista, o direito de Dilma continuar falando pelos cotovelos é sagrado. Seria apenas uma forma de contrapor, via microblog, a série de incoerências ditas pela candidata do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Nossa Política
Guilherme Fiúza

Com todo o carinho: cala a boca, Dilma!

GRANDE SUCESSO MUNDIAL DO TWITTER
No embalo da Copa da África do Sul, é o brado “Cala a boca, Galvão!”. A provocação ao narrador Galvão Bueno, da TV Globo, foi replicada por todo o planeta à partir de uma fraude. Ante a curiosidade inicial de usuários estrangeiros em torno do significado da mensagem, um grupo de brasileiros explicou na rede social: Galvão é uma ave ameaçada de extinção, e “calá a boca” quer dizer “salve”. A adesão em massa ao falso slogan pode ser um ótimo precedente para o combate à fraude na política brasileira.

A disseminação da mensagem “Cala a boca, Dilma!” poderia salvar o Brasil de um grande engano. Não é à toa, claro, de embalar a voz da candidata de Lula. Seu direito à continuidade falando pelos cotovelos é sagrado. Mesmo quando é finta, como no discurso oficial de sua candidatura, que recebeu elogios internacionais “com honra de todos os brasileiros do Brasil”. A brasileira que não se lembra de ter passado essa procuração a Dilma Rousseff que reclama de abuso.

Nada de terceirismo. Como no “Cala boca galvão” (a grada exata no Twitter), o novo slogan também teria seu significado cifrado: “Cala a boca, Dilma!” seria traduzido como “salve-nos da fatação”.

Funcionaria como uma campanha de utilidade pública – contra a extinção do bom-senso. Sempre que a procuradora das mulheres brasileiras soltasse uma de suas verdades feitas em casa, quem notasse o ultrabando dispararia no Twitter: “Cala a boca, Dilma!” – com link para a falácia em questão. E se alguém, por exemplo, na tal festinha partidária em Brasília que “celebrou a mulher brasileira”, a candidata do PT declarou o seguinte sobre os 500 mil a Lula (Antes de Lula): “Historicamente, quase todos os governantes brasileiros governaram para um terço da população”. Se você por aí se incomodou com o chute estatístico, ou com o vértice acadêmico “historicamente” falificado, não perca tempo pedindo recorso aos deuses do IBGE. Apenas diga – com todo o respeito – “Cala a boca”.

A disseminação da mensagem “Cala a boca, Dilma” poderia salvar o Brasil de um grande engano

“Dilma!” e jogue a castiga no Twitter. Todo mundo vai entender.

Deesa forma, você vai economizar três terços de seu tempo, historicamente gasto com uma argumentação que ninguém duve. Para que lembre que os lulaístas de Vargas tiveram muito mais abrangência do que as bolsas bondosas de Lula? Ou que o Plano Real de Fernando Henrique empurrou 100% dos brasileiros para uma vida melhor? Ou mesmo que os militares treinam o Brasil in-

terior com a Empresa de Correios e Telégrafos – essa história que o governo Lula e seus companheiros conseguiram a prazo de desmorizar?

Não, nada de falatório. Nossa amizade histórica não os argumentos foram tão lindos. São três terços de aprovação popular, e fim de prazo. Dilma já explicou que foi o governo Lula quem contribuiu e influiu no consenso à estabilidade monetária. Que é a同情 da PT que o deputado desistiu e explorou política e faz questão do “distante político Lula, e não o envenenamento que não serve a ninguém”. Só um alegado ainda ingênuo entrou nessa conversa radioativa.

Depois de um ogroário, o Brasil precisa de uma mulher na Presidência, declarou Dilma no lançamento de sua candidatura. Por quê? Porque o país precisa de cuidado e carinho – palavras muito repetidas no discurso da ex-ministra, pronunciadas com o habitual rosto crispado e a oratória de quartel. Só faltou informar de onde será importada essa mulher cuidadosa e carinhosa. Vai ver é sobre isso que eles tanto conversam com o Ira.

Enquanto a tal mulher não surge, Lula comemora de novo o apoio à desconfiança da mídia – essa traidora que não liga da os quase três terços de balanção de que pelo visto só existe para irritar o Dunga. Ao contrário, sua candidata telegrafada apresenta como fiadora da “ampla liberdade de imprensa” vários aprová-la antes que acabei “Cala a boca, Dilma! Com todo o carinho”.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Não havendo mais oradores inscritos, encerro a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
(Ato do Diretor-Geral nº 846/2000)

TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
Nº 1/2010

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de 2010, a Secretaria de Arquivo do Senado Federal, de acordo com o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 1/2010 e Listagens de Eliminação de Documentos: nº 1 da Secretaria de Expediente (8 caixas); nº 1 e 2 da Secretaria de Arquivo (12 caixas); nº 1 da Consultoria Legislativa (13 caixas); nº 3 e 4 da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (200 caixas); nº 1, 2 e 3 da Coordenação de Transportes (25 caixas); nº 2 da Secretaria de Telecomunicações (22 caixas); nº 1 da Secretaria de Serviços Gerais (7 caixas), nº 1 da Secretaria de Administração de Contratações (1 caixa); nº 1 do Instituto Legislativo Brasileiro (3 caixas); nº 2 da Comissão de Educação (1 caixa) e nº 1 do Serviço de Museu (1 caixa), aprovadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional, publicada no Diário do Senado Federal, de 15 de agosto de 2001, procedeu à eliminação de 293 caixas de arquivo, o equivalente a 52,74 metros lineares de documentos relativos às listagens acima referidas, referentes ao período compreendido entre 1967 a 2005.

Brasília, 20 de setembro de 2010.



FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ

*Presidente da Comissão Permanente de Avaliação
de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional*

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte do mês de outubro do ano de dois mil e dez, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número dois Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 509**, adotada em treze de outubro e publicada em quatorze de outubro de 2010, que “Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.”, sem a presença de membros, a **reunião não foi realizada**.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

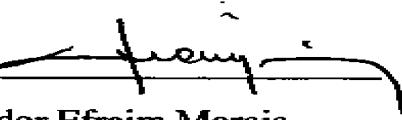
Sala das Comissões, 20 de outubro de 2010.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
CONVOCAÇÃO

Convoco os senhores membros da Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se na quarta-feira, dia 10 de novembro, das 09hs30 às 11hs30, no gabinete do Senador Efraim Moraes, Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a fim de decidir sobre a equiparação de ajuda de custo de acordo com Ato da Diretoria-Geral do Senador Federal nº 2542 de 27 de agosto de 2010.

Brasília, 19 de outubro de 2010


Senador Efraim Moraes

Presidente

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiase*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-PSDB - Níura Demarchi** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo prorrogado: 02/09/2010

Prazo final prorrogado: 01/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,19)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(25,35)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23,34,36)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
32. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
34. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
35. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
36. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.
- *****. Prorrogado até 01.11.2010 através do Requerimento nº 746, de 2010, lido em 04.08.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

- Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
- Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
- Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3.4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) (3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maoria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya (1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude do Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
Senador Romeu Tuma	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
*. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹**

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

**Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO
Telefone(s): 33033511
E-mail: sscepi@senado.gov.br**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. Paulo Paim (PT) (11,41,94,105)
Roberto Cavalcanti (PRB) (37,93,104)	4. VAGO (36,107,113,121)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. VAGO (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59,109)	2. Gilvam Borges (PMDB) (64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) (3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69,117,120)	5. Edison Lobão (PMDB) (9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) (1,60,108,115)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43,102,103,118,119)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Níura Demarchi (PSDB) (52,106,111,114)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) (5,45,110,116)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
106. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
109. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. N° 051/10-GLDEM).
112. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010)
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
120. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senador Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. VAGO (31,32,108,113,120)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,93,101)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,115)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,102,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,94,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Níura Demarchi (PSDB) (46,107,112,114)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,109,116)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Flexa Ribeiro (PSDB) (20,66,100,105,106)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSJN nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Núria Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (10,11)
VAGO (2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) (3)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) (6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (5)
PMDB	
VAGO (8,18)	1. VAGO (7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (4)	1. Gim Argello (PTB) (9)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaleó Paes (PSDB) ^(11,17,19)	2. VAGO ^(2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(6,14,15)	1. VAGO ^(3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
7. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaleó Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaleó Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaleó Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaleó Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) (5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. n° 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. n° 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. N° 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (101)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Slhessarenko (PT) (31,71,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,34,116)
Eduardo Suplicy (PT) (31)	3. Marcelo Crivella (PRB) (39)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,30,75)
VAGO (31,111,113,120)	5. César Borges (PR) (32,44)
Tião Viana (PT) (36,44,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,35,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (58,67)
Almeida Lima (PMDB) (57,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (59,66,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (61,68,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (56,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,68)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,69,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (3,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (45,60,63)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,65,102,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,68,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (50)	1. Efraim Moraes (DEM) (42)
Demóstenes Torres (DEM) (47)	2. Adelmir Santana (DEM) (41)
Jayme Campos (DEM) (43,82,85,97,98)	3. Níura Demarchi (PSDB) (51,110,117,118)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,52,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (48)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,49)
Alvaro Dias (PSDB) (28,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (27)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (24,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (40)	1. Gim Argello (46,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
31. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
36. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
40. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
48. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
102. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Núra Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).
3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- *. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,81,89,93,94)	1. VAGO (1,36,109)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (31,126)	2. Gim Argello (PTB) (37,96,100)
Fátima Cleide (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,34)
Paulo Paim (PT) (31,47,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (30,67,94,95)
VAGO (38,76,78,80,96,116,120,132)	6. João Ribeiro (PR) (30,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,108)	7. Marina Silva (PV) (30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
VAGO (64,107,127,129)	4. Neuto De Conto (PMDB) (58,125,131)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (62)
VAGO (5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,63,118)
VAGO (53,65)	7. VAGO (59,110)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Níura Demarchi (PSDB) (4,50,115,119,121)	1. Gilberto Goellner (DEM) (48,113,114,128,130)
Marco Maciel (DEM) (40)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) (46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Moraes (DEM) (52)
João Faustino (PSDB) (13,49,117,122,123,124)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) (45)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. Cícero Lucena (PSDB) (29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (22,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (24)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,51)	1. João Vicente Claudino (51)
Romeu Tuma (51)	2. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
108. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
109. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
119. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
121. Em 15.07.2010, a Senadora Núra Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (OF.GLPMDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
130. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
131. O Senador Neuto De Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (7,16,23,25)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) (16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,20)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (15)	3. VAGO (14)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,13)
Marco Maciel (DEM) (10)	2. VAGO (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,11)
PDT	
Cristovam Buarque (7,12)	1. VAGO (12)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (22)	1. Fátima Cleide (PT) (21)
Marina Silva (PV) (7,22,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (20)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (26)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,28)
Eliseu Resende (DEM) (35)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-GLPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e orientações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(4,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) (10,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO (11)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO (13,14,17)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
17. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).
2. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.
- **. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
 Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,94,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,106)
Maoria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,95,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,100,102)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) (23,27,56,101,103,104,105)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA N° 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 105/2010).
103. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. N° 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (11)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,2)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
VAGO (18,90,92,98)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (26)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,28)
Serys Slhessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,48,55,57,68,70)	1. VAGO (43,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,46)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (44)	4. Gerson Camata (PMDB) (42,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (33,65,66)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,71)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (21)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,18,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (19,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
71. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (19)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,71)
VAGO (18,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,20)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (17,25,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) (23,60,61,62,65)
César Borges (PR) (22,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (40,45)
Neuto De Conto (PMDB) (34,43,86,90)	2. Valdir Raupp (PMDB) (36,38)
Gerson Camata (PMDB) (39,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,41)
Valter Pereira (PMDB) (37,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) (42,48,81,85)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (29,77,79,88,89)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,32)
José Bezerra (DEM) (30,80,84)	2. Heráclito Fortes (DEM) (26)
Kátia Abreu (DEM) (31)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,27,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (24,82)
João Faustino (PSDB) (16,53,55,64,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) (15,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (12,56)	6. João Tenório (PSDB) (13)
Marisa Serrano (PSDB) (13)	7. Marconi Perillo (PSDB) (14)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,33)	1. Sérgio Zambiasi (33,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude do o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serlys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (OF. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
82. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).
84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 111/2010).
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
89. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
90. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1 SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) (13,14)	2. VAGO (6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
- Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
- Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
- O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
- Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. N° 037/10-GLDEM).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
- O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
1. Gerson Camata (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
1. Romeu Tuma	

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
2. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) ^(63,78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,65,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,64,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,74,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,70,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Bezerra (DEM) (6,12,24,75,77)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Moraes é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
65. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 75/2010).
74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)		
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)
VAGO (15)		2. Ideli Salvatti (PT-SC) ^(16,19)
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (18)		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)
Maoria (PMDB, PP)		
VAGO (14)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
VAGO (17)		4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)		
VAGO (9)		1. VAGO (6)
VAGO (12)		2. VAGO (10)
VAGO (11)		3. VAGO (8)
VAGO (7)		4. VAGO (7)
VAGO (7)		5.
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
PDT		
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)		
Romeu Tuma (PTB/SP)		

Atualização: 06/10/2010

Notas:

- O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
- Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
- O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

VAGO ^(4,5)

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ^(2,12,13)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,7,10)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

DEM

Adelmir Santana (DF)

PSDB

João Tenório (AL) ⁽²⁾

PT

Tião Viana (AC) ⁽³⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾

PDT

Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾

PR

César Borges (BA)

PSB

Antonio Carlos Valadares (SE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ)

PSOL

José Nery (PA)

PSC

Mão Santa (PI)

PV

Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Shessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM) ^{6 16}
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 05.08.2010)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data

¹³ O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Anibal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

¹⁶ O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

¹⁷ O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹
Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 254 páginas

OS: 2010/14978